

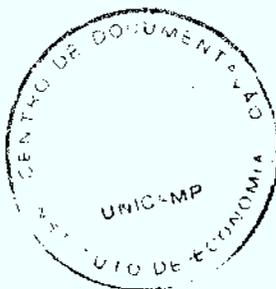
TCC/UNICAMP
Ar69d
IE/995



1290000995



TCC/UNICAMP Ar69d



"DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E URBANIZAÇÃO:
ESTUDO DE CASO DO MUNICÍPIO DE MARÍLIA-1960/1985"

Relatório Final

Sérgio Luís Arradi

JANEIRO/1989

SUMÁRIO

1) Introdução..... 02

2) 1ª Parte - Desenvolvimento e Urbanização: Marília no estado de São Paulo..... 07

 I - Considerações sobre o Processo de Urbanização Paulista.. 08

 1- Os anos 20 e seus antecedentes..... 08

 2- O período 1933 a 1955: "a industrialização restringida".. 12

 3- O período pós 1955..... 18

 II - O Município de Marília: 1920-1985..... 26

 1- Os anos 20 e seus antecedentes..... 26

 2- O período 1933 a 1955..... 27

 3- O período pós 1955..... 35

3) 2ª Parte - Evolução urbana de Marília após 1970..... 45

 1- Renda..... 47

 2- Finanças Públicas Municipais..... 49

 3- Crescimento Urbano e Habitação..... 55

 4- Transportes..... 57

 5- Saneamento..... 61

 6- Saúde..... 71

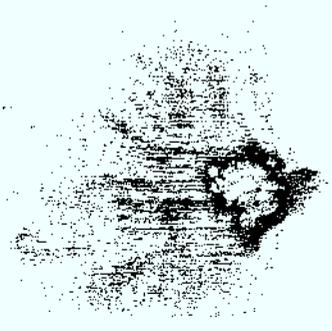
 7- Educação..... 75

4) Conclusão..... 79

5) Notas..... 83

6) Anexo Estatístico..... 88

7) Bibliografia..... 129



INTRODUÇÃO

A análise que faremos do município de Marília no período 1960/1985 está relacionada diretamente às características, na região Oeste do estado, do processo de urbanização e desenvolvimento, comum a todo o estado de São Paulo. O município de Marília é um expressivo exemplo desse processo na região Oeste do estado.

Não é possível entender o desenvolvimento e urbanização de Marília fora de um processo histórico dinâmico, onde se estruturam as relações dentro das cidades, entre as cidades e destas com o campo, formando uma rede urbana articulada e hierarquizada, diferenciada regionalmente. Esta diferenciação regional se dá pela inserção das diferentes regiões numa certa divisão territorial do trabalho, que ao longo do tempo foi estruturando duas porções diferenciadas: o Leste do estado, centro dinâmico do processo de acumulação capitalista e o Oeste do estado, caracterizado por um dinamismo menor e que se integra ao processo de acumulação de maneira subordinada. No Leste, onde o processo de urbanização e desenvolvimento é mais intenso, verifica-se uma queda na qualidade da vida urbana mais acentuada, em virtude do grande crescimento populacional. De outro lado, no Oeste, onde o processo de urbanização e desenvolvimento é menos intenso, a queda do padrão de vida urbana também é menos acentuada.

Para entendermos a formação diferenciada do Leste e do Oeste e seus papéis na divisão territorial do trabalho no estado, temos que fazer uma análise histórica do processo de desenvolvimento e urbanização do estado. Procedendo desta forma, podemos identificar três fases distintas. A primeira diz respeito ao processo de ocupação do estado pelo "Complexo Cafeeiro"¹, quando a atividade cafeeira caracterizava-se como o centro dinâmico da economia paulista e brasileira. Num primeiro momento a atividade cafeeira avançou do Vale do Paraíba (onde a atividade cafeeira entra em decadência) para as regiões de Campinas, Ribeirão Preto e Araraquara. Num segundo momento, com a política de sustentação do café que tornara atraente a expansão da produção cafeeira e o avanço das ferrovias (que permitiu uma produção mais distante dos portos de embarque), a atividade cafeeira avança para o Oeste Pionei-

ro², dando origem a vários núcleos urbanos. Marília nasceu como resultado desse avanço em direção ao Oeste Pioneiro no final deste período.

Com a crise da atividade cafeeira no início da década de 1930, iniciou-se a segunda fase onde a indústria, contando com capitais acumulados pelo complexo cafeeiro, passou a ser o centro dinâmico da acumulação capitalista. Porém, o processo de urbanização tinha ainda como determinantes certos processos vigentes na fase anterior, como a urbanização atomizada determinada pelo desenvolvimento da agricultura mercantil diversificada. Entretanto, contava nesta fase não apenas com as ferrovias, mas também com as rodovias que iam sendo implantadas, modificando o desenho da malha urbana. Mas a industrialização, nesta fase, criou novos determinantes do processo de urbanização, induzindo a concentração industrial na capital paulista e no seu entorno e provocando transformações nas regiões de ocupação mais antiga e consolidada, criando condições para que aquelas cidades com desenvolvimento urbano produzido pela dinâmica do complexo cafeeiro, desenvolvessem atividades industriais. Estas cidades puderam, assim, absorver parte da população expulsa do campo em virtude da modernização agrícola que se iniciava.

No Oeste do estado, que ainda estava em processo de ocupação, a indústria que se desenvolveu foi aquela ligada à transformação dos produtos agrícolas, em especial a do algodão, que passa a ser um importante produto da região. Também a indústria da madeira se desenvolve em virtude da crescente ocupação do Oeste, o que lhe fornecia um grande mercado.

Nesta época, Marília passou por um grande crescimento, graças à sua força na agricultura (foi entre 1936 a 1946 o maior produtor de algodão do estado, o que permitiu a instalação de importantes indústrias ligadas à transformação do algodão) e de sua posição de "boca de entrada" para a região que estava sendo ocupada, mais ao oeste. Nesta fase desenvolveu-se em Marília uma indústria estratégica na época: a indústria de transformação do algodão (óleos e têxtil) e a da madeira, articuladas aos setores dinâmicos da economia da época.

Com o "Plano de Metas" de J.K., inicia-se a terceira fase quando ocorre a implantação da indústria pesada no Brasil.

Cardoso de Mello³ divide o processo de industrialização brasileira em dois períodos: um entre 1933 e 1955, onde a industrialização ainda era limitada devido às suas insuficientes bases técnicas e financeiras; e o outro após 1955, onde a industrialização supera os limites anteriores com a indústria pesada. Esta industrialização pesada, inicialmente concentrada na capital e posteriormente atingindo as regiões de ocupação mais antiga do Leste do estado, provocou alterações na estrutura industrial, o que por sua vez impôs um novo significado à urbanização em curso, pois com a grande empresa e a produção em massa, cresce o emprego industrial e diversifica-se a estrutura social. Crescem também as atividades do setor terciário das cidades para dar sustentação à nova realidade industrial. Por outro lado, a agricultura subordinou-se ainda mais à indústria com o surgimento de um segmento de bens de produção para o setor e pelo crescimento da atividade agroindustrial de processamento. Com isso, a agricultura modernizou-se ainda mais, provocando um enorme esvaziamento do campo na região Oeste, graças à capitalização da produção agrícola e sua tecnificação e do avanço das pastagens sobre a região. Esta população expulsa do campo, por não encontrar no Oeste um alto grau de industrialização e um grande desenvolvimento do setor terciário capaz de absorvê-la, acaba migrando para o Leste, onde estas condições existiam. Desta forma, essa população veio a engrossar a mão-de-obra disponível para a moderna indústria do Leste e para seu setor terciário.

Na década de 1950 os setores nos quais participava a indústria do Oeste deixam de ser os setores mais dinâmicos da economia graças à transformação decorrente da industrialização pesada. A indústria da madeira perde sua importância com a destruição das matas virgens do Oeste e o fim do processo de ocupação da região. A indústria de transformação do algodão perde espaço na disputa com a indústria transformadora da soja e dos fios sintéticos.

Marília na década de 1960 reordena sua estrutura industrial reconcentrando-se no ramo alimentar, voltado principalmente para um mercado regional. Assim, a indústria de Marília consegue retomar seu crescimento, porém, a um ritmo muito menor que o crescimento das grandes cidades do Leste.

Assim, um maior grau de industrialização e um maior desenvolvimento do setor terciário nas grandes cidades do Leste,

permitiu a essas cidades uma maior capacidade de atrair e fixar os fluxos migratórios. Desta forma, essas cidades passaram a crescer em ritmo muito superior às grandes cidades do Oeste. Isto por sua vez acabou gerando problemas mais acentuados nessas regiões do Leste, devido a sua maior taxa de crescimento populacional urbano, ao contrário do Oeste, onde o agravamento desses problemas se deu de maneira mais contida.

O grande crescimento das cidades do interior, em especial após a década de 1970, gerou nas cidades um quadro de queda da qualidade de vida urbana, algo que já podia ser sentido na capital paulista desde a década de 1960. Esta queda da qualidade de vida pode ser sentida nas capitais do Leste, que por seu maior dinamismo atraíram um maior fluxo populacional. Já as grandes cidades do Oeste, por terem um crescimento populacional menor, tiveram um agravamento do padrão de vida urbano menor.

Portanto, entender Marília é entender o processo histórico de desenvolvimento e urbanização do estado de São Paulo. A diferente inserção das regiões no processo de desenvolvimento corresponde a diferentes inserções na divisão territorial do trabalho, provocando as diferenças entre o Leste e o Oeste. Porém, ambas as porções refletem um mesmo padrão de urbanização, embora a deterioração do padrão de vida se dê de maneira mais intensa nas grandes cidades do Leste do que nas do Oeste, em virtude da própria diferença entre o crescimento populacional urbano das duas regiões, que por sua vez é fruto da inserção de cada porção na divisão territorial do trabalho. Como ambas as porções são fruto do mesmo padrão de desenvolvimento, ambas acabam refletindo, em maior ou menor grau, os mesmos problemas urbanos da metrópole paulista.

Para contribuirmos para esta discussão, faremos uma análise do desenvolvimento e urbanização do município de Marília, que se constitui num exemplo expressivo da porção Oeste do estado.

Dividimos nosso trabalho em duas partes: na primeira parte trataremos do processo histórico de desenvolvimento e urbanização do município de Marília dentro do contexto da região Oeste, fazendo para isso considerações desses processos para o estado. Na segunda parte analisaremos alguns indicadores sociais, para uma melhor compreensão dos efeitos desse padrão de desenvolvimento e urbanização no município de Marília, tomando como parâmetros as

demais capitaux regionaux.

1ª PARTE

DESENVOLVIMENTO E URBANIZAÇÃO: MARÍLIA NO ESTADO DE SÃO PAULO

I - CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO PAULISTA

1. Os Anos 20 e seus antecedentes

O dinamismo do complexo cafeeiro paulista exigia cada vez mais a incorporação de novas terras para o aumento da produção de café no estado. Assim, após ocupadas as regiões de Campinas, Ribeirão Preto e Araraquara, o café avança em direção ao Oeste Pioneiro, associado às ferrovias. Em 1920 existiam três frentes avançadas de ocupação na região: a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil que chegava até Araçatuba; a Alta Sorocabana, que ia até Santo Anastácio e a Alta Araraquarense, que ia até São José do Rio Preto. Isto permitiu um grande afluxo populacional para a região, que salta de uma população de 282 mil habitantes em 1920 para mais de um milhão em 1934, sendo que uma grande parte dessa população se dirige ao campo, em especial, para a atividade cafeeira.

Com a ampliação da economia cafeeira ocorre a formação e o desenvolvimento do sistema urbano paulista, que induz a expansão de indústrias, bancos, escritórios e oficinas de estradas de ferro, comércio atacadista, comércio de exportação e importação, bem como a ampliação do aparelho de Estado. Estas atividades por sua vez, promoveram o desenvolvimento de outras, tipicamente urbanas como: o comércio varejista, os transportes urbanos, comunicação, energia elétrica, construção civil, equipamentos urbanos, etc.⁴ Desta forma a urbanização se desenvolvia articulada ao complexo cafeeiro.

Da mesma forma, com o desenvolvimento da economia cafeeira desenvolveu-se uma agricultura mercantil diversificada, a indústria e os serviços de apoio a produção cafeeira e os serviços urbanos.

A população paulista em 1920 era de 4,6 milhões contra 1,2 milhões em 1886 e 2,3 milhões em 1900. Esse grande aumento se deveu a grande imigração estrangeira entre 1886 e 1900 e a grande imigração nacional para o estado entre 1900 e 1920. Porém,

esse grande crescimento diminuiu entre 1920 e 1934, quando a população chegou a 6,4 milhões, com uma taxa de crescimento de 2,4% ao ano, contra 4,6% entre 1886 e 1900 e 3,6% entre 1900 e 1920.

Na década de 1920 a agricultura mercantil diversificada expandiu-se e desenvolveu-se, como resposta às novas demandas derivadas da concentração populacional urbana e da indústria nascente do estado. Ela tornou-se mais capitalizada e diversificada, adquirindo auto-suficiência em vários produtos alimentares⁵. Entre 1920 e 1933 dobrou a área cultivada com produtos alimentares, ampliando-se a estrutura de oferta de produtos agrícolas alimentares. Esse desenvolvimento da agricultura, porém, atenuou a subordinação do mercado ao capital cafeeiro ao criar um mercado adicional para a indústria, resolvendo, em grande parte, o problema de suprimento alimentar para a força de trabalho industrial e ao fornecer matérias-primas para a indústria, o que lhe permitiu uma certa folga no que se refere às possíveis limitações na capacidade para importar bens de produção industriais.

Esse desenvolvimento da agricultura mercantil promoveu, nas regiões de ocupação mais antiga (Campinas, Sorocaba, Ribeirão Preto e Vale do Paraíba), um adensamento da rede urbana regional, fortalecendo o papel de centralidade dos centros urbanos pré-existentes, originários da acumulação cafeeira que vinha desde o século anterior. Já nas regiões que estavam sendo ocupadas ela colaborou com a própria estruturação da rede urbana, que se seguia a implantação dos eixos ferroviários que adentravam o Oeste Pioneiro nesse momento⁶.

No início dos anos 20 quase metade da área cultivada e da produção agrícola do estado pertenciam as regiões de Campinas e Ribeirão Preto, que também detinham 2/3 da mão-de-obra agrícola do estado. Era onde se concentrava a agricultura mais moderna, que abastecia a maior parte do mercado paulista com matérias-primas, produtos alimentares e produtos agrícolas de exportação. Estava concentrada nessas regiões grande parte da área plantada de algodão, café e cana-de-açúcar. Além disso, eram nas regiões de Campinas e Ribeirão Preto onde se diversificava de modo

mais significativo a produção agrícola de alimentos (milho, arroz, feijão, etc) e concentrava-se a parte mais significativa dos diversos rebanhos paulistas (bovinos de corte e leite, eqüinos, asininos e muares e galináceos). Porém, com a ocupação do Oeste Pioneiro, essas regiões perdem peso relativo no decorrer da década, dado o extraordinário avanço da frente pioneira, que incorporou novas terras à agricultura paulista.

No tocante ao setor industrial, o complexo cafeeiro já havia criado as condições para a origem da indústria e as raízes de sua concentração no estado de São Paulo, ao criar um mercado de trabalho, que promoveu ao incentivar a imigração estrangeira e nacional para o trabalho na atividade cafeeira (que pôde ser utilizado na indústria em um momento posterior) e, em consequência, a formação de um mercado consumidor. Criou também, capacidade para importar, com a qual a indústria pôde importar máquinas e equipamentos. E, principalmente, forneceu à indústria, direta e indiretamente (através de inversões diretas ou através de financiamentos), capitais previamente acumulados na atividade cafeeira.

A indústria que se instalou foi a predominantemente produtora de bens de consumo não durável que estava espacialmente concentrada na capital paulista. Nos anos 20 ocorre uma diversificação da estrutura industrial paulista, com a pequena indústria de aço ganhando força e com a de cimento se implantando. Além destes ocorre a implantação da indústria de fibras químicas para a indústria têxtil, equipamentos agrícolas e têxteis, equipamentos para a pequena indústria do açúcar e outros. Desta forma, estavam se implantando ramos industriais mais modernos e dinâmicos.

Na capital e seu entorno concentrou-se a indústria mais complexa e maquinizada, que pôde instalar-se no centro da acumulação, dispondo da concentração de mão-de-obra e de serviços que caracterizam a capital. Isto, por sua vez veio a reforçar a concentração populacional e de serviços pré-existentes na capital.⁷ Em 1928 a capital paulista concentrava 2/3 dos operários do estado.

No interior predominou a implantação de indústrias mais voltadas para a proximidade de matérias-primas, instalando-se predominantemente indústrias voltadas para a transformação de produtos agrícolas. Destacavam-se no interior, em 1928, as regiões de Sorocaba (com 12,6% dos operários do estado) e Campinas (8,5%), sendo que juntas representavam 3/4 dos operários do interior paulista.

A indústria implantou-se na capital e suas cercanias ou junto aos centros urbanos maiores do interior devido a existência nestas áreas de excedentes prontos para serem investidos e a uma força de trabalho pronta para ser mobilizada.

A indústria de transformação, em 1920, ocupava 11,5% da população economicamente ativa do estado, sendo que só a capital concentrava metade desse percentual e no interior representava 1/3 do emprego urbano.

Eram nas regiões do Vale do Paraíba, Sorocaba, Campinas e Ribeirão Preto onde havia um volume mais significativo da PEA no setor secundário e terciário e onde havia uma indústria de transformação complementar à da capital. Essas regiões empregavam, em 1920, 91,6% do total de operários do interior e 26,7% do estado. Além do mais eram responsáveis por 90% da produção de açúcar e álcool do estado; mais de 2/3 da industrialização de leite e seus derivados; 23,4% da produção dos frigoríficos e 87,5% do beneficiamento do algodão. As regiões de Sorocaba, Campinas e Ribeirão Preto eram responsáveis por 44,7% da PEA estadual no setor terciário, e se tomadas a região da Grande São Paulo passam a concentrar 88,3% da PEA do setor terciário do estado. Os principais ramos do setor terciário do interior eram: comércio, transporte, comunicações e profissionais liberais.

No Oeste Pioneiro, recém desbravado, as cidades davam suporte urbano para uma atividade agrícola relativamente recente, basicamente no comércio e nos transportes, não havendo uma indústria de transformação, mas apenas pequenas unidades produtivas de apoio à construção civil, como tijolos, telhas, madeira,

etc., ou de apoio à agricultura local.⁸

Com a grande depressão (1929 a 1933) os preços internacionais do café caíram em cerca de 60%, levando a economia a um período de crise. Porém, com apolítica governamental de defesa da renda interna, o país pôde recuperar-se rapidamente, em relação a outros países (o PIB em 1932 já estava acima do nível de 1928). No entanto, uma mudança importante havia ocorrido: a dinâmica da economia deixou de estar presa a demanda externa, sendo substituída pela variável endógena investimento, ou seja, o centro dinâmico da economia deslocou-se para dentro da nação, deixando o café de ser o núcleo central da economia, para a partir daí ser a indústria.

2. O Período 1933 a 1955: "a industrialização restringida"

Nas palavras de Cardoso de Mello, a partir de 1933 se inicia uma nova fase do período de transição para uma economia industrial, "porque a acumulação se move de acordo com um novo padrão. Nesta fase que se estende até 1955, há um processo de industrialização restringida. Há industrialização, porque a dinâmica da acumulação passa a se assentar na expansão industrial, ou melhor, porque existe um movimento endógeno de acumulação, em que se re produzem, conjuntamente, a força de trabalho e parte crescente do capital constante industriais. É restringida porque as bases técnicas e financeiras da acumulação são insuficientes para que se implante, num golpe, o núcleo fundamental da indústria de bens de produção, que permitiria à capacidade produtiva crescer adiante da demanda, auto determinando o processo de desenvolvimento industrial".⁹

Desta forma, a crise cafeeira entre 1929 e 1933 veio a favorecer o estabelecimento de um novo padrão de acumulação cujo eixo principal passou a ser a produção industrial.

O período de 1933 a 1955 inaugura uma nova etapa no desenvolvimento econômico paulista. A partir do desenvolvimen

to do período anterior (baseado na produção agrícola e industrial, que ampliou a rede urbana e promoveu uma maior divisão social do trabalho) a economia paulista teve condições de ultrapassar a crise de 1929, transformando sua estrutura produtiva. Desenvolve-se o setor produtor de bens de consumo não-durável, porém, passa a crescer menos que o setor produtor de bens intermediários e o setor produtor de bens de capital e bens de consumo durável.¹⁰

A população paulista, durante esse período, passa dos 6,4 milhões de habitantes em 1934 (nesse ano a taxa de urbanização era de 36,7%) para 7,2 milhões em 1940 (a taxa de urbanização chega a 44,1%). Em 1950 a população supera os 9 milhões de habitantes (a taxa de urbanização se eleva a 52,6%), chegando em 1960 a quase 13 milhões de habitantes (a taxa de urbanização atinge 62,8%).

Para compreender-se o movimento da população no estado, faz-se necessário verificar antes, o que ocorreu nas atividades econômicas, durante o período.

Com relação a agricultura, a crise de 1929 provocou uma reversão dos preços relativos internacionais, diminuindo o diferencial de rentabilidade entre a produção de café e a do algodão e do açúcar. E como São Paulo dispunha de terras, força de trabalho e capital para diversificar sua agricultura, sendo necessário apenas adequar a base técnica da produção no sentido de aproximá-la dos padrões técnicos internacionais (possível graças às pesquisas do Instituto Agrônomo de São Paulo e pelo serviço de classificação do algodão implantado pela Bolsa de Mercadorias), foi possível a expansão da cotonicultura paulista - apoiada também na demanda interna com o grande crescimento da indústria têxtil nos anos 30 - e também a expansão da cana-de-açúcar.

Neste período, o desenvolvimento agrícola se deu com um grande avanço na tecnificação e intensificação das relações capitalistas em que se estruturava a produção, ocorrendo assalariamento crescente, mercantilização generalizada, participação na pau

94

ta de exportações, etc. Com isso, criaram-se condições para generalizar-se um fenômeno já em curso nos anos 50, que se intensificaria nos anos 60: o êxodo rural. Além disso, outros fatores que vieram a contribuir com o êxodo rural foram: a erradicação do café e o relativo esgotamento da frente de expansão do Oeste Pioneiro, que nos anos 50 já estava praticamente ocupado.¹¹

Campinas e Ribeirão Preto, situadas mais próximas à capital, com terras mais férteis e encontrando-se bem articuladas ao mercado consumidor pelo eixo da Anhanguera, eram as regiões mais modernas do estado, além de terem contado com grandes inversões capitalistas tanto em sua agricultura como em sua rede urbana. Assim eram as regiões mais próximas à integração nos mercados modernos de produtos agrícolas capitalizados além do café, que se expande na década de 1930, como o algodão e a cana, e que se intensificaria a partir dos anos 50.

Nos anos 30 e 40 o Oeste Pioneiro integrou-se ao "boom" cafeeiro e algodoeiro. Porém, com a crise do algodão e café nos anos 50, o processo de expansão da fronteira agrícola perde seu vigor. Com a crise destes produtos, expandiu-se a pecuária extensiva pelo Oeste, exceto nas áreas em que houvera uma inversão capitalista, basicamente de capitais japonesas, onde desenvolveram-se, por exemplo, núcleos importantes de avicultura e sericicultura, como as de Marília, Dracena, Tupã e Barretos. Desta forma, no período entre 1930 a 1955, o Oeste Pioneiro teve suas matas virgens substituídas, num primeiro momento por cafezais, algodoads e outras lavouras; e num segundo momento por invernadas e campos de criação, processo esse que se intensifica no período seguinte e será um dos fatores que explicam o grande esvaziamento do campo.

Visto o mesmo período sob o ângulo do desenvolvimento industrial vemos que a crise dos anos 30, e a Segunda Guerra Mundial impuseram ao país dificuldades para importar. Com isso, permitiu-se à indústria nacional (especialmente a paulista, que cresce a uma taxa acima da indústria nacional) condições para o atendimento do mercado interno.

Esta recuperação industrial após 1933 ocorreu, sobretudo, pela eliminação da capacidade ociosa da indústria, que havia sido implantada na década anterior, aproveitando-se de que as dificuldades impostas às importações tornaram o mercado nacional cativo à indústria nacional, o que beneficia a diversificação do parque industrial paulista.

O desenvolvimento industrial multiplicou a concentração industrial no estado de São Paulo, nucleada na capital e seu entorno, ao mesmo tempo que se modernizou e se expandiu também a estrutura da indústria, que em meados dos anos 50 já não tinha mais nos setores tradicionais (têxtil e alimentos) a liderança do parque industrial, superados pelo crescimento dos setores produtores de bens de produção e de consumo durável.¹²

A estrutura industrial do interior em 1956 era concentrada em dois ramos: alimentos com 40,7% da produção industrial e a têxtil com 21,8%, totalizando juntas 62,5%. Destacava-se ainda a indústria química com 12,4% da produção industrial. A concentração industrial do interior respondia por 46,4% da produção das indústrias produtoras de bens de consumo não-durável; 24,9% das indústrias produtoras de bens intermediários e por 10,0% das indústrias produtoras de bens de capital e de bens de consumo durável. E a nível de ramos participava com : 63,8% da produção industrial de alimentos; 39,6% da têxtil; 30,7% da mecânica e 29,3% da de minerais não-metálicos.¹³

O desenvolvimento de uma atividade industrial mais interiorizada, que alcançou as regiões do Oeste Pioneiro, foi possível, devido à diversificação da produção agrícola em relação ao café, principalmente com base no algodão, propiciando a instalação de indústrias de transformação de produtos agrícolas (agroindústrias).¹⁴ No Oeste, a indústria têxtil e alimentícia eram as maiores responsáveis pela produção industrial da região na década de 1950, sendo que na região de Marília também se destacava a indústria química.

Esse processo de industrialização promoveu, como já

foi dito, o alargamento da estrutura industrial paulista, onde cresceram a participação das indústrias produtoras de bens intermediários e das indústrias produtoras de bens de capital e de bens de consumo durável, em detrimento das indústrias produtoras de bens de consumo não-durável. As duas primeiras, mais dinâmicas, se concentraram na metrópole mas, relativamente interiorizados, circunscritos aos implantes industriais concentrado nas grandes regiões, principalmente, Campinas. Já as indústrias produtoras de bens de consumo não-durável cresceram em extensão e diversificação, amplamente interiorizados. No Oeste, predominavam estas últimas, em especial, aquelas que tinham por base a articulação agricultura-indústria. Assim, quando no período seguinte se dá a industrialização pesada, tendo por base os setores mais dinâmicos (indústrias produtoras de bens intermediários e as produtoras de bens de produção e bens de consumo durável) e que comandam o crescimento da economia, a indústria do Oeste começa a perder peso relativo, em relação as regiões onde se instalaram estas indústrias.

Após verificarmos o movimento econômico, podemos entrar agora no movimento populacional do período. A capital paulista detinha em 1940, 18,2% da população total do estado e 39,7% da população urbana passando em 1960 a concentrar 28,6% da população total e 40,0% da população urbana. No interior, na década de 1940, as maiores concentrações populacionais estavam localizadas nas regiões de Campinas e Ribeirão Preto, cada uma com população superior a 1 milhão de habitantes, seguidas por Sorocaba, com 654 mil. Essas três regiões detinham também 48,9% da população urbana do interior. Esse quadro se manteve até 1960, com a exceção de que o litoral superou Sorocaba em população urbana. Essas quatro regiões (Campinas, Ribeirão Preto, Litoral e Sorocaba) concentravam quase a metade da população urbana do interior.

O Oeste Pioneiro detinha em 1940 28,4% da população total do interior, sendo que essa população estava mais concentrada nas regiões de São José do Rio Preto e Marília (detinham 71% da população total do Oeste Pioneiro) que também concentravam a

população urbana da área (72,8% da população urbana). Em 1960, o Oeste Pioneiro eleva a sua participação na população total do interior, chegando a 30,6%, embora perca posição em relação ao total do estado (caíndo de 23,1% em 1940 para 21,8% em 1960) graças ao crescimento da participação da capital paulista neste total. A nível de regiões no Oeste Pioneiro, Marília diminuiu seu peso na população total em consequência do maior crescimento das regiões de Presidente Prudente e Araçatuba no período entre 1940 a 1960. Em termos de crescimento, o mesmo ocorreu com relação a população urbana, embora Marília tenha mantido a segunda posição, atrás apenas de São José do Rio Preto.

A indústria, ao se desenvolver, promoveu uma concentração populacional nos núcleos em que se implantava e estimulou o desenvolvimento do setor terciário, tanto por suas demandas específicas como pelas decorrentes do crescimento populacional a que lhe dá origem. O setor terciário era responsável em 1940, no estado de São Paulo, por 28,6% da PEA total e aumentou sua participação em 1950, para 33,2% (crescimento percentual menor do que o do setor secundário que passa de 15,4% para 23,3%). Em 1960 o setor terciário aumenta bastante sua participação, chegando a 44,0% da PEA total (a indústria manteve os 23,3%). Neste período, o peso da região metropolitana (que se forma durante este período) no setor terciário aumenta, passando a deter mais da metade da PEA paulista no terciário (54,4% em 1960), sendo que antes era o interior que detinha o maior peso da PEA paulista neste setor.

Portanto, o período entre 1933 a 1955 caracterizou-se pelas transformações decorrentes do processo de industrialização se implantando, que aprofunda a modernização agrícola e acelera a urbanização, criando condições para um novo salto qualitativo na economia paulista, já industrial, que configuraria novos determinantes tanto para o desenvolvimento industrial, como agrícola e urbano.¹⁵

3. O Período Pós-1955

Conforme assinalam Negri, Gonçalves e Cano, em sua referida obra: "A industrialização restringida correspondeu a uma urbanização onde, também, seus traços eram restringidos. O advento da industrialização pesada desobstruiu os limites para uma modernização generalizada de todo o sistema urbano paulista, desenvolvendo ao extremo aquilo que nesses anos ainda era embrionário - a exacerbação do crescimento das cidades, o esvaziamento do campo e a consagração do 'consumo industrializado'", e continuam: "a industrialização pesada iria adensar as relações industriais no implante industrial concentradamente interiorizado e ultimar a subordinação da região Oeste à acumulação industrial sediada na metrópole e nas regiões industrializadas"¹⁶

O período da industrialização pesada abriu-se com o maciço bloco de investimentos entre 1956 e 1960, que sedimentou a base para o desenvolvimento da indústria pesada no Brasil. O período caracterizou-se por uma intensa diversificação industrial num espaço de tempo relativamente curto e articulada diretamente pelo Estado. Nesse período instalaram-se no país as indústrias automobilística, de construção naval, de material elétrico pesado e outras de máquinas e equipamentos, o que permitiu uma significativa ampliação do setor de bens de capital. Ao mesmo tempo, expandiram-se consideravelmente indústrias básicas como a siderúrgica, a de metais não-ferrosos, a química pesada, a de petróleo e a de papel e celulose.¹⁷

As alterações na estrutura industrial impuseram um novo significado à urbanização. De um lado, porque as transformações da própria estrutura produtiva, com a grande empresa e a produção em massa, trazem consigo o crescimento do emprego industrial e a diversificação da estrutura social. De outro, porque repercute sobre toda a vida econômica, exigindo mudanças correlatas no mundo rural e no setor terciário das cidades.¹⁸ A agricultura subordinou-se ainda mais à indústria com o surgimento de um segmen

fg

to de bens de produção para o setor e pelo crescimento da atividade agroindustrial de processamento e também crescem e se diversificam os serviços de apoio à produção (transporte, comunicações, intermediação financeira, etc.). Nas cidades, essa transformação está na origem do desenvolvimento de atividades intrinsecamente urbanas, como as novas formas de comercialização e consumo, coerentes com a massificação e as alterações de hábitos; aceleram-se as transformações do comércio de mercadorias, das atividades sociais, da administração pública, etc.

No mundo agrário, a subordinação da agricultura à indústria, ampliada pelo surgimento de um segmento de bens de produção para o setor e pelo crescimento das atividades agroindustriais, levou a um incremento da produtividade do trabalho, a incorporação de novos cultivos e as transformações nas relações de trabalho. Seu impacto sobre as cidades é direto. De um lado, pela urbanização crescente da mão-de-obra e de outro, pelas alterações que possibilita nos hábitos alimentares, a partir da industrialização e da produção em massa.¹⁹

A agricultura brasileira, entre 1960 e 1985, modernizou-se generalizadamente em quase todas as regiões do país. Essa modernização baseou-se na maior aplicação de insumos químicos, no aumento do uso da força mecânica, além da melhoria dos insumos biológicos, com a criação de novas variedades de plantas e raças de animais. Porém, a agricultura passou a subordinar-se a indústria em dois extremos: na produção agrícola através dos bens de produção e insumos destinados a agricultura e no processamento das matérias-primas agrícolas, comandado pela agroindústria²⁰, que se modernizara.²¹

Desta forma, a agricultura paulista, a mais moderna do país, beneficiou-se desse processo, tendo aprofundado a diversificação de suas culturas e ampliado as áreas com lavouras e pastagens. Porém, a lavoura de alimentos "simples" (feijão, arroz, batata e mandioca) perdem posição dentro da agricultura paulista, para os produtos considerados matérias-primas para a indústria (ca

fé, cana-de-açúcar, laranja, algodão, soja, etc.), deslocando-se sua produção para outros estados brasileiros.²²

Teve também grande importância para a diversificação da agricultura paulista e a concentração nos produtos considerados matérias-primas, o mercado externo, como é salientado em "Características Gerais do processo de industrialização paulista" publicado pelo SEADE: "o setor agrícola, além de provedor de divisas, ampliou seus vínculos internacionais, elevando o grau de processamento industrial de seus produtos, integrando-se mais ao mercado internacional. Ao mesmo tempo, ocorreu a implementação de medidas que aumentaram o poder de competição dos produtos nacionais (programas para a cana-de-açúcar, café e laranja), os quais consequentemente, afetaram a rentabilidade dessas atividades. Por último, houve um esforço do governo em promover a diversificação da pauta de exportação, incentivando produtos que tivessem processamento industrial e, portanto, maior valor adicionado".²³

Destacam-se em termos de agricultura, no estado de São Paulo, as DIRAS de Campinas, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto que formam o chamado "corredor agrícola" de São Paulo. É nesse "corredor agrícola" onde estão concentradas as lavouras mais diversificadas e grande parte do rebanho bovino paulista. É área de agricultura mais capitalizada, melhor mecanizada e a de melhor infra-estrutura de transporte, energia e a rede urbana de melhor qualidade, do ponto de vista dos recursos sociais.

As DIRAS de Sorocaba e Marília aparecem ao lado do "corredor agrícola" como significativas áreas de produção, porém, em posição secundária e com menor dinamismo. A DIRA de Marília apresenta lavouras mais dinâmicas em relação a Sorocaba e com certa expressão na produção total do estado, onde se destacam o trigo (com 85,6% das lavouras com essa cultura no estado), soja (32%), café (16%) e o amendoim (24%). A área com pastagens representa 47% do território da DIRA (0,9 milhões de hectares).

Essas cinco diras contribuem com 67,4% da área cul

tivada com lavouras do estado, 55% do rebanho bovino e com os mais importantes produtos de exportação e matérias-primas.

A pecuária paulista também passou pelo processo de modernização, através da melhoria da qualidade do rebanho. A introdução de novas técnicas no processo de criação e engorda elevaram a rentabilidade do setor. Em 1980 a área de pastagens representava 41,7% da área do estado que abrigava o terceiro rebanho bovino brasileiro.

Quanto à indústria, no mesmo período temos que, na industrialização pesada há dois ciclos de crescimento: o primeiro ciclo, de 1956 a 1962, o de implantação da indústria pesada e o segundo ciclo, de 1968 a 1973, a fase do "milagre brasileiro". No primeiro ciclo, a industrialização pesada reforçou a concentração na metrópole da população, da indústria e dos serviços que se dobram a partir dessas demandas. Já o segundo ciclo determinou o crescimento e modernização do interior, provocando uma desconcentração relativa da população e da atividade urbana, tanto no setor secundário como no terciário. Nesse movimento de modernização, o interior de São Paulo transformou-se tendendo a assemelhar o seu perfil ao da metrópole, embora em menor escala, tanto na estrutura industrial como na estrutura do setor terciário.

Os anos 70 representaram o avanço do processo de interiorização da indústria em São Paulo, dado pela implantação e ampliação de importantes ramos industriais. Crescendo a taxas médias anuais superiores não só em relação as da região metropolitana, mas principalmente as da indústria nacional, o interior do estado passou a ser a segunda concentração industrial do país, perdendo só para a região metropolitana e Campinas, a região mais dinâmica do interior, passou a ser a quarta concentração industrial nacional, abaixo apenas do estado do Rio de Janeiro.

Nos anos 70 o governo federal promoveu investimentos industriais desconcentrados da região metropolitana de São Paulo e em direção à periferia nacional, como forma de enfrentar o agravamento do "caos urbano" na metrópole. Porém, pela própria na

tureza e desenvolvimento capitalista do interior paulista, viu-se obrigado a concentrar aí fortes investimentos estimulando alguns e realizando outros diretamente. Como resultado promoveu-se uma descentralização no estado, no sentido metrópole-interior. Os principais investimento foram:

- a) na área de refino de petróleo e petroquímica, com refinarias da Petrobrás em Paulínia e São José dos Campos;
- b) implantação do Pró-Álcool a partir de 1975, fortemente concentrado nas regiões de Campinas e Ribeirão Preto;
- c) consolidação do parque petroquímico e siderúrgico (COSIPA) em Cubatão;
- d) implantação de um complexo aeronáutico para fins civis e militares e indústrias de material bélico no Vale do Paraíba; e
- e) concentração de institutos de pesquisa e empresas estatais no setor de telecomunicações e microeletrônica em Campinas.

O governo estadual, com suas políticas espaciais a dotadas, também exerceu influência na descentralização espacial da indústria para o interior, principalmente pelos investimentos em grandes e modernas rodovias (Castelo Branco, Bandeirantes e Imigrantes), recuperação e ampliação em outras de importância semelhante (Anhanguera e Washington Luiz) e a ampliação e recuperação da malha viária estadual secundária. Essa política aproximou as distâncias entre a metrópole e o interior, alargando o horizonte da localização industrial.²⁴

Porém, apesar da expansão industrial ter ocorrido em todo o interior, ela se concentrou em poucas regiões (Campinas, Ribeirão Preto, Vale do Paraíba, litoral e Sorocaba), incentivada pela política federal e estadual, que concentraram investimentos nessas regiões.

Em 1970 o interior tinha quase metade do seu valor da transformação industrial concentrado nas indústrias produtoras de bens de consumo não-durável, porém, essa participação se reduz drasticamente em 1980, caindo de 49,2% para 28,0%. Ao mesmo tempo o setor produtor de bens intermediários eleva sua participação re

lativa de 35,9% para 45,7%, o mesmo ocorrendo com as indústrias de bens de capital e consumo durável, que passam de 15,5% para 26,3%.

A indústria do interior moderniza-se rapidamente ao longo da década de 1970, ganhando expressão seus segmentos mais complexos e passando a deter em 1980 62,7% da indústria paulista de alimentos; 60,4% da indústria química; quase metade da indústria de minerais não-metálicos; 40,5% da têxtil, cerca de 1/3 das indústrias de vestuário, calçados e artefatos de tecidos; 36,4% da indústria mecânica, cerca de 1/4 da indústria metalúrgica e mais de 1/5 da indústria de material de transportes e de material elétrico e de comunicações.²⁵

Porém, esse desenvolvimento se dá concentrado nas regiões de Campinas, litoral, Vale do Paraíba, Sorocaba e Ribeirão Preto que em 1970 respondiam por 86,5% do VTI do interior e passam em 1980 para 90,3% do VTI do interior. Enquanto isso o Oeste Pioneiro vê sua participação diminuir na década de 70 de 9,9% para 6,2% do VTI do interior e também diminui sua participação na geração de empregos industriais de 10,8% para 8,9%.

A principal indústria que ainda predominava no Oeste era a produtora de bens de consumo não durável, com destaque para a indústria de alimentos, que era bastante diversificada em cada uma das quatro regiões. Na região de Marília além da indústria de alimentos destacam-se ainda os ramos da química e mecânica.

Esse crescimento do setor secundário promoveu também um crescimento do setor terciário que ia se adaptando a nova realidade do estado. Cresce a geração de empregos no comércio, na prestação de serviços, nas atividades sociais, nos transportes e na administração pública. Nas cidades foram se desenvolvendo e expandindo novos componentes do terciário, como a expansão do sistema bancário, a expansão das grandes lojas, a expansão das lanchonetes e a expansão dos "shopping centers". Desta forma, o estado foi adquirindo características eminentemente urbanas, promovendo um crescimento das cidades do interior, um pouco mais generalizado na porção leste do estado e quase que restrito no Oeste às capi

tais regionais. Esse crescimento, por outro lado, acabou gerando novos problemas nessas cidades, que não tinham infra-estrutura para um crescimento tão rápido e intenso (processo menos acentuado no Oeste), gerando problemas de moradia para a população, saneamento, segurança, etc.

Desta forma aumenta a participação do setor terciário na PEA total, passando de 44,0% em 1960 para 48,1% em 1970 e 50,2% em 1980 (enquanto que o setor secundário passa de 23,3% em 1960 para 31,4% em 1970 e 38,2% em 1980).

Quanto à população urbana do estado que correspondia a 52,6% (4,8 milhões) da população total em 1960, ela salta em 1980 para 88,6% (22,2 milhões), sendo que só a região metropolitana, que em 1960 concentrava 37% da população total do estado, passa a concentrar, em 1980, metade da população total e 54,9% da população urbana (contra 49,1% em 1960).

As décadas de 60 e 70 foram marcadas por uma "explosão" no crescimento urbano do estado. Onde na década de 1970 o crescimento foi maior no interior. O período foi caracterizado pelo aprofundamento da modernização do campo e a expulsão da população rural e, também pelo crescimento das cidades médias simultaneamente ao da metrópole.

Na década de 60, a modernização das formas de produção (rurais e urbanas), que continuam na década seguinte, produzem uma radical transformação na produção do campo, que continuou como local de trabalho, porém, para um número radicalmente menor de trabalhadores e deixou de ser local de moradia para quase todos. Com isso ocorre o surgimento do bóia-fria, que se generalizou na década seguinte.

O Oeste Pioneiro apresentou em algumas regiões nas décadas de 60 e 70, um decréscimo da população total, resultado de um decréscimo da população rural superior ao incremento da população urbana. Tais regiões foram nos anos 60 as de Marília e Presidente Prudente e nos anos 70 as de Presidente Prudente e Araçatuba.

As taxas de crescimento anual da população total do estado nos anos 60 e 70 foram, respectivamente, de 3,1% e 3,4%. Estas taxas comparadas com as da região oeste (que, para as quatro regiões, ou eram negativas ou apenas um pouco maior que zero) mostra que o movimento de esvaziamento ocorrido no Oeste Pioneiro não foi o mesmo movimento que ocorreu no estado. Mostrando assim, que o Oeste perdeu população para o resto do estado.

A região de Marília, entre 1950 e 1980, foi uma das que tiveram a menor taxa de crescimento geométrico anual tanto da população total como da população urbana e rural, o que demonstra um menor dinamismo da região no estado, em especial, com as regiões mais desenvolvidas do interior, situadas a leste, como Campinas, Ribeirão Preto, Vale do Paraíba, Sorocaba e o Litoral. E isto pode ser estendido para a região de Presidente Prudente a partir de 1960 e para as regiões de Araçatuba e São José do Rio Preto (em menor grau) a partir de 1970.

Depois deste breve panorama do estado entre 1920 até os dias atuais, e a inserção do Oeste (em especial da região de Marília) neste processo, podemos agora analisar a situação específica do município de Marília, dentro do contexto apresentado.

II. O MUNICÍPIO DE MARÍLIA: 1920-1985²⁶

1. Os Anos 20 e seus antecedentes

Marília nasceu da soma de três patrimônios, localizados entre os eixos urbanizados pela Sorocabana e pela Noroeste, no espigão entre os rios do peixe e Aguapeí.

A ocupação da região foi estimulada pela abertura em 1913, de um "picadão" de 147 quilômetros que partia da estação Presidente Pena na Noroeste (atual Cafelândia) e chegava até Platina, situada na região que mais tarde seria atravessada pela Sorocabana. A abertura desse picadão foi determinada pelo próprio governo estadual.

A Companhia Paulista de Estradas de Ferro, que nessa época tinha seu terminal em Piratininga, começou a se mover no sentido de estender sua linha para o oeste, cravando, em 1916, o marco da futura estação no local onde hoje se ergue a cidade de Marília e que foi inaugurada doze anos depois. Enquanto isso, a Companhia Pecuária e Agrícola de Campos Novos ampliou a venda de suas terras e, com picadas, foi dando acesso à região. A própria Cia. Paulista E.F., antes de estender seus trilhos na região, promoveu também a ocupação da área através da implantação de uma estrada rodoviária simples pelo espigão, que dava acesso até o rio Paraná, possibilitando o loteamento e a ocupação da área, criando assim, condições prévias de mercado para o tráfego dos trens.

Para essa região que estava sendo desbravada afluíram levas de colonos originários das áreas onde o café estava em decadência, bem como de imigrantes recém-chegados, sobretudo japoneses, italianos, espanhóis e sírios, além de migrantes originários de outras partes do país, em especial do Nordeste.

Em 1923 Antônio Pereira da Silva implantou o Patrimônio do Alto Cafezal e começou a venda de datas, que se desenvolveu com rapidez. Por volta de 1926/27 surgiram dois novos patrimônios vizinhos: "Vila Barbosa" e "Marília". Assim, foram multipli-

cando-se as construções nesses Patrimônios, tendendo a fundí-los em um único núcleo urbano.

Em dezembro de 1928, o núcleo foi elevado a Distrito de Paz, pertencente ao município de Cafelândia. Em 3 de dezembro de 1928 inaugurou-se a estação de Marília, com a chegada do primeiro trem de passageiros da Paulista. Em 24 de dezembro de 1928, Marília transformou-se em município, formado pelos distritos de Marília, desmembrado de Cafelândia, e Pompéia, desmembrado de Campos Novos. Em abril de 1929 o município foi instalado.

Marília cresceu rapidamente entre 1926 e 1928, paralelamente a multiplicação das plantações de café. E quando os cafezais do município estavam dando as suas primeiras colheitas, ocorre a crise de 1929.

2. O Período 1933 a 1955

A crise de 1929 fez com que o crescimento de Marília entre 1929 e 1930 fosse arrefecido, porém logo em seguida retoma o seu crescimento²⁷. Este aumento no crescimento da cidade correspondeu à abertura de três novos Patrimônios junto ao núcleo original: "Vila Palmital" em 1934 e "São Miguel" e "Vila Bassan" em 1935.

Em 1934, com apenas 6 anos de vida do município, Marília contava com uma população urbana de 17.323 pessoas que já era superior a população urbana de vários outros centros mais antigos do Oeste Pioneiro como: Assis (1917) com população urbana de 6.190, Lins (1919) com 11.657, Araçatuba (1921) com 12.705 e Presidente Prudente (1921) com 7.280. Marília em 1934 era o maior centro do Oeste Pioneiro (e continuaria a ser em 1940), que superando os centros das regiões desbravadas anteriormente (Noroeste e Alta Sorocabana) e praticamente alcançando o tamanho de São José do Rio Preto e aproximando-se cada vez mais do tamanho de Bauru (centro original de onde se irradiou a ocupação dessas regiões).

Para se compreender esse rápido desenvolvimento de Marília, passando de Patrimônio a Centro Regional, é necessário compreender as funções de um patrimônio, ao qual recorreremos a

Gonçalves Ohtake:

"A fundação de um patrimônio estava intimamente associada à viabilização dos loteamentos de grandes glebas em sítios e fazendas, os quais, por sua vez, sustentavam o desenvolvimento urbano. A função do patrimônio era impedir o isolamento dos sítiantes que se instalassem oferecendo ao comprador dos lotes um centro onde pudesse por à venda seus produtos e se abastecer do que fosse necessário: alimento, crédito, sementes, objetos de uso, utensílios de trabalho, etc."²⁸

A localização dos novos patrimônios no Oeste Pioneiro estava fundamentalmente subordinada ao desenvolvimento das vias férreas, pois a operação da ferrovia exigia a implantação de paradas a intervalos regulares para a manutenção das máquinas e abastecimento de água ou lenha. Isto, por outro lado, possibilitava que os empresários informados dos planos de expansão das ferrovias a brissem loteamentos no local das futuras estações ou que os empresários ligados a uma ferrovia promovessem a abertura dos novos patrimônios. Além disso, o prestígio e influência política dos proprietários de terra frequentemente influenciavam na localização final de algumas estações.

A transformação de um patrimônio em cidade se dava à medida em que o pequeno núcleo ia crescendo à sua função original, que era o de escoamento da produção agrícola e abastecimento e apoio aos sítiantes, desenvolvendo outras novas, como a hotelaria (por estar numa área em que estava sendo desbravada), a instalação de estabelecimentos industriais vinculados, principalmente, à atividade agrícola e mesmo, a instalação de instituições de crédito para o apoio à produção agrícola.

Conforme Gonçalves Ohtake, a maioria das cidades do Oeste permanecia num estágio de "núcleos relativamente pequenos, com o caráter de povoados rurais, cuja vida era intimamente ligada ao entorno rural imediato".²⁹ Porém, algumas poucas alcançaram um estágio superior de desenvolvimento, ao estender seu raio de ação

sobre uma grande área da "franja pioneira", adquirindo um caráter de capital regional.

Ainda segundo Gonçalves Ohtake "... o fato de um patrimônio ser 'ponta de trilhos' e 'boca de sertão' durante um certo período levava a que ele se transformasse num nó de comunicação - e por isto centralizasse o mercado e a prestação de serviços na região. Isto fazia com que o patrimônio fosse desenvolvendo novas funções e gradualmente se transformando num núcleo urbano em franco progresso, permanecendo esta situação por um período de tempo suficiente ou em condições favoráveis tais, a ponto de consolidar-se esta atribuição funcional da cidade na região, mesmo que a frente pioneira avançasse criando nova ponta de trilhos mais a diante a cidade tendia a manter o caráter de centro regional... O crescimento na escala do desempenho funcional-urbano nesses aspectos estimulava o crescimento da população e o desenvolvimento de outros papéis funcionais complementares".³⁰

Assim, alguns centros conquistaram e mantiveram o papel de centro regional até hoje, como São José do Rio Preto, Presidente Prudente e Marília. Outros, por sua vez, acabaram perdendo na competição com outras cidades que, formadas posteriormente, conseguiram conquistar a liderança regional, como é o caso de Assis, que acabou subordinada a Marília e Lins, que perdeu a liderança para Araçatuba.

No caso específico de Marília, seu crescimento nesse período se deveu de um lado ao seu papel de entroncamento viário ligando regiões diferentes: primeiro como entroncamento rodoviário³¹, onde se cruzavam a estrada do espigão com a estrada Cafelândia-Platina-Assis, que cortava os três espigões. Isto colocava Marília (devido sua posição de entroncamento viário) como passagem obrigatória para a mais próspera região, em desbravamento no estado de São Paulo (o espigão entre o Peixe e o Aguapeí) e, posteriormente, como centro de influência para os núcleos que se formaram no espigão. Por outro lado, seu crescimento se deveu, também, ao seu papel de centro de mercado e de serviços em relação a

uma região em franco desenvolvimento e, ainda, à função de prestação de serviços em relação ao seu entorno rural imediato.

A crise de 1929 desorganizou a produção cafeeira em todo o estado. Para fazer face à crise, o governo federal, em 1933 proibiu novo plantio. Porém, apesar de tudo, o café permaneceu como uma cultura importante em Marília, sendo que entre 1934 e 1940, a produção cafeeira cresceu, não só em Marília, mas em toda a Alta Paulista.

O impacto da crise do café sobre Marília provocou uma temporária diminuição no ritmo de crescimento da cidade. Porém, isto foi mais que compensado pelo impulso decorrente do algodão, produto que se desenvolveu rapidamente no município e na região. Em 1936, Marília já era o maior produtor de algodão do estado, posição que manteve por dez anos.

Ainda em 1936, foi instalado em Marília um Posto de Expurgo de Sementes de Algodão, como desdobramento do Serviço Científico do Algodão instituído pelo Instituto Agrônômico de Campinas. Este posto tinha como função proceder à análise, expurgo e distribuição de sementes na região. Isto veio, por sua vez, a reforçar a centralidade funcional de Marília na região, já que nela aumentava a substituição do café pelo algodão.

O desenvolvimento da produção algodoeira contou com uma importante participação de imigrantes japoneses, que constituíram colônias concentradas em alguns municípios, sendo as principais em Basto, Lins e Birigui na Noroeste, Marília e Pompéia na Alta Paulista, Presidente Prudente e arredores na Alta Sorocabana. As plantações japonesas tiveram maior peso na Alta Paulista, sendo que em 1945, representavam 40% das plantações em Marília.

Marília e a região de sua área de influência tinham grande força na agricultura durante este período, sendo que a produção regional era responsável, em 1939, por mais de 10% da produção do estado em algodão, café, mamona, arroz e mandioca e 9% da de feijão. Além disso, a região era responsável por 10% do algo

ção nacional e 7% do café, sendo que apenas o município de Marília produzia 5% da produção nacional de algodão.

Em 1950 aumentou a importância do algodão para a região que passou a ser responsável por 21% da produção estadual e 12% da produção nacional. Nesta década, também, outro produto começou a se destacar: o amendoim, responsável por 56% da produção estadual e 42% da produção nacional em 1950.

Na região sob influência de Marília (região funcional)³², em 1950 as lavouras ocupavam 32,2% da área e as pastagens 65,5%, porém, o mesmo não ocorria na sub-região de Marília, onde as pastagens ocupavam 41,3% da área e as lavouras 51,4%. A região funcional de Marília em 1950 era responsável por 14,49% do rebanho paulista de caprinos; 10,9% das aves e 10,54% dos suínos, sendo que os rebanhos de ovinos, bovinos e muares situavam-se acima dos 6%.

Esta intensa atividade agrícola refletiu sobre a cidade de Marília, de um lado, na atividade de beneficiamento e transformação industrial dos produtos agrícolas e, de outro lado, no desenvolvimento dos serviços de apoio à produção. Em 1940, Marília contava com oito agências bancárias e em 1943 foi criado na cidade, com capitais locais, o Banco Brasileiro de Descontos.

Até 1934 a indústria era praticamente inexistente em Marília. O que havia eram alguns pequenos estabelecimentos produtivos, quase todos de vestuário ou alimentação, muito mais como unidades de apoio à atividade urbana do que propriamente como indústria.

A atividade industrial surgiu em Marília em 1936, quando a cidade já conquistara a posição de centro regional e também ultrapassara, em população, os outros centros mais antigos do Oeste Pioneiro. A indústria surgiu na cidade como um desdobramento da relação cidade-campo, pela transformação do algodão; articulada ao processo de industrialização restringida que ocorria ao estado.

Entre 1936 e 1937, instalaram-se em Marília impor

tantes estabelecimentos de transformação do algodão: em 1936 a SANBRA e a ANDERSON CLAYTON no beneficiamento do algodão, em 1937 a Anderson Clayton instalou sua fábrica de óleo e a Matarazzo começou com o beneficiamento do algodão e posteriormente, em 1939, instalou sua indústria de óleo e torta de algodão.

Em 1945, as duas fábricas de óleo, da Anderson Clayton e da Matarazzo, concentravam 39,9% do total de operários da cidade e 62,6% do capital aplicado na indústria e a atividade de transformação do algodão era responsável por 83% do capital aplicado na indústria de Marília e por 47% do emprego industrial.

Entre 1935 e 1945 desenvolveu-se uma atividade industrial significativa na cidade, com a criação de estabelecimentos de médio porte, com algumas empresas chegando a ter mais de 100 operários em 1945, como também com a diversificação da produção urbana pelo surgimento de pequenas unidades em ramos diversos.

Além da transformação do algodão, tinham grande importância na produção industrial da cidade as fiações de seda, que se desenvolveram pela interrupção da produção Japonesa de seda ocorrida durante a II Guerra Mundial. Em 1940 e 1941 o estado de São Paulo realizou uma campanha oficial de estímulo à Sericicultura, que encontrou grande receptividade no Oeste, especialmente pela colônia japonesa, que desenvolveu a plantação de amoreiras e a criação de bichos da seda. Em Marília, grande número de japoneses abandonaram outras lavouras para se dedicar à sericicultura. Em 1942 foi instalada a primeira fiação de seda na cidade e em 1946 já havia 17 fiações.

A indústria marilense estava concentrada até 1949 em dois ramos, alimentar e têxtil, que correspondiam a 86% do valor da produção e 58% do pessoal ocupado nesse ano. Esses dois ramos somados ao de madeira, material de transporte e editorial e gráfica eram responsáveis por 96% do valor da produção industrial da cidade e por 80% do emprego nesse setor. Isto mostra que a indústria de Marília era pouco diversificada e tradicional.

Na década de 1950 surge na cidade a indústria química, que em 1960 supera a indústria alimentar em valor da produção e chega ao segundo lugar (depois da indústria de alimentos) em termos de pessoal ocupado. A indústria têxtil caiu do segundo para o terceiro em valor da produção e de segundo para quinto em relação ao pessoal ocupado.³³ Outro ramo que cresceu foi o de bebidas que saiu da sexta posição em termos de valor da produção para a quarta posição e em relação ao pessoal ocupado passou do oitavo para o terceiro lugar.

A participação da indústria de Marília no VTI estadual, durante este período, foi declinante. Em 1939 participava com 0,51% no VTI estadual, passando para 0,44% em 1949 e a 0,25% em 1959.

A população de Marília, como vimos anteriormente, teve um rápido crescimento na década de 30, quando já em 1934 (com apenas 6 anos de vida do município) era uma das maiores concentrações urbanas do Oeste Pioneiro. A partir da década de 1940, com exceção do município de Marília, cuja população continuou crescendo, todos os outros municípios da área mínima comparável de Marília³⁴, tiveram suas populações sistematicamente diminuídas, devido a uma queda contínua da população rural da área. O crescimento de Marília, apesar dos desmembramentos que sofreu, foi o que manteve o crescimento do total da população da área mínima comparável até os anos 60. Na década de 40 a população da área mínima cresceu a uma taxa anual de 0,56% e na década de 50 de 0,74%. Enquanto isso a população total do estado crescia a uma taxa anual de 2,44% nos anos 40 e 3,57% nos anos 50. Portanto, a área teve um crescimento menor de sua população em relação ao estado, movimento esse que se acentuaria no período seguinte.

A população urbana da área mínima também apresentou um crescimento inferior ao do estado. Enquanto a população urbana do estado crescia a taxas de 4,25% nos anos 40 e 5,43% nos anos 50, a população urbana da área crescia a taxas de 3,16% nos anos 40 e 3,48% nos anos 50.

Porém, a maior diferença entre a área e o estado diz respeito a população rural. Nos anos 40 e 50 a população rural da área mínima comparável de Marília apresentou taxas de crescimento negativas (0,54% e 1,01% respectivamente) enquanto para o conjunto do estado estas taxas foram positivas (0,77% e 1,09% respectivamente). Este movimento, também se acentuaria no período seguinte, quando o decréscimo da população rural passa a ser superior ao da população urbana, provocando, na década de 60, uma diminuição da população total da área.

Porém, esse movimento da população rural nos anos 40 e 50 não foi igualmente distribuído por toda a região funcional de Marília. Nas regiões primeiramente ocupadas (Garça e Marília), a população rural, nas décadas de 40 e 50, estava decrescendo enquanto que nas regiões de ocupação mais recente (de Tupã em diante) a população rural estava crescendo, devido ao andamento da frente pioneira cada vez mais para o Oeste. A mesma tendência se deu, com relação a população urbana, à medida que se avançou para o oeste, ou seja, quanto mais se avançou maior foi a taxa de crescimento da população urbana. Esse movimento, com relação a população urbana, fez diminuir o grau de concentração da população em Marília, tanto em relação aos centros sub-regionais como em relação à população urbana da região. Assim, em 1950 Marília concentrava 20,8% da população urbana de sua região funcional, sendo que em 1960 essa proporção caiu para 17,7%.

Desta forma, durante este período, Marília conseguiu uma posição de destaque no cenário estadual. Com sua agricultura pujante, responsável por boa parte da produção dos dois principais produtos da lavoura paulista, o algodão e o café e a indústria que se desenvolvia, contando com ramos estratégicos da época, conforme assinala Gonçalves Ohtake: "a indústria de óleo vegetal vinha revolucionar o consumo alimentar substituindo a banha importada e tinha por trás, de um lado, uma das maiores indústrias do estado na época (Matarazzo) e, de outro, a força do capital estrangeiro (Anderson Clayton); o beneficiamento do algodão fornecia ma

téria-prima tanto para a indústria do óleo como para a indústria têxtil algodoeira, estrangeira e nacional, sendo controlada pelos maiores grupos de capital nacional e pelo capital estrangeiro; a indústria têxtil da seda perseguia a possibilidade de conquistar um espaço no mercado externo; e a indústria de madeira respondia a demanda decorrente da urbanização acelerada da região..."³⁵, pôde a cidade exercer o papel de capital regional, o que favoreceu o crescimento populacional da cidade, saltando de uma população urbana de 17.323 habitantes em 1934 para uma população de 54.178 em 1960, embora esse crescimento tenha sido menor do que o do conjunto do estado. Porém sua população passa a ser predominantemente urbana em vez de rural, como mostra sua taxa de urbanização, que em 1940 era 35% e em 1960 passa a ser de 59,6%.

Por outro lado, esse crescimento da população urbana exigiu modificações no setor terciário. Este que se desenvolveu devido a intensa atividade agrícola (para dar apoio à sua produção) e a posição de centralidade em relação a sua região, a partir de 1940 passou a concentrar a maior parcela da PEA urbana de forma crescente, em 1940 absorvia 75% da PEA urbana e em 1960, 78%.

3. O Período Pós-1955

Este período é marcado por importantes modificações no panorama do estado que se refletem sobre o Oeste Pioneiro e sobre a cidade de Marília. Essas modificações são implementadas pela industrialização pesada, que se instala concentradamente na porção leste do estado. A industrialização pesada trás novos determinantes ao desenvolvimento do estado, não apenas na indústria, que passa a ser liderada pela indústria produtora de bens de capital e consumo durável, mas também na agricultura, que passa a subordinar-se de forma crescente à indústria e o setor terciário que cresce com o aumento das cidades. É sobre os efeitos dessa nova realidade sobre o município de Marília o que analisaremos a partir de agora.

A década de 60 marca um ponto de inflexão na evolução da atividade agrária na região de Marília: o algodão passa a perder importância na produção agrícola estadual e nacional e, principalmente na região funcional de Marília que vai reduzindo gradativamente sua área agrícola na região (passa de 26,4% da área agrícola regional em 1950 para apenas 2% em 1975); o café, por sua vez, que havia duplicado a área de colheita entre 1950 e 1960 (quase metade da área de lavoura da região), tem sua área, em 1970, reduzida para 52% do que era em 1960. Paralelamente ocorreu também, uma mudança no uso da terra, sendo que entre 1950 e 1960 a área de lavoura cresceu de 574.566 ha para 636.853 ha e em 1970 essa área se reduziu para 475.287 ha (uma diminuição de 21% da área de lavoura em 1950). Essa diminuição ocorreu devido ao aumento da área ocupada por pastagens que em 1950 era ocupada por 402.644 ha e em 1970 chegava a 992.170 ha.

Em 1970 a área de lavoura era de 32,1% (contra 50,7% em 1950) e o café, o amendoim e o milho eram a base da agricultura regional. Culturas como arroz e feijão, importantes até a década de 1960, perderam importância, inclusive o feijão quase desapareceu. E, por outro lado, a cana-de-açúcar começou a surgir bem como o trigo e a soja em menor proporção.

Na estrutura fundiária também começa a haver uma modificação a partir dos anos 60, com a diminuição do número e da área de pequenas propriedades (menos de 10ha e, em menor proporção, 1a a 50 ha) paralelamente a um aumento de propriedades no estrato de 100 a 500 ha, onde cresceu a área e o número de estabelecimentos. Ocorre também um maior parcelamento das grandes propriedades situadas nos estratos de 500 a 1000 ha. Este quadro da estrutura fundiária, juntamente com as mudanças havidas na agricultura, aponta segundo Gonçalves Ohtake: "no sentido da modernização da agricultura com a configuração da empresa agrícola, processo em que se conjugam a estas outras tendências: o aumento da capitalização da produção agrícola e a liberação de mão-de-obra permanente e a generalização do trabalho volante".³⁶

Esse processo que estava ocorrendo na agricultura da região de Marília e comum a todo o Oeste, contribuiu para liberar mão-de-obra do campo, que se inicia já na década de 50 e que continuou durante toda a década de 60 evidenciando o esvaziamento do campo, que na década de 60 foi superior ao aumento da população urbana. Esta população liberada pelo campo permitiu a integração de um mercado de trabalho, principalmente, extra-regional, ou seja, grande parte dessa população migrou para as regiões mais dinâmicas e modernas do estado, reforçando o "exército de reserva" das cidades, rebaixando os custos da mão-de-obra, via maior oferta de força de trabalho. Isto propiciou uma potencialização da acumulação industrial do núcleo mais moderno da economia, situada na porção centro-leste do estado.

A indústria de Marília, que nos anos 50 havia entrado num período marcado pelo declínio no dinamismo industrial, nos anos 60 em diante passou a crescer num ritmo relativamente regular, tendo se articulado face à nova etapa de desenvolvimento do processo de industrialização, onde a indústria pesada se concentrou na metrópole. Assim Marília reordenou sua estrutura, reconcentrando-se no ramo alimentar, voltado principalmente para um mercado regional.

Durante todo esse período a participação da indústria de Marília no estado foi gradativamente caindo, de 0,25% do VTI estadual em 1959 para 0,19 em 1980 (sendo que em 1939, participava com 0,51% do VTI estadual).

A estrutura básica que havia se configurado na indústria de Marília no final do período anterior manteve-se até 1980 com poucas, mas importantes mudanças: a indústria voltou a se concentrar em torno da indústria alimentar; ocorreu uma ligeira diversificação, pelo desenvolvimento de outros ramos secundários e o grande crescimento do ramo metalúrgico, em especial, após 1975, sendo que em 1980 já superava os ramos têxtil e bebidas em valor da produção.³⁷ Produtos alimentares, química, têxtil e bebidas concentravam em 1960, 1970, 1975 e 1980 respectivamente, 92%, 86%,

84,6% e 76,3% do valor da produção e empregavam 67%, 62%, 64% e 53,9% dos operários.³⁸ Outros dois ramos que cresceram em importância foram papel e papelão em 1970, e editorial e gráfica em 1975.

Com o processo de industrialização pesada, a importância da indústria de Marília foi gradualmente decaindo. O algodão foi substituído pela soja como matéria-prima da indústria de óleo, que passou a desenvolver-se, preferencialmente, nas áreas de sua produção; além disso, o algodão também foi substituído pelos fios sintéticos como matéria-prima da indústria têxtil. Por outro lado, circunstâncias particulares reforçaram essa perda de dinamismo da indústria de Marília, como o desaparecimento da indústria têxtil da seda, após um surto episódico; e a perda de importância da indústria da madeira à medida que a floresta foi sendo destruída.

Desta forma, o declínio da produção de algodão, o insucesso da seda e a perda de importância da indústria da madeira desarticularam o parque industrial da cidade, em especial, a indústria têxtil, a de beneficiamento do algodão e a de óleos comestíveis, levando várias empresas a encerrar suas atividades. Porém, o desenvolvimento da indústria de bebidas e a química, bem como a configuração de um setor de massas alimentícias na indústria alimentar, compensou este movimento de desarticulação em alguns setores.

Na década de 60, a indústria mariliense reconcentrou-se em torno da indústria alimentícia, graças ao desenvolvimento da segunda geração da indústria de óleo³⁹, e do crescimento da indústria de massas e balas. Houve também, um crescimento diversificado de vários ramos da indústria local, muitos dos quais ligados diretamente ao crescimento de um mercado consumidor urbano. Este movimento continuou na década de 70, acrescentando-se a instalação de uma empresa do ramo têxtil de capitais japoneses, a KOBES, que tem 80% de sua produção dirigida ao mercado externo; a abertura da nova linha de produção da SASAZAKI, que se diversifica

da produção de implementos agrícolas para a fabricação de venezinas de aço e a instalação de uma unidade da indústria de bebidas Antártica.

Desta forma, a indústria mariliense conseguiu retomar seu desenvolvimento, baseada em produtos alimentares e volta da principalmente para um mercado regional. Isto se deveu ao fato de que a indústria de Marília não contava com o mesmo dinamismo e modernidade da indústria metropolitana, o que lhe dava desvantagem na competição com esta indústria. Por outro lado, a indústria de Marília pôde desenvolver-se a um ritmo de crescimento próprio, a lheio ao da metrópole, o que foi possível graças a distância de Marília e da metrópole.

O fato da evolução industrial de Marília ter-se inciado e ter chegado nos anos 70 baseada e concentrada na indústria alimentar, não tem o mesmo significado nos dois momentos conforme esclarece Gonçalves Ohtake: "Na década de 40, a industrialização de alimentos correspondia a um recente avanço técnico, constituindo um setor importante na industrialização paulista - a indústria de Marília ligava-se então ao núcleo do processo de industrialização paulista e desenvolvia-se associado a indústria metro politana. Nos anos 70, a indústria alimentar configurava-se já como um ramo tradicional, à margem do núcleo mais avançado de desenvolvimento da indústria paulista. Esta, em outro patamar de desenvolvimento, caracterizado por outro estágio de desenvolvimento das forças produtivas e da divisão social do trabalho, desenvolvera novos ramos dinâmicos, que eram o novo sustentáculo do processo de industrialização; e neste desenvolvimento, concentrara-se no território, na proção centro-leste do estado. A reconcentração da indústria de Marília no setor de alimentos, neste estágio da indústria paulista, ocorreu justamente por uma dissociação entre a indústria de Marília e a da metrópole, em que a primeira foi subordinada à segunda. É a modernização da pauta de consumo, resultante do processo de industrialização, que garante o mercado para a indústria mariliense; e a faixa de mercado que ela atende é a que lhe foi

deixada pela indústria metropolitana, mais moderna e produtora de bens para um mercado urbano mais exigente".⁴⁰

Essa predominância da indústria alimentícia, segundo informações colhidas junto ao CIESP de Marília, predomina também nos anos 80, com destaque para as firmas Ailiram (balas e biscoitos), Marilan (massas e biscoitos), Raineri (massas), Zillo (beneficiamento de algodão), J. Alves Veríssimo (óleo vegetal bruto), entre outras; todas essas firmas tinham mais de 100 empregados em 1980 e a Ailiram em 1986 tinha aproximadamente 1.800 empregados.

Após 1980 a Ailiram, a maior empresa do ramo alimentício da cidade, foi comprada pelo grupo norte-americano Beatrice Co., de Chicago - o segundo do mundo no setor de produtos alimentícios, com filiais espalhadas por 80 países. Outra empresa que "mudou de mãos" foi a Raineri, empresa de capital local, que recentemente foi adquirida pela ADRIA. E para 1989 deve instalar-se na cidade uma unidade da Coca-Cola.

Quanto a população da área mínima comparável de Marília, na década de 60 ela foi decrescente (apesar do crescimento da cidade de Marília) devido ao esvaziamento populacional dos outros municípios da área mínima. As taxas de crescimento anual da população total da área mínima comparável de Marília, durante todo o período foram bastante baixas: negativo entre 60 e 70 e um pouco superior a 1% ao ano na década de 70, enquanto que o estado em nenhuma das décadas teve um crescimento inferior a 2,44% ao ano.

Esse movimento da população da área mínima comparável de Marília se explica pela evolução da população rural, que caiu sistematicamente em todos os municípios da área durante todo o período e mais acentuadamente do que o conjunto do estado. Essa diminuição da população rural da área, apesar de vir ocorrendo desde 1950, acelerou-se subitamente nos anos 60, quando passou de uma taxa de -1,01% nos anos 50 para -4,36% nos anos 60 e em seguida -4,77% nos anos 70. Esse movimento foi diferente em relação ao conjunto do estado, onde a população rural cresceu até os anos 50, de

creveu nos anos 60, a uma taxa média anual de -3,09 (inferior da área mínima), mas nos anos 70 desacelerou o ritmo de decréscimo (-2,12). Desta forma, o decréscimo da população rural da área foi mais intenso do que o verificado para o conjunto do estado.

Na década de 60, a população total da região funcional de Marília que crescera na década anterior a uma taxa média de 2,57%, passou a crescer a uma taxa negativa de -1,16%. A população urbana reduziu seu ritmo de crescimento, caindo de uma taxa de 5,22% nos anos 50 para 2,45% nos anos 60 (menor que a metade da taxa estadual). E a população rural que viera crescendo a uma taxa baixa (1,28%), mas superior ao estado, passou a decrescer a uma taxa de -4,08% ao ano, enquanto a média estadual foi de -3,09%.

Assim, nos anos 60, configura-se a formação de um fluxo migratório que abandonou a região, seguindo ou para a frente pioneira para além das fronteiras do estado ou para outras regiões do estado de São Paulo, em especial, para o leste.

Este processo de esvaziamento do campo foi mais ou menos comum para toda a região (e também para todo o Oeste), apenas com intensidade diferente nas sub-regiões. E as únicas áreas cuja população total não apresentou taxas negativas de crescimento na década de 1960 foram as de Marília (a área mínima de comparação) e a sub-região de Assis, esta última devido ao crescimento da cidade-centro da sub-região, que compensou a queda da população rural.

Nessa década, tornou a aumentar o grau de concentração da população urbana regional em Marília, que havia diminuído nos anos 50 face à expansão urbana generalizada na região. Chegou em 1970 com 19,4% da população urbana regional (inferior aos 20,8% de 1950). Essa situação foi experimentada pelos outros centros urbanos da região, que aumentaram sua participação no total da população urbana.

Na década de 1970 a população da região tendeu a estabilizar. A população total parou de diminuir, mas cresceu a uma taxa quase nula; o crescimento da população urbana permaneceu qua

se no mesmo patamar, bem abaixo da taxa estadual, a qual arrefeceu em relação à década anterior; e a população rural permaneceu de caindo, mas de modo menos acelerado que na década anterior, porém, a um ritmo mais intenso do que se verificou para o total do estado na década de 1960.

Fora a área mínima comparável de Marília e a área de influência de Tupã, todos os centros e sub-regiões apresentaram uma taxa de crescimento da população total muito próximas a zero.

Nesta década a população urbana cresceu apenas ligeiramente superior ao decréscimo rural, para o conjunto da região. A população urbana aumentou em 112.752 pessoas, enquanto a população rural diminuiu em 100.925 pessoas.

O acréscimo populacional urbano concentrou-se nas sub-regiões de Marília, Tupã e Assis mas, apenas na primeira, foi concentrado no centro urbano principal, o que fortaleceu a concentração em Marília, superando a marca de 1950 de 20,8%, chegando em 1980 a 21,3% da população urbana regional. Com isso a taxa de urbanização do município que era de 59,6% em 1960, chega em 1970 a 77,4% e em 1980 a 88,1%, contra 88,6% do conjunto do estado de São Paulo.

Analisando o crescimento da população e o crescimento do pessoal ocupado na indústria durante o segundo e o terceiro período, a conclusão a que se chega é de que a atividade industrial não é a determinante mais forte do crescimento de Marília. Pois se a população urbana de Marília cresceu a uma taxa de cerca de 3% ao ano na década de 40 e nas três décadas seguintes manteve uma taxa praticamente constante em torno de 3,5% ao ano (com um ligeiro decréscimo na década de 1960), o pessoal ocupado na produção industrial cresceu a 4,9% ao ano nos anos 40, na década de 50 caiu quase a zero, porém, na década de 60 recuperou seu crescimento com uma taxa de 8,2% ao ano (enquanto o emprego industrial do estado havia caído) e nos anos 70 o ritmo de crescimento diminuiu (assim como no estado). Desta forma, mesmo com um crescimento do

emprego industrial a partir dos anos 60, o crescimento populacio
nal da cidade foi nulo, o que indica que a atividade industrial
não foi o determinante mais forte do crescimento de Marília.

Um dos fatores importantes para o desenvolvimento
urbano de Marília foi o seu papel de centro regional, inclusive
com o reconhecimento oficial, ao se atribuir à cidade, em 1970,
a categoria de sede da 11a. Região Administrativa do Estado de
São Paulo. Isto permitiu que a cidade continuasse a exercer fun
ções que na prática já desempenhava, além do desenvolvimento de ou
tras novas que reforçariam o seu papel regional por força desta
atribuição formal, como a instalação de delegacias regionais ou
escritórios de representação de todos os serviços da administração
pública e muitos da iniciativa privada.

Marília também é um importante centro regional na
prestação de serviços na área de saúde: desde a década de 1950 já
possua cinco hospitais gerais, que na década de 1960 foi reforça
do com a criação da Faculdade de Medicina e a instalação do Hospi
tal das Clínicas. Na década de 70, Marília desenvolveu outra fun
ção de serviços, a do ensino superior, onde hoje a cidade conta
com quatro faculdades, que até 1985 ofereciam 25 cursos superio
res.

Marília, apesar de um desenvolvimento industrial re
lativamente modesto frente as regiões situadas no Centro-Leste do
estado, sempre exerceu na sua região uma posição de liderança, pois
em 1940 e 1950, a indústria de Marília era a de maior valor da
produção dentro do Oeste Pioneiro e em 1960, 1970 e 1980, permane
ceu em uma segunda posição, atrás apenas de Araçatuba em 1960 e
1980, e de Presidente Prudente em 1970. Desta forma, estabelece
ram-se instituições ligadas a indústria, como o SENAI (desde 1952)
SESI (também desde a década de 1950) e a Delegacia Regional do
CIESP (desde 1978).

Assim, o principal fator que explica o desenvolvi
mento da cidade de Marília é a sua própria condição de centro-re
gional, que foi inicialmente determinado pela sua pujança no setor

primário, que pôde assim, centralizar relações dentro de sua região. re

2ª PARTE

EVOLUÇÃO URBANA DE MARÍLIA APÓS 1970

Após termos visto como se deu o desenvolvimento do município de Marília, situando-o no processo geral do estado de São Paulo, passaremos a analisar as conseqüências desse padrão de desenvolvimento sobre as condições de vida urbana de Marília. Para isso investigaremos alguns indicadores referentes ao município, usando como parâmetro a situação das demais capitais regionais e/ou o estado para podermos situar Marília em referência ao quadro geral urbano do estado de São Paulo.

A avaliação das condições de vida urbana em Marília com relação as demais capitais regionais virá demonstrar a hipótese de que com o padrão de desenvolvimento do estado de São Paulo a partir da industrialização pesada reproduziram-se nas grandes cidades paulistas a mesma deterioração do padrão de vida urbana verificados na metrópole paulista. Porém, essa deterioração do padrão de vida não tem a mesma intensidade em todas as grandes cidades. Ela é mais intensa nas grandes capitais do Leste, justamente onde foi mais intenso o desenvolvimento capitalista e em decorrência tiveram um crescimento populacional muito superior às capitais do Oeste.

Ao aderirmos à discussão em torno dessa hipótese⁴¹ tínhamos como objetivo contribuir para essa discussão ao focalizar o caso específico de Marília. Para nossa análise das condições de vida urbana analisaremos os seguintes tópicos: Renda, Finanças Públicas, Crescimento Urbano e Habitação, Transportes, Saneamento, Saúde e Educação.

RENDA

Para fazermos uma análise do município de Marília no tocante a Renda, é necessário a sua comparação com as outras capitais regionais. Para isso foram utilizados os seguintes indicadores: distribuição de pessoas ocupadas por classes de renda e renda média da População Economicamente Ativa (PEA), em múltiplos do salário mínimo para 1980.

Com isso verificamos que a maior participação percentual das pessoas com rendimentos entre zero e um salário mínimo ocorre nos municípios de Araçatuba (32,6%), Marília (32,2%) e Presidente Prudente (28,7%), todas localizadas no Oeste paulista. Encontramos no outro extremo os municípios de São Paulo (13,0%), Santos (15,7%) e Campinas (18,8%) que são as cidades mais dinâmicas do Leste do estado.

Na faixa de rendimento entre zero e três salários mínimos encontramos em Marília a maior proporção de pessoas ocupadas, 76,6%, seguida por Araçatuba (75,8%) e Presidente Prudente (73,5%). Nas cidades de Santos, São Paulo, Campinas e São José dos Campos é onde se encontra a menor participação de pessoas na faixa de rendimento entre zero e três salários mínimos, respectivamente com: 51,6%, 59,0%, 63,2% e 63,8%.

Assim, embora a concentração das pessoas ocupadas na faixa de rendimento entre zero e três salários mínimos se dê em todas as capitais regionais, são naquelas localizadas no Oeste do estado, em especial Marília, Araçatuba e Presidente Prudente, onde essa concentração é maior. São Também nestes mesmos municípios onde encontramos a menor participação do pessoal ocupado com rendimentos superiores a cinco salários mínimos, e novamente com destaque para Araçatuba (12,4%), Marília (12,6%) e Presidente Prudente (13,8%), enquanto Santos (28,7%), São Paulo (22,5%) e Campinas (20,3%) são as capitais regionais onde ocorrem as maiores participações do pessoal ocupado na faixa de renda acima de cinco salários mínimos.

O mesmo fenômeno visto para o pessoal ocupado ocorre com relação a renda familiar, ou seja, são nos municípios do Oes

te paulista onde ocorre uma maior proporção de famílias com renda entre zero e dois salários mínimos e uma menor participação de famílias com rendimentos superiores a cinco salários mínimos, em relação as capitais do Leste⁴².

Assim, verificando os resultados obtidos para as capitais regionais observamos que os municípios relativamente mais ricos são aqueles mais industrializados, com um maior grau de diversificação em suas forças produtivas e maior população, localizadas no eixo Leste do estado, onde se concentrou a indústria pesada, ou seja, na região metropolitana, na região de Campinas e no Litoral. Num outro patamar encontramos aquelas capitais localizadas na região do Vale do Paraíba, Ribeirão Preto e Sorocaba, seguidas por Bauru e São José do Rio Preto. E num patamar mais baixo encontramos Araçatuba, Marília e Presidente Prudente, todos municípios de grande peso do setor primário em suas bases econômicas e localizados no Oeste do estado.

Dentro desse quadro, supondo que as proporções da população dentro da faixa de rendimento verificadas em 1980 tenham se mantido no decorrer da década, aliado ao fato da crescente perda de poder de compra do salário mínimo provocado pelo processo inflacionário, é possível perceber a grave situação da população de baixa renda. Em Marília isto pode ser verificado pelo aparecimento de favelas, no município, a partir de meados da década de 1980. So-me-se a isso a grande população de "bóias-frias", em relação a população total, existente em Marília, que é de cerca de 10.000 trabalhadores (segundo a Delegacia Regional do Trabalho de Marília) que a Secretaria de Saúde e Promoção Social acrecita que tenha um grande peso na população favelada.

Desta forma, a grande parcela do pessoal ocupado nas menores faixas salariais associada a perda de poder de compra do salário mínimo acaba gerando grandes dificuldades para a população de baixa renda, porém, esse não é um problema específico do município de Marília e sim geral. Entretanto, é na região Oeste do estado, em virtude de seu menor dinamismo com relação ao Leste, onde há uma menor parcela de pessoas ocupadas com uma renda superior a cinco salários mínimos, sendo Marília um exemplo que se destaca entre as capitais regionais dessa área do estado.

FINANÇAS PÚBLICAS MUNICIPAIS

Para fazermos nossa análise sobre as finanças públicas do município de Marília é necessário um breve histórico a partir da reforma tributária de 1966 e suas conseqüências sobre os municípios brasileiros, em especial, os paulistas⁴³.

As reformas implementadas no início do governo militar tinham como objetivo dotar o governo central de instrumentos de planejamento econômico de forma a possibilitar-lhe poder de promover e orientar o processo de acumulação de capital. Este também foi o caráter da reforma tributária, que para adequar-se aos objetivos pretendidos era necessário que se modernizasse e que fosse dotada de uma maior flexibilidade. Além disso, seria preciso recursos em níveis superiores ao estritamente necessário para o saneamento do setor público, que havia ficado em grandes dificuldades financeiras devido ao enorme esforço de investimento realizado a partir de meados da década de 1950 e agravado pela crise da economia brasileira no início dos anos 60.

Para a modernização do sistema tributário foram eliminados vários tributos e criados outros, além da introdução de modernas técnicas tributárias. Já a flexibilidade do novo sistema foi conseguida através da possibilidade dada ao governo central de legislar através de decretos-leis sobre os tributos, podendo determinar alíquotas e isenções dos tributos dos níveis inferiores de governo, e podendo também estabelecer vinculações e condicionalidades aos recursos federais repassados aos estados e municípios.

A reforma concentrou na União as decisões de legislar sobre os tributos, limitando a atuação tributária de estados e municípios, subordinando-os às decisões do governo central. Estados e municípios tiveram retirados impostos e estreitados suas competências sobre seus próprios tributos, além de verem-se restringidos em suas autonomias na determinação de seus níveis de gastos, quer pela redução de seus recursos arrecadados localmente, quer pela impossibilidade de alterarem os montantes dos recursos transferidos. O governo federal passou a condicionar o uso e as fontes de empréstimos a estados e municípios, que juntamente com as transferências a fundo perdido passaram a ser a principal fonte de recur-

dos destes.

O governo militar, com o sucesso econômico de sua política, passou a intensificar a utilização do instrumento tributário na promoção do crescimento econômico, com isso passou a concentrar recursos e a orientar suas aplicações. Assim, reduziu os recursos repassados pelo Fundo de Participação dos Municípios (FPM), além de interferir em sua aplicação. Inicialmente, metade desses recursos deveriam ser aplicados na conta "Investimento". Com isto, proliferaram os investimentos improdutivos (modernizações de prédios públicos, praças, ajardinamentos, fontes luminosas, etc), em especial nas pequenas cidades ou nas menos dinâmicas, como forma de fugir do aumento dos gastos em custeio da máquina administrativa como consequência dos gastos em investimento.

Posteriormente, o FPM passou a ser condicionado totalmente aos gastos em investimento nas áreas de saúde, educação e saneamento. Esta medida para os grandes municípios foi inócua, pois o volume vinculado ficava aquém de seus investimentos normais nestes setores, enquanto que os pequenos municípios foram isentados dessa obrigação. Já para os médios municípios acentuaram-se as tendências de aumento de custeio o que provocou novamente uma fuga dos investimentos em saúde e educação para evitar o aumento do custeio. Por outro lado, expandiram-se os gastos em saneamento, tanto por não gerarem novos gastos como por valorizarem os novos espaços urbanos. Isto pode ser verificado pela melhoria quase generalizada do saneamento básico nos municípios paulistas.

Entre 1970 e 1975 os recursos repassados pela União aos municípios passou a decrescer em termos reais, passando de 8,3% em 1968 para 5,2% em 1970 e 3,7% em 1975, o que fazia parte de uma política de maior centralização de recursos em poder da União. Ao mesmo tempo, também os repasses estaduais passaram a decrescer, em virtude de isenções e créditos-prêmios às exportações para estimular o setor exportador, o que afetou a arrecadação de ICM. Desta forma os municípios paulistas, em franco processo de urbanização, viram-se limitados para atender às novas demandas sociais provocadas pela aceleração da urbanização.

A partir de 1975 com a desaceleração econômica e os municípios vendo seus orçamentos comprometidos pela dívida assumida anteriormente, a oposição passa a pressionar o governo mili

tar por uma descentralização de recursos. Com isto, a partir de 1976, os percentuais do FPM começaram a ser majorados em 1% ao ano. Um outro fator veio a favorecer os municípios que foi a estabilização das alíquotas do ICM e a União passando a assumir os encargos do "crédito-prêmio" do ICM às exportações. Desta forma os recursos municipais começaram a crescer, porém, este crescimento foi acompanhado da acentuação das vinculações dos recursos transferidos para os setores priorizados pelo IIº PND (educação, saúde e saneamento, vistos anteriormente). Entretanto, isto não foi suficiente para evitar a queda da qualidade de vida urbana, pois se houve aumento esse aumento se deu sobre uma base bastante reduzida, em virtude da concentração de recursos nas mãos da União.

No início da década de 1980, com as pesadas correções monetárias das dívidas contraídas na época do "milagre econômico" e o crescente custo financeiro dos novos empréstimos, os municípios, de modo geral, viram-se impotentes para fazer frente ao crescimento das demandas sociais, que agravaram-se com a crise econômica. Com isso, a vida urbana deteriora-se ainda mais.

Entre 1965 e 1980 a receita efetiva per capita triplicou para o conjunto dos municípios do estado de São Paulo devido, especialmente, às transferências correntes e ao crescimento da arrecadação própria dos municípios, promovida principalmente pelo crescimento da receita do Imposto Sobre Serviços (ISS). Já no período 1981/1985 caíram generalizadamente os itens da receita municipal⁴⁴, exeto as transferências federais, que vinham sendo reforçadas desde meados da década de 1970 e que cresceram mais ainda após 1983 com a emenda constitucional 28, que elevou a parcela do produto da arrecadação do Imposto de Renda e do IPI destinados ao FPM em 3,5% para 1984 e mais 2,5% para 1985.

Até 1984 as transferências estaduais e a receita tributária própria dos municípios caíram. As transferências estaduais caíram devido a queda da atividade econômica até 1984 e a receita tributária caiu devido ao crescimento da inflação, que corrói o valor dos impostos municipais, que são lançados fixa e anualmente. Porém, a partir de 1985 ambos começam a recuperarem-se graças a pequena reversão econômica do país a partir de 1985.

Entre 1980 e 1986 os grandes municípios do interior paulista apresentaram ganhos reais em termos per capita nos

seus recursos, relativa estabilização nos gastos de manutenção da máquina administrativa e gastos decrescentes com suas dívidas. Ao contrário, a capital paulista viu aprofundar-se sua crise financeira devido aos elevados e crescentes gastos com pessoal e encargos da dívida, aliada a uma queda de suas receitas correntes per capita.

Para o município de Marília especificamente, notamos que, tanto as receitas como as despesas apresentaram-se em 1985 superiores, em termos reais, em comparação com 1970. Notamos que em 1985 a receita real foi 32,57% maior do que em 1970 e a despesa real foi 30,58% maior. A receita real apresentou-se oscilante entre 1970 e 1985, atingindo em 1976 seu nível mais elevado e em 1983 seu nível mais baixo. O movimento da receita real durante esse período foi o seguinte: decrescente entre 1970 e 1973 e entre 1976 e 1980 e crescente entre 1980 e 1982 e entre 1983 e 1985.

É importante observar que a receita real per capita (ou seja, a receita total, menos as operações de crédito, dividido pela população total do município) apresentou uma queda em 1985 em relação a 1970, embora a receita real em 1985 fosse maior que em 1970. Isso demonstra que a população do município cresceu mais que proporcionalmente a receita real. Porém, podemos notar que também que a receita real per capita entre 1980 e 1985 apresentou-se crescente, com exceção dos anos de 1983 e 1984. A receita real per capita passou de Cr\$ 6,08 em 1980 para Cr\$ 6,55 em 1985, enquanto que em 1970 ela foi de Cr\$ 7,06. O crescimento da receita per capita entre 1980 e 1985 segue o mesmo padrão ocorrido para o conjunto do interior paulista devido à estabilização dos gastos da máquina administrativa. Estes, em Marília, passaram a ser decrescentes a partir de 1983, ano no qual atingiu seu nível mais elevado (45,7% do total das despesas), chegando em 1985 a representar 37,1% do total das despesas do município.

A capacidade de financiamento próprio do município, ou seja, a participação da receita tributária sobre a receita total, aumentou no período. Em 1970 a participação dos impostos e taxas na receita total era de 18,1% e em 1979 já era de 40,7%. A partir de 1981, ano em que a receita tributária atingiu sua maior participação na receita total (43,8%), começou a declinar em virtu

de da própria crise econômica, seguindo o mesmo que se deu no restante do estado. Porém, em 1985 a capacidade de financiamento próprio dos municípios paulistas começou a recuperar-se, ao contrário de Marília, que continuou caindo, chegando em 1985 a apenas 24,3%, porém, ainda superior a 1970.

Ao analisarmos as despesas municipais verificamos que a maior parcela de recursos foram destinados ao item "Administração e Planejamento", que corresponde aos gastos efetuados pela prefeitura para a administração do município. Tal crescimento se deu devido ao aumento das despesas em custeio da máquina administrativa, em especial dos gastos com pessoal que cresceram até 1983. A partir de 1984 os gastos com custeio e gastos com pessoal começaram a cair provocando a queda dos gastos de administração. Tal fenômeno também ocorreu para o conjunto dos municípios paulistas onde a partir de 1983 as despesas de custeio caíram de 62,1% para 53,0% em 1985. Para Marília essa queda foi de 76,6% em 1983 para 68,0% em 1985. Considerando-se apenas as capitais regionais, nem todas apresentaram uma queda dos gastos de custeio, como foi o caso de São Paulo, Santos, São José dos Campos, Presidente Prudente e Bauru. Em 1983 Marília era a capital regional com um maior gasto em custeio (76,6%), enquanto que Presidente Prudente apresentava o menor gasto em custeio (45,5%). Em 1985 a capital regional com um maior comprometimento de suas despesas com gastos em custeio foi Araçatuba (71,0%), enquanto que a capital regional de menor gasto em custeio foi São José do Rio Preto (50,3%).

Em seguida aos gastos no item "Administração e Planejamento", seguem com maior peso, no município de Marília, os itens "Educação e Cultura" e "Habitação e Urbanismo". O item "Educação e Cultura" consumiu em 1970 16,2% do total de gastos do orçamento do município, passando na década de 1980 para acima de 20,0%. Já o item "Habitação e Urbanismo" consumiu mais de 12,0% em todos os anos analisados. Outros itens com um certo peso nos gastos do município são: "Comunicação e Transporte", que em média correspondeu a 7,6% da despesa total do município e "Assistência e Previdência", que em média correspondeu a 5,5% dos gastos. O item "Saúde e Saneamento" que em 1970 e 1973 teve grande peso nos gastos do muni

cípio (acima de 10,0%), a partir de 1976 ficou numa média de 2,6%.

Comparando-se as capitais regionais verificamos que as que tiveram uma maior receita real per capita foram aquelas localizadas no Leste do estado, que são justamente as mais modernas e dinâmicas. Apesar disso, são essas as cidades em que os problemas urbanos têm aflorado de maneira mais acentuada, devido o crescimento populacional mais intenso.

Assim, o que se verifica para o município de Marília segue de forma mais ou menos próxima ao ocorrido para o conjunto dos municípios paulistas. Esse movimento das finanças públicas municipais, por sua vez, foi fruto de uma política tributária implementada pelos governos militares, para viabilizar, através de incentivos e de uma orientação governamental, um certo projeto de desenvolvimento. Porém, com a centralização de recursos na esfera federal tornou-se difícil aos municípios fazer frente ao rápido processo de urbanização que ocorria e o atendimento às novas demandas sociais produzidas pela urbanização.

CRESCIMENTO URBANO E HABITAÇÃO

O crescimento urbano de Marília se deu inicialmente em torno dos três Patrimônios que lhe deram origem: Alto Cafezal, Barbosa e Marília, o que atualmente configura o centro da cidade. Além da incorporação das terras próximas aos três Patrimônios a cidade começou a crescer em primeiro lugar para o norte e em seguida para o oeste e leste. A região mais ao sul, apesar de possuir algumas áreas de ocupação mais antiga, é basicamente recente. É na região ao sul da cidade onde foi implantado o maior núcleo habitacional do município, Nova Marília, concluído no início desta década.

O eixo norte-sul do município de Marília é onde se concentra a maior parte da população, das indústrias e dos serviços da cidade. Na região oeste é onde estão localizadas as faculdades do município. Já a região leste é uma área pouco ocupada, em comparação com as outras regiões, possuindo grandes espaços vazios.

Ao norte da cidade é onde está instalado o Distrito Industrial, que possui uma área de 1.440 m² e que está totalmente ocupado⁴⁵. O Distrito Industrial, criado em 1974, possui: água, iluminação pública, guias e sarjetas, rede telefônica e pavimentação asfáltica, porém, não conta com rede de esgoto. Estão instalados no distrito algumas das mais importantes indústrias de Marília, como por exemplo as Ópticas Iguatemi, Kobes do Brasil, Glasmar, Indústria e Comércio Sassazaki, entre outras. O Distrito Industrial está a uma distância de 3 Km do centro da cidade.

A Prefeitura Municipal de Marília está construindo também, ao norte da cidade, um segundo distrito industrial com 218,4 Km². A infra-estrutura básica do segundo distrito industrial será a mesma do primeiro. Os lotes serão financiados com recursos da prefeitura, sendo que serão cobrados os preços de custo dos lotes, que serão divididos em seis parcelas. Além disso, as indústrias que lá se instalarem receberão isenção do pagamento do IPTU e ISS por prazos que variam de cinco a dez anos.

Marília, apesar de ser um importante centro comercial, não conta com nenhum "Shopping-Center". Apesar disso, a cida

de conta com importantes redes de lojas como Arapuã, Mesbla, Riachuelo, Pernambucanas entre outras, e importantes redes de supermercados onde se destaca o Pão de Açúcar.

Quanto ao crescimento populacional, Marília apresentou um crescimento da população urbana de 3,51% ao ano na década de 1960 e de 3,44% na década de 1970, inferior à média estadual, que foi de 5,88% ao ano na década de 1960 e de 4,40% na década de 1970. Mesmo com relação à população total, Marília também apresentou um crescimento inferior à média estadual nas décadas de 1960 e 1970, quando a taxa de crescimento foi de 0,77% em 1960 e 2,18% em 1970 para Marília e de 3,30% em 1960 e 3,38% em 1970 para o estado.

O município de Marília apresentou, ao longo da década de 1970, um crescimento no número de domicílios, que passou de 19.327 em 1970 para 26.683 domicílios em 1980. O Censo Demográfico da Fundação IBGE divide os domicílios em "Permanentes" e "Improvisados", no qual "Permanentes" é aquele construído para fins de residência e "Improvisados" não. Dentro da categoria "Permanente" ocorre uma subdivisão, onde os domicílios são classificados em "Duráveis" e "Rústicos". Os "Duráveis" são aqueles localizados em prédios em cuja construção predominam paredes de alvenaria ou madeira aparelhada e "Rústicos" aqueles localizados em prédios em cuja construção não predominam paredes de alvenaria ou madeira aparelhada.

Analisando os dados censitários verificamos que em 1970 o município apresentava todos os seus domicílios na categoria "Permanentes" (19.327 domicílios) e praticamente mantendo essa situação em 1980, quando 99,8% dos domicílios eram "Permanentes" (26.624 domicílios). Notamos também que o município apresentava em 1970 91,8% de domicílios permanentes duráveis em relação ao total de domicílios, subindo essa porcentagem para 99,1% em 1980. Este aumento dos domicílios permanentes duráveis se deu em detrimento dos domicílios permanentes rústicos, que correspondiam em 1970 a 1586 domicílios (8,2%) contra apenas 179 (0,7%) em 1980.

Podemos notar também que no período 1970/1980 os domicílios próprios ou em aquisição cresceram mais que os alugados e outros tipos de condição de ocupação de domicílios. Enquanto os

domicílios próprios ou em aquisição passaram de 8.607 para 13.401 (crescimento de 4,5% ao ano), os domicílios alugados passaram de 6.493 para 9.155 (cresceram 3,5% ao ano) e os outros tipos de condição de ocupação passaram de 4.227 para 4.068 (decreceram 0,4% ao ano).

Analisando os dados censitários referentes ao total de domicílios permanentes, podemos verificar que a taxa de crescimento deste situou-se ligeiramente abaixo da taxa de crescimento da população urbana de Marília entre 1970 e 1980. O total de domicílios permanentes passou de 19.327 em 1970 para 26.624 em 1980, ou seja, apresentou uma taxa de crescimento de 3,3% ao ano, enquanto a população urbana cresceu a uma taxa de 3,5% ao ano no mesmo período. Porém, considerando-se a população total do município, veremos que o crescimento do total de domicílios permanentes foi superior à taxa de crescimento da população total, que foi de 2,2% ao ano entre 1970 e 1980. Isto significa que, face à população total, houve um decréscimo do número de moradores por domicílio, que caiu de 4,9 em 1970 para 4,5 em 1980 (decréscimo comum a todas as capitais regionais). Este número de 4,5 moradores por domicílio só é alcançado por São José dos Campos, sendo que todas as demais capitais regionais apresentavam um número de moradores por domicílio menor que 4,5, com destaque para Santos, onde esse número atingia 3,7, o menor entre as capitais regionais.

As capitais regionais que apresentavam em 1980 um maior número de moradores por domicílio eram Marília e São José dos Campos com 4,5, seguidos por Araçatuba e Presidente Prudente com 4,4. Porém, embora São José dos Campos apareça junto com três capitais regionais do Oeste, elas não apresentam uma mesma intensidade de crescimento, pois enquanto São José dos Campos teve um crescimento de sua população total de 6,8% ao ano na década de 1970 (o mais alto entre as capitais regionais), as capitais do Oeste não apresentaram um crescimento superior a 2,6% ao ano. Assim, São José dos Campos apresentou um intenso crescimento populacional e mesmo assim apresentou uma queda do número de moradores por domicílio, embora tenha permanecido entre os mais elevados. Já as capitais do Oeste, que não apresentaram um crescimento populacional tão intenso, apresentaram um número mais elevado de moradores por domicílio

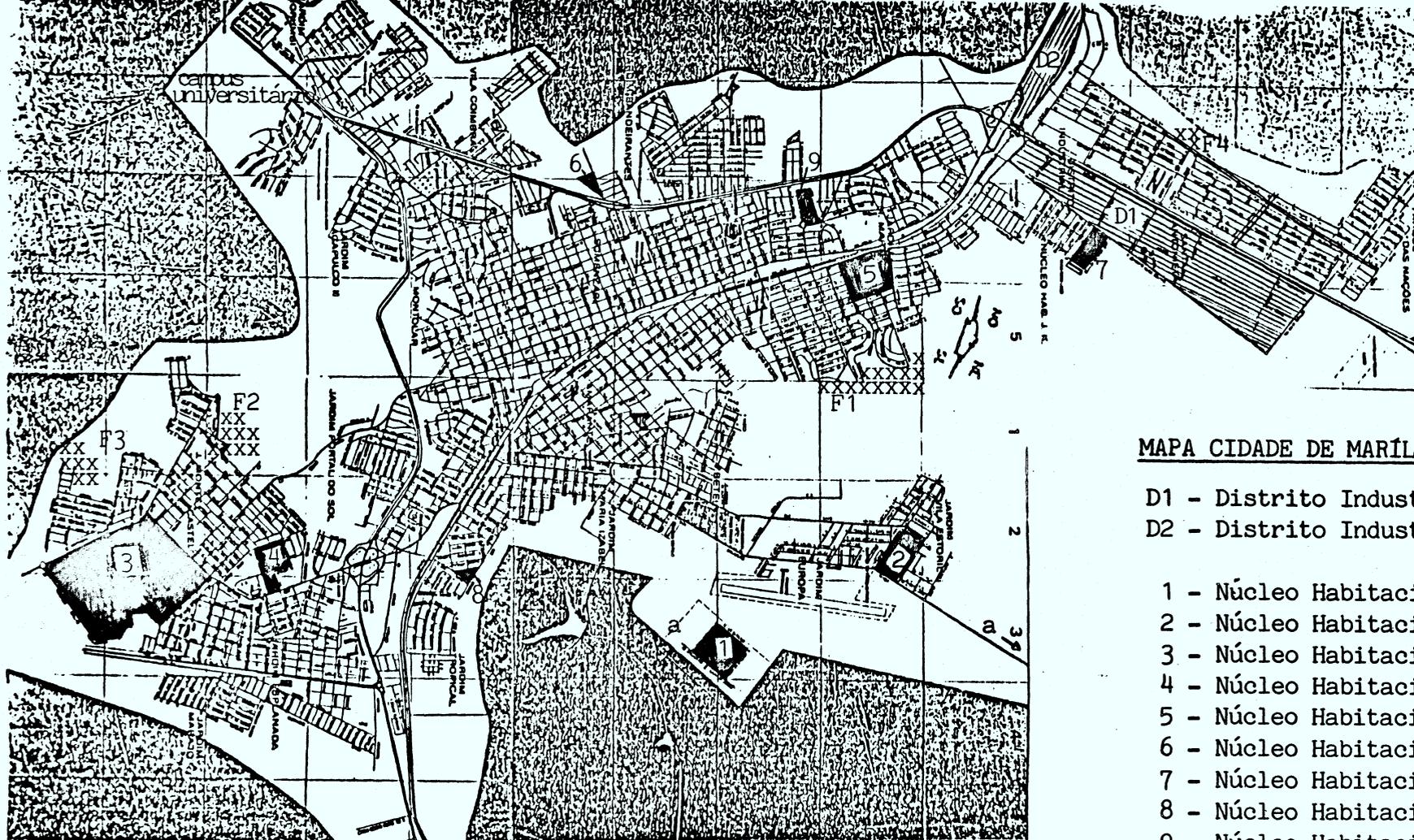
em virtude de um menor dinamismo em suas capacidades de atender a demanda por novas moradias, em comparação com as capitais do Leste.

Considerando-se os indicadores de infra-estrutura domiciliar, constatamos uma sensível melhora nas de saneamento dos domicílios permanentes⁴⁶ até 1983. O mesmo ocorreu com os domicílios ligados à rede de iluminação elétrica, que passaram de 82,0% em 1970 para 95,1% em 1980.

Existem no município nove núcleos habitacionais: dois localizados na região leste da cidade (N.H. Novo Horizonte e CECAP Aeroporto), três na região norte (N.H. CECAP, N.H. Castelo Branco e N.H. J.K.), um na região mais ao centro-oeste da cidade (N.H. Jardim Bela Vista) e três na região sul (CECAP Apartamentos, N.H. Costa e Silva e N.H. Nova Marília). Estes núcleos habitacionais totalizam aproximadamente 4.500 casas, sendo que só o N.H. Nova Marília possui 3.000 casas. Todos os núcleos receberam saneamento básico e iluminação elétrica, além de possuírem ou estarem próximos a grupos escolares ou EMEIs (Escola Municipal de Educação Infantil), com exceção do N.H. CECAP Apartamentos e o N.H. Novo Horizonte. Além disso, todos estão ligados ao sistema de transportes coletivos urbanos.

Embora a situação dos domicílios já existentes tenha melhorado ao longo dos últimos quinze anos, o problema que tem crescido muito em Marília, em especial a partir de 1980, tem sido a crescente falta de moradia para a população de baixa renda. Segundo a Empresa de Desenvolvimento Urbano de Marília (EMDURB), o déficit por novas moradias, em 1987, era de aproximadamente 7.000 casas⁴⁷, embora alguns políticos da cidade, entre eles o Sr. Pedro Pavão (candidato a prefeito nas eleições de 1988 e ex-presidente da Associação Comercial de Marília), afirmem que esse déficit supera o número de 9.000 casas.

A prefeitura de Marília, através da Secretaria de Saúde e Promoção Social reconhece a existência de quatro núcleos de favelas. Estas favelas estão localizadas nos seguintes bairros: uma no Bairro Jardim Nacional, com cerca de 20 famílias; uma no Bairro Jardim Conquista, com cerca de 100 famílias; outra no Bairro Jardim Santa Antonieta II, com cerca de 15 famílias e a última no Bairro Palmital, com mais de 200 famílias. Essas famílias vivem

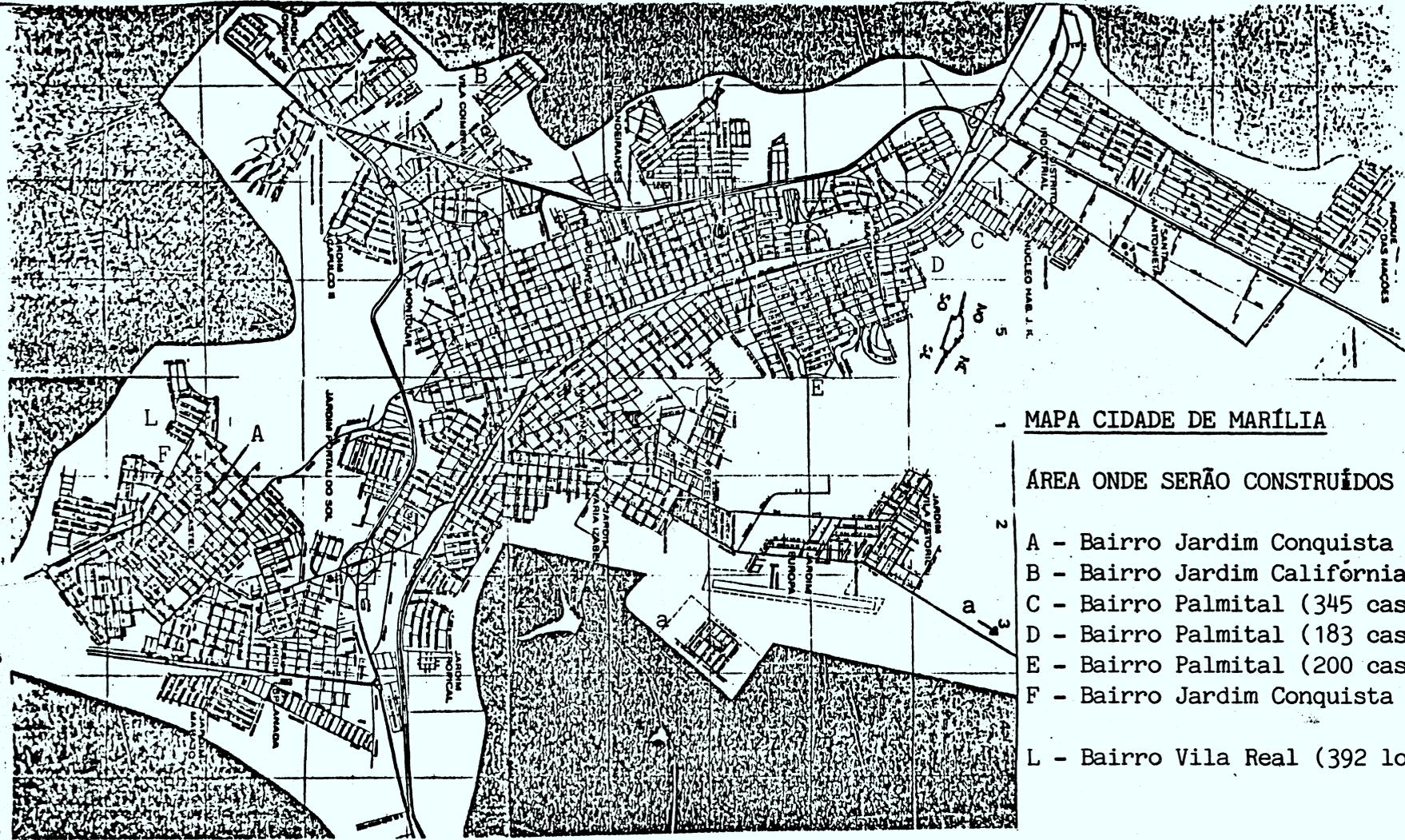


MAPA CIDADE DE MARÍLIA

- D1 - Distrito Industrial 1
- D2 - Distrito Industrial 2 (em implantação)

- 1 - Núcleo Habitacional Novo Horizonte
- 2 - Núcleo Habitacional CECAP Aeroporto
- 3 - Núcleo Habitacional Nova Marília
- 4 - Núcleo Habitacional Costa e Silva
- 5 - Núcleo Habitacional Castelo Branco
- 6 - Núcleo Habitacional Jardim Bela Vista
- 7 - Núcleo Habitacional J.K.
- 8 - Núcleo Habitacional CECAP Apartamentos
- 9 - Núcleo Habitacional CECAP

- xx - Área de Favela
- F1 - Favela do Bairro Palmital
- F2 - Favela do Bairro Jardim Conquista
- F3 - Favela do Bairro Jardim Nacional
- F4 - Favela do Bairro Jardim Santa Antonieta II



MAPA CIDADE DE MARÍLIA

ÁREA ONDE SERÃO CONSTRUÍDOS NOVOS NÚCLEOS HABITACIONAIS

- A - Bairro Jardim Conquista (1.020 casas)
- B - Bairro Jardim Califórnia (179 casas)
- C - Bairro Palmital (345 casas)
- D - Bairro Palmital (183 casas)
- E - Bairro Palmital (200 casas)
- F - Bairro Jardim Conquista (100 casas)

- L - Bairro Vila Real (392 lotes)

em casas rudimentares de madeira, sem um mínimo de infra-estrutura (água, luz e esgoto) e são constituídas em sua maioria por trabalhadores rurais volantes ("bóias-frias") e desempregados, que não têm recursos para pagar o aluguel de uma casa.

Na favela do Bairro Jardim Conquista a Prefeitura Municipal está promovendo a construção de 100 casas de alvenaria com toda a infra-estrutura básica, em convênio com o C.D.H. (Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Governo do Estado de São Paulo), para serem ocupadas pelas 100 famílias da favela. Até janeiro de 1988 já haviam sido entregues 50 casas.

Estima-se que a população favelada (não contando as 50 famílias já instaladas) seja de 285 famílias; com uma média de 5 pessoas por família essa população chegaria a aproximadamente 1.425 pessoas (em 1987). Segundo a Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social, o número de famílias faveladas em 1985 seria de aproximadamente 162, portanto teria havido entre 1985 e início de 1988 um aumento de aproximadamente 76% do número de famílias faveladas.

Em entrevista com o Sr. Pedro Pavão, ele afirmou que o aumento da demanda por novas moradias em Marília gerou um grande aumento nos preços dos aluguéis de imóveis, aumento esse que teria penalizado de maneira mais aguda as pessoas de baixo rendimento, o que foi um dos fatores que contribuiu para o aumento da população favelada.

Para combater o grave problema da moradia em Marília, a Prefeitura Municipal está desenvolvendo os seguintes projetos: a construção de 345 casas no Bairro Palmital, em convênio com a COHAB e outras 183 casas no mesmo bairro, em convênio com a Caixa Econômica Federal; além da construção de 179 casas no Jardim Califórnia em convênio com a COHAB, além das 100 casas em construção no Jardim Conquista, em convênio com o C.D.H.. Além destes, estão em projetos a construção de mais 200 casas no Bairro Palmital e a construção de 1.020 casas no Jardim Conquista (já aprovado pela prefeitura e enviado à COHAB de Bauru para licitação). Ainda a prefeitura pretende vender 392 lotes na Vila Real a preços subsidiados para que o próprio morador construa sua casa própria. Os preços dos lotes variavam de Cr\$ 1.000,00 ao mês durante 4 anos ou

Esses preços seriam reajustados de acordo com a variação do salário mínimo para serem pagos 60 dias após a variação do salário mínimo. Esses lotes teriam rede de água e luz, além do que a prefeitura cederia o projeto aprovado, pronto para o indivíduo construir.

Mesmo com esses projetos o problema da moradia em Marília ainda está longe de ser solucionado, visto que, por esses projetos a prefeitura poderia criar 2.419 novas casas contra um déficit habitacional em torno de 7.000 casas, o que se constitui, por certo, em um grande desafio para as futuras administrações municipais.

O problema da habitação é um dos mais sérios que afligem todás as capitais regionais. Com o rápido processo de urbanização, as cidades não estavam preparadas para abrigar o grande contingente populacional que abandonou o campo e se dirigiu para a cidade. Isto por um lado, provocou um aumento da demanda por novas moradias, que não sendo atendidas pelo poder público, acabou provocando um aumento nos aluguéis. Por outro lado, provocou um afastamento das novas moradias do centro das cidades para as regiões periféricas e também um aumento do número de pessoas morando em cortiços e favelas. Isto é sentido de maneira mais intensa nas grandes capitais do Leste do estado, que passaram por um processo de urbanização mais intenso, porém, também já pode ser sentido nas capitais do Oeste, embora com menos intensidade.

Isto pode ser verificado comparando-se a proporção de favelas na população urbana de alguns municípios do Leste e do Oeste. Desta forma, veremos que alguns municípios situados na região de Campinas, a mais dinâmica do interior, apresentam uma proporção de favelados superior às capitais do Oeste. Por exemplo, temos que Campinas, Jundiaí e Piracicaba apresentavam em 1987 uma proporção de favelados em relação a população urbana respectivamente de 7,5%, 6,2% e 10,0%, enquanto que Marília, São José do Rio Preto e Araçatuba apresentavam, respectivamente, 1,1%, 0,5% e 2,5%. Assim, o problema habitacional é consequência do próprio processo de urbanização acelerado do estado de São Paulo, aliado à falta de recursos financeiros dos municípios para fazer frente ao crescimento das cidades. A diferença entre o Leste e o Oeste do estado reside

na intensidade do processo de urbanização: no Leste onde a urbanização foi mais intensa devido ao maior dinamismo dessa região capaz de atrair e fixar uma maior população de baixa renda, foi mais difícil o atendimento das novas demandas surgidas nesse processo. No Oeste também agravaram-se os problemas oriundos da urbanização, porém, por sua urbanização ser menos intensa que no Leste, esses problemas são menores, embora existam.

TRANSPORTES

O transporte coletivo urbano de Marília é realizado por uma única empresa, a Empresa Circular de Marília Ltda., que é particular. A frota de ônibus da empresa é de 54 carros que servem 18 linhas regulares. Segundo informações da própria empresa, para o ano de 1987, a rodagem média mensal da frota foi de 300.894 Km e a diária foi de 10.029 Km, além disso o número médio de usuários por mês foi de 1.027.426 pessoas e o número médio de usuários por carro foi de 24.766 pessoas ao mês. Isto corresponde a aproximadamente 826 usuários por carro ao dia ou a 44.604 usuários ao dia da frota. Considerando-se que uma pessoa faz em média duas viagens diárias de ônibus - de sua casa ao local de trabalho ou estudo e a volta para sua casa - chegaremos ao número de 22.302 que corresponderia a grosso modo ao número de pessoas que dependem diariamente do transporte coletivo urbano. Esse número, porém, deve ser menor pois muitos utilizam mais de uma condução para irem ao trabalho e ao local de estudo, todavia esse número serve para termos uma idéia das pessoas atendidas pelo transporte coletivo na cidade.

Observando-se o traçado das linhas regulares de ônibus verificamos que em sua grande maioria, treze das dezoito linhas, ligam o centro da cidade aos bairros e apenas cinco ligam um bairro a outro. Isto faz com que pessoas de muitos bairros para chegarem a outros tenham que dirigir-se para o centro da cidade para aí tomar outra condução que as levem a seus destinos. É o que ocorre por exemplo com um morador do maior núcleo habitacional da cidade (Nova Marília, localizado ao sul da cidade) que para chegar ao distrito industrial (situado ao norte da cidade) é obrigado a dirigir-se primeiro ao centro da cidade para depois tomar outra condução que a leve ao distrito industrial, já que as duas linhas de ônibus que servem o núcleo o ligam ao centro. Isto também ocorre com toda a área situada ao sul da cidade, com exceção do núcleo habitacional Costa e Silva, que possui uma linha que liga o núcleo ao distrito industrial. As outras cinco linhas que servem a área a ligam ao centro da cidade.

O mesmo se dá com a área situada ao norte da cidade, sendo que a maior parte das linhas que servem a área, ligam es-

ta ao centro da cidade. É na área norte de Marília onde existe um distrito industrial já implantado e onde será instalado um novo distrito industrial. O atual distrito industrial é servido por três linhas: uma que liga o núcleo habitacional Costa e Silva ao distrito, outra que liga o núcleo habitacional Castelo Branco ao distrito e finalmente uma terceira linha que liga o centro da cidade ao núcleo habitacional Jardim Bela Vista, que fica ao lado do distrito industrial.

O atendimento as regiões leste e oeste é feita por cinco linhas, duas feitas diretamente entre as duas regiões, ligando o aeroporto (ao leste da cidade) ao Campus Universitário (a oeste da cidade); uma ligando a área centro-norte (N.H. CECAP) ao Bairro Jardim Califórnia (oeste); outra ligando o núcleo habitacional Castelo Branco (centro-norte) ao Bairro São José (oeste) e outra linha ligando a região central à região oeste.

O Campus Universitário é servido por duas linhas que ligam o Campus à região oeste da cidade. Desta forma, estudantes que moram na região sul ou norte têm que tomar duas conduções para chegarem ao Campus.

Para resolver o problema da falta de ligações entre as várias regiões da cidade, uma das soluções poderia ser o prolongamento do ponto final da área central em direção aos bairros aumentando o trajeto percorrido pelos ônibus, o que iria permitir um maior número de linhas ligando a região sul à região norte, que é o eixo onde se concentram a maior parte da população, das indústrias e dos estabelecimentos comerciais e de serviços da cidade.

Quanto a qualidade dos serviços prestados, alguns usuários reclamaram do atraso dos ônibus e do pequeno número de veículos de algumas linhas, em especial nos horários de pico, o que leva a uma lotação dos ônibus e às filas nos pontos de ônibus.

Comparando-se as capitais regionais no que diz respeito a evolução do número de ônibus urbanos e o crescimento da população total destes municípios no período 1980/1985 verificamos que nas capitais regionais do Oeste paulista o crescimento do número de ônibus foi superior ao crescimento da população total, com destaque para Araçatuba que teve uma taxa de crescimento dos ônibus urbanos de 24,6% ao ano. Nas capitais do Leste notamos que o

crescimento do número de ônibus urbano foi inferior ao crescimento da população total, com exceção de Santos onde cresceram à mesma taxa. Este fato contribuiu para uma piora no atendimento dos transportes urbanos durante a década de 1980 nas capitais do Leste.

No caso específico de Marília, neste período, o município teve um crescimento do número de ônibus urbanos de 7,2% ao ano, inferior apenas a Araçatuba (24,6%) e Bauru (8,2%). Enquanto isso a população total do município cresceu a uma taxa de 2,8% ao ano, portanto, bem inferior ao crescimento do número de ônibus urbano. Porém, embora tenha havido esse grande crescimento do número de ônibus em Marília, em termos per capita, a situação do município é das piores entre as capitais regionais. Em 1980 haviam em Marília 0,38 ônibus para cada grupo de 1.000 habitantes, superior apenas a Araçatuba e em 1985 haviam 0,46 ônibus para cada 1.000 habitantes, superior apenas a São José do Rio Preto.

O município de Marília apresentava, em 1985, 135,6 veículos a motor por mil habitantes, enquanto o estado de São Paulo apresentava 142,7 veículos por mil habitantes. Porém, se compararmos a evolução dessa taxa desde 1980 verificamos que para Marília essa taxa passou de 127,9 para 135,6 em 1985, enquanto que para o estado essa taxa permaneceu quase constante, foi de 142,1 em 1980 passando para 142,7 em 1985. Ou seja, o crescimento do número de veículos por 1.000 habitantes em Marília foi superior ao verificado para a média estadual.

Quanto a situação do Trânsito na cidade, são apontados alguns problemas por moradores locais. O primeiro refere-se ao fato da cidade ser dividida ao meio pela linha de trem da FEPASA, o que provoca transtornos ao trânsito, em especial nos horários de pico, quando a passagem de um lado para o outro da cidade tem de ser interrompida para a passagem do trem. Um segundo problema bastante apontado diz respeito à falta de estacionamento na área central da cidade que é onde se concentram as atividades relacionadas ao setor terciário que é o que ocupa a maior parte da população economicamente ativa do município. Um terceiro problema diz respeito ao sistema viário propriamente dito, onde as ruas estreitas dificultam o fluxo de veículos. Os dois primeiros problemas são facilmente constatados no município, porém, o terceiro problema a-

pontado merece algumas reservas, já que o município conta com várias avenidas de pista dupla, ligando várias partes da cidade, o que permite uma maior agilização do tráfego.

Um quarto problema, que será melhor visto no item "Saúde", diz respeito aos acidentes de trânsito, que têm provocado um crescimento dos casos de óbitos por causa externa (acidentes por veículos a motor e demais acidentes), a qual está ligado ao processo de urbanização e o crescimento do número de veículos da cidade.

Os problemas surgidos na área de transportes em Marília são os mesmos que afligem as demais capitais regionais que, despreparadas para um rápido crescimento urbano, começam a enfrentar problemas com seus sistemas viários ou no atendimento das populações. Porém, o que muda é a intensidade desse processo, uma que as capitais do Leste, por terem tido um crescimento mais intenso que as do Oeste, esses problemas aparecem com uma maior intensidade, exigindo do poder público maiores esforços nas soluções dos problemas.

SANEAMENTO

A situação do saneamento básico em Marília tem evoluído de modo satisfatório no transcorrer da década de 1970 e meados da década de 1980, bem como em todo o estado de São Paulo.

A cobertura dos domicílios com rede de água e esgoto aumentou durante todo esse período. O caso mais significativo foi do abastecimento de água cuja porcentagem dos domicílios ligados à rede geral de água passou de 72,5% em 1970 para 75,1% em 1980 e dando um grande salto em 1983 atingindo 92,3% dos domicílios. Para o ano de 1987, o Departamento de Água e Esgoto de Marília (DAEM) tinha como previsão o atendimento de aproximadamente 100% dos domicílios.

Em termos absolutos tínhamos que, em 1970, o número de habitações que não eram servidas pela rede de água era de 5.318 domicílios. Em 1980, embora em termos relativos tenha aumentado o número de habitações servidas pela rede geral de água, em termos absolutos aumentou o número de domicílios não ligados à rede de água para 6.628. Porém, em 1983, diminuiu em termos absolutos o número de domicílios não ligados à rede geral de água para 2.301. Isto demonstra que a melhoria do abastecimento de água não se deu apenas em termos relativos, mas também em termos absolutos, em particular, após 1980.

O município conta com dois sistemas de tratamento e captação de água: o Sistema Peixe, no rio do Peixe, que é o responsável por cerca de 90% do abastecimento do município e o Sistema Cascata. Ambos são responsáveis por 36.800 m³/dia de água tratada para o uso da população da cidade.

Embora o abastecimento de água do município seja estimado em quase 100% em 1987, muitas pessoas afirmam que o abastecimento de água é um problema sério para Marília pelo fato da captação de água estar em seu limite. Isto tem se tornado um sério obstáculo à implantação de novas indústrias⁴⁸. Além disso, o rio do Peixe, principal manancial da cidade vem sofrendo processo de assoreamento, o que exige da CETESB obras de recuperação do rio.

Também tem crescido em Marília o número de domicílios ligados à rede geral de esgoto. Em 1970 apenas 38,5% dos domi

cílios eram ligados à rede geral de esgoto, passando em 1980 para 71,4% e em 1983 para 74,6%. O DAEM estimou para 1987 que aproximadamente 85% dos domicílios já seriam ligados à rede geral de esgoto. Segundo informações do DAEM 15% do esgoto era tratado em 1987, sendo que o restante do esgoto era despejado no rio do Peixe, abaixo da área de captação de água.

Em termos absolutos, o número de domicílios não servidos pela rede geral de esgoto veio decaindo entre 1970 e 1983. Em 1970 o número de domicílios não ligados à rede geral de esgoto era de 11.878, passando para 9.588 em 1980 e chegando em 1983 a 7.581 domicílios não ligados à rede geral de esgoto.

Quanto a limpeza pública, dispomos de dados apenas a partir de 1981 e esses dados mostram que a área urbana atendida tem aumentado. Em 1981 70% da área urbana era atendida pela limpeza pública, passando em 1985 para 80%.

As condições de infra-estrutura domiciliar melhoraram de uma maneira geral nas capitais regionais entre 1970 e 1980 em termos relativos. As únicas capitais regionais que apresentaram uma queda na porcentagem de domicílios ligados à rede geral de água neste período foram os municípios de Santos e Campinas, as demais capitais regionais apresentaram um crescimento relativo do número de domicílios ligados à rede geral de água. Já com relação aos domicílios ligados à rede geral de esgoto e ligados à rede de iluminação elétrica, todas as capitais regionais apresentaram um crescimento relativo de seus atendimentos. Isto vem demonstrar que houve uma melhoria mais ou menos generalizada no que diz respeito à infra-estrutura domiciliar entre as capitais regionais.

Podemos verificar em nossa análise que as capitais do Leste e do Oeste apresentam diferentes níveis de atendimento às demandas por infra-estrutura domiciliar. Podemos notar que as capitais do Leste apresentavam em 1970 um maior atendimento, em termos relativos, das necessidades de água, esgoto e iluminação elétrica. Em 1980, de uma maneira geral, as capitais do Leste melhoraram o atendimento às demandas por infra-estrutura domiciliar (pelo menos em termos relativos, uma vez que em termos absolutos aumentou o número de domicílios não ligados à rede de água em todas as capitais do Leste, com exceção da capital paulista). Porém, as capitais

do Oeste mostraram um crescimento do atendimento a estas demandas em níveis superiores aos das capitais do Leste. Isto pode ser explicado pelo fato do crescimento populacional das capitais do Leste ser mais intenso que o crescimento das capitais do Oeste, o que torna mais difícil e complexo o atendimento às necessidades da população urbana das capitais do Leste.

SAÚDE

O município de Marília vem apresentando desde 1970 uma razoável melhora em seus indicadores de saúde. O município, que apresentava em 1970 um coeficiente de mortalidade infantil de 100,5/1.000, superior a média estadual que era de 84,3/1.000, em 1980 apresentava um coeficiente de 59,2/1.000, ainda superior a média estadual que foi de 51,2/1.000. Porém, em 1984 o coeficiente de mortalidade infantil do município situou-se abaixo da média estadual. Marília apresentou em 1984 um coeficiente de 36,85/1.000, enquanto a média estadual foi de 44,92/1.000.

A diminuição do coeficiente de mortalidade infantil reflete uma melhora nas condições de saneamento, que podem ser verificadas com a diminuição das enterites e outras doenças diarreicas como principal causa de óbitos nos anos de 1975 e 1980, sendo responsável por 30,68% e 25,87% respectivamente, chegando em 1986 a apenas 3,61%. Segundo relatório da Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social de Marília, essa diminuição do coeficiente de mortalidade infantil deve-se a melhora das condições de saneamento do município, à expansão e melhora da rede básica de saúde, à descentralização da assistência médica promovida pelo governo Montoro e à maior cobertura vacinal empreendida nesta década e que se deu para o conjunto do estado.

A mortalidade geral também vem diminuindo no município de Marília desde a década de 1970. A taxa de mortalidade geral do município em 1970 era de 8,77 contra 7,35 em 1980 e 6,69 em 1983, segundo o Centro de Informações de Saúde (CIS). Nota-se uma grande proporção de óbitos por causa externa (acidente por veículo a motor - demais acidentes) nas faixas etárias de 5 a 19 anos e 20 a 49 anos. Para o conjunto dessas faixas etárias, os óbitos por causa externa representaram em 1975 22,5% dos óbitos registrados, enquanto que em 1986 atingiram 29,7%, sendo que só na faixa etária de 5 a 19 anos chegaram a 40.0% das causas de óbitos em 1986 contra 30,4% em 1975. Isto pode estar ocorrendo devido ao aumento da taxa de urbanização do município que era de 59,6% em 1960, passando para 77,4% em 1970 e chegando em 1980 a 88,1%. Aliado ao crescimento da Taxa de urbanização está o crescimento do número de veículos por

mil habitantes no município, que situou-se entre 1980 a 1985 acima do crescimento verificado para o conjunto do estado.

A taxa de mortalidade infantil proporcional, que corresponde à relação entre o total de óbitos de crianças com menos de um ano de idade e o total de óbitos, também diminuiu entre 1970 e 1986. Em 1970 essa relação era de 29,52%, caindo em 1980 para 22,51% e chegando em 1986 a 9,8%. Isto corresponde a uma queda mais que proporcional da taxa de mortalidade infantil em relação a taxa de mortalidade geral.

O município de Marília apresentava, em 1985, cinco hospitais gerais com cerca de 926 leitos, o que corresponde (para uma população estimada de 140.177 habitantes)⁴⁹ a 6,6 leitos para cada mil habitantes, superior a média estadual que era de 3,1 leitos para cada mil habitantes. Além dos hospitais gerais a cidade conta também com um hospital especializado na área de psiquiatria com 355 leitos, o que corresponde a 2,5 leitos por mil habitantes, enquanto que a média estadual em 1985 era de 1,4 leitos para cada mil habitantes. Portanto, com relação aos leitos hospitalares, os índices encontrados para Marília situam-se acima dos índices encontrados para o estado de São Paulo. Porém, é necessário dizer que tanto o número de leitos gerais como o de especializados foram menores em 1985 que em 1980, pois em 1980 o município contava com 6,9 leitos gerais para cada mil habitantes e 2,9 leitos especializados para cada mil habitantes. Isto indica um crescimento populacional superior à criação de novos leitos hospitalares. Também é necessário que se diga que o município de Marília caracteriza-se como um importante centro de atendimento à saúde, servindo como referência às cidades e regiões vizinhas. Isto pode ser comprovado pelo fato de que dos treze municípios que compõem a sub-região de Marília, apenas sete (incluindo Marília) possuem hospitais gerais, sendo que só Marília é responsável por 61% dos leitos gerais da sub-região e 30% dos leitos especializados (os 70% restantes estão no município de Garça, que conta com três hospitais psiquiátricos).

Além da rede hospitalar o município contava em 1986 com quatro ambulatórios, sendo dois mantidos por industriais, um mantido pelo sindicato dos trabalhadores rurais e um particular. Contava também com dois centros de saúde, enquanto que em 1980

possuía um. Também possuía em 1986 nove Postos de Atendimento Sanitário (PAS), contra apenas um em 1980.

Pode-se notar, portanto, que na área de saúde o município mantém uma boa infra-estrutura, em especial após 1980, quando melhoraram sensivelmente os indicadores de saúde do município, inclusive com relação à média do estado. Isto pode ser notado pela queda mais acentuada do coeficiente de mortalidade infantil do município de Marília do que o coeficiente de mortalidade infantil para o conjunto do estado, embora também a situação do estado como um todo tenha melhorado, devido principalmente a melhor assistência médica oferecida às gestantes, às crianças, a maior cobertura vacinal e melhorias nas condições de saneamento básico. Também com relação ao oferecimento de leitos hospitalares, Marília situa-se em posição mais favorável do que a média do estado, embora tenha diminuído a relação leitos por mil habitantes entre 1980 e 1985 (mesmo fenômeno que ocorreu com todo o estado).

Comparando-se as capitais regionais nota-se que em todas elas diminuiu o coeficiente de mortalidade infantil no período 1970/1984. Porém, entre 1980 e 1984 os municípios de Bauru e Ribeirão Preto apresentaram um crescimento do coeficiente de mortalidade infantil. As cidades que mais reduziram, percentualmente, o coeficiente de mortalidade infantil entre 1970 e 1984 foram São José do Rio Preto (de 107,29 para 28,47), Santos (de 106,55 para 30,47) e Marília (de 100,5 para 36,85), sendo que em 1970 estas cidades eram as que apresentavam maior coeficiente de mortalidade infantil. Em 1970 as cidades com menor coeficiente de mortalidade infantil eram: Bauru (66,54), Campinas (72,92), Ribeirão Preto (74,05) e Araçatuba (79,05). Já em 1984 as cidades com menor coeficiente eram: Campinas (25,64), São José dos Campos (26,31), Presidente Prudente (27,11) e São José do Rio Preto (28,47); enquanto que as de maior coeficiente eram: São Paulo (48,43), Sorocaba (37,98), Marília (36,85) e Bauru (36,33).

Quanto aos leitos hospitalares é possível notar que as capitais regionais do Leste paulista apresentaram, no período 1980/1985, uma queda mais acentuada no número de leitos por mil habitantes do que as capitais do Oeste, tanto para leitos gerais como para leitos especializados. Isto se deu em virtude de um

maior crescimento populacional das cidades do Leste em relação as cidades do Oeste, que não foi acompanhado pelo crescimento do número de leitos hospitalares. Em todas as capitais regionais o número de leitos por mil habitantes decresceu entre 1980 e 1985, com exceção de Ribeirão Preto e Araçatuba, onde cresceu o número de leitos gerais por mil habitantes, e de Santos onde os leitos especializados por mil habitantes se manteve. Porém, essa queda foi maior nas capitais do Leste do estado.

Desta forma, podemos constatar que se de um lado melhoraram os indicadores de saúde de uma maneira generalizada no estado, por outro notamos que o atendimento de saúde nas grandes cidades (aquelas cujo crescimento foi mais intenso, que são justamente aquelas localizadas no Leste) tende a ser mais deficiente, por não acompanharem o intenso crescimento populacional. Ao contrário, as capitais do Oeste, que por terem um crescimento mais lento, podem manter o crescimento do atendimento na área de saúde mais próximo as novas necessidades geradas pelo crescimento populacional.

EDUCAÇÃO

Na área de educação o município de Marília, no decorrer da década de 1970, apresentou uma ligeira melhora em seus indicadores. A taxa de analfabetismo da população acima dos dez anos caiu de 20,2% em 1970 para 13,9% em 1980. Porém, comparando-se com as outras capitais regionais vemos que, em 1970, Marília tinha uma taxa de analfabetismo inferior apenas à taxa de Bauru que era de 21,3% e em 1980 Marília possuía a taxa mais elevada entre as capitais regionais. Isto pode estar relacionado ao fato de Marília ser o município de menor taxa de urbanização entre as capitais regionais em 1980, havendo portanto uma proporção maior da população rural em relação a população urbana em comparação com as outras capitais regionais. E como o acesso dessa população rural à educação é mais difícil, seja pelas poucas unidades educacionais ou pela maior dificuldade de transporte ou ainda pela necessidade dos filhos ajudarem seus pais em suas atividades agrícolas, acaba havendo uma relação entre a taxa de analfabetismo e a proporção da população rural no total da população.

Observando-se a taxa de escolarização, isto é, a relação percentual do número de alunos matriculados e o total de pessoas na faixa etária em idade escolar, temos que Marília apresentava em 1970 a menor taxa entre as capitais regionais, 80,4%, seguido por Araçatuba (81,0%), São José dos Campos (82,1%) e Campinas (82,4%), enquanto que as de maior taxa de escolarização eram Santos (90,8%), São Paulo (87,2%) e Bauru (86,1%). Em 1980 essa situação modifica-se, passando Marília a contar com uma taxa de 85,3%, superior a Araçatuba (84,5%), Presidente Prudente (83,7%) e São Paulo (83,1%) e igual a de Bauru e São José do Rio Preto. Considerando essa taxa apenas para a população urbana, a posição de Marília é mais favorável, ficando atrás apenas da cidade de São José do Rio Preto: 89,5% contra 89,9%. Portanto, o atendimento escolar na área urbana era, em 1980, dos melhores do estado comparando-se com as demais capitais regionais, o que vem confirmar que o maior problema com relação ao analfabetismo encontra-se na área rural.

Em 1985 a rede de 1º grau do município de Marília apresentou um total de 25.807 matrículas iniciais entre escolas es-

taduais e particulares (não há escolas de 1º grau municipais), contra 11.595 matrículas iniciais em 1970. Isto representa um crescimento das matrículas iniciais na rede de 1º grau de 5,35% ao ano, enquanto a população total do município no mesmo período passou de 98.176 habitantes para 140.177, ou seja, cresceu a uma taxa de 2,4% ao ano.

Poderíamos estimar a população de Marília entre 7 e 14 anos (faixa em idade escolar no 1º grau) para o ano de 1985 supondo que a proporção de pessoas nessa faixa etária em relação a população total seja igual à de 1980, ou seja, 17,1%. Fazendo isso e utilizando a projeção da população do município em 1985, chegaremos que a população entre 7 a 14 anos em Marília em 1985 seria de 24.022 habitantes. Como sabemos que o número de matrículas iniciais na rede de 1º grau em 1985 foi de 25.807⁵⁰, temos que, mesmo que a projeção da população na faixa etária entre 7 e 14 anos ou que a projeção da população total estejam subestimadas, o número de matrículas e a população em idade escolar no 1º grau estão bastante próximas, ao contrário de 1970. Em 1970 as matrículas foram de 11.815 para uma população em idade escolar de 20.430, ou seja, apenas 56,75% estavam matriculados no 1º grau. Isto demonstra que houve um grande aumento no atendimento da população com relação as escolas de 1º grau.

O estado mantinha em 1986, no município, 28 escolas de 1º grau regulares com 23.078 alunos e 45 escolas isoladas⁵¹ com 698 alunos e a rede particular mantinha 4 escolas de 1º grau com 3.041 alunos.

Em relação a pré-escola, a Prefeitura Municipal de Marília mantinha em 1986 14 Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEIs) com 6.655 alunos. O estado mantinha em 1986 16 escolas com 578 alunos e outros 1.145 alunos estavam em escolas particulares, totalizando 8.371 alunos na pré-escola.

A prefeitura municipal mantinha também, em 1986, serviços de transporte para 2.379 alunos da rede de 1º grau e das EMEIs que moravam na zona rural e distritos mais distantes. Forneceu também 12 bolsas de estudos para o 1º grau e 38.238 refeições diárias (merenda escolar), além de fornecer leite e pães de soja para reforçar a merenda escolar, sendo fabricados na mini-usi-

na extratora de leite de soja e uma panificadora mantidos pela prefeitura municipal.

Com relação ao 2º grau, em 1986 havia no município 14 escolas, sendo 10 estaduais com 3.301 alunos e 4 particulares com 2.690 alunos, totalizando 5.991 alunos. Considerando-se que a idade para cursar o 2º grau seja dos 15 aos 19 anos e considerando-se que a mesma porcentagem da população nessa faixa etária verificada em 1980 (11,64%) tenha se mantido em 1986, chegaremos que para uma população total de 144.103 habitantes, 16.775 estavam nessa faixa etária. Portanto, havia um excedente de 10.784 pessoas que não estariam cursando o 2º grau, ou de outra forma, que apenas 35,7% das pessoas em idade escolar do 2º grau efetivamente estavam matriculadas no 2º grau.

Marília possui 4 estabelecimentos de ensino superior, sendo um estadual (UNESP) e três particulares. Recentemente a Associação de Ensino de Marília foi transformada em Universidade de Marília (UNIMAR). Em 1970 Marília possuía 5 faculdades (uma estadual e quatro particulares) que ofereciam 10 cursos onde estavam matriculados 2.448 alunos. Já em 1985 com seus quatro estabelecimentos de ensino superior eram oferecidos 25 cursos para 8.213 alunos, o que eleva Marília a um importante centro de ensino superior da região Oeste do estado.

A melhoria dos indicadores de educação é um fenômeno comum a todas as capitais regionais no período 1970/1980. A taxa de analfabetismo, por exemplo, caiu em todas as capitais regionais menos em Sorocaba. Porém, em 1970 as capitais regionais do Leste do estado apresentavam uma taxa de analfabetismo menor em relação às capitais do Oeste, com exceção de São José dos Campos, que apresentava uma taxa nos mesmos níveis verificados no Oeste. Em 1980 as capitais do Leste se mantiveram, em relação às capitais do Oeste, em melhor posição, inclusive São José dos Campos que melhorou sua posição.

Fenômeno semelhante ocorreu também com relação à taxa de escolarização, cuja única exceção foi a capital paulista, que em 1980 apresentou a menor taxa de escolarização entre as capitais regionais do estado. Por outro lado, as capitais regionais do Oeste, por não terem apresentado um processo de urbanização tão intenso, apresentaram uma taxa de escolarização urbana superior às

capitais regionais do Leste do estado, com exceção de Santos que a
presentou a maior taxa de escolarização urbana.

CONCLUSÃO

Conforme vimos, o desenvolvimento de Marília insere-se no contexto histórico de desenvolvimento do estado de São Paulo. Marília nasceu com a expansão do "Complexo Cafeeiro" em direção ao Oeste, que ao se expandir ia criando núcleos urbanos que davam suporte à atividade cafeeira.

Marília conheceu grande desenvolvimento na primeira fase de industrialização, por ter uma agricultura importante que possibilitou a instalação de indústrias ligadas aos setores mais dinâmicos da economia da época, e por estar localizada numa região de ligação entre o Oeste que estava sendo ocupado e o Leste já ocupado.

Com a industrialização pesada iniciada no período J.K. modifica-se a vida das cidades. Isto ocorre em virtude do crescimento do emprego industrial, pelo crescimento do setor terciário, pela modernização da agricultura que passa a liberar um grande contingente de mão-de-obra do campo e pelos novos hábitos trazidos com a industrialização, cujo maior símbolo passa a ser o automóvel.

Marília, bem como o Oeste, reestrutura sua base industrial, que foi se distanciando do núcleo mais dinâmico da industrialização. Por ter uma indústria menos dinâmica e um setor terciário menos desenvolvido em relação às capitais do Leste, Marília, assim como o Oeste, não é capaz de absorver o grande fluxo populacional que sai do campo e que por isso acaba se dirigindo para o Leste do estado.

Desta forma, o desenvolvimento do estado deu-se de uma forma generalizada por todo o território paulista. Porém, esse desenvolvimento produziu duas porções diferenciadas dentro do estado: a porção Leste, que contava com uma base produtiva e de serviços mais desenvolvida e capaz de atrair e fixar fluxos migratórios e a porção Oeste, menos dinâmica e por isso mesmo com um crescimento mais lento. No Leste ocorrem crescentes taxas de urbanização devido ao alto crescimento da população urbana, enquanto que no Oeste o crescimento da taxa de urbanização se deveu muito mais ao esvaziamento do campo do que a uma taxa de crescimento da população

das cidades.

Com o intenso crescimento das grandes cidades do interior, em especial na década de 1980, estas começaram a mostrar uma deterioração em seus padrões de vida urbana. Apesar disso, apresentaram uma melhora em seus indicadores de saúde e educação, como a redução da taxa de mortalidade infantil, da taxa de mortalidade geral e da taxa de analfabetismo e o aumento da taxa de escolarização da população, mantendo-se esses indicadores acima da média nacional (embora ainda insatisfatórios). Também a cobertura da rede de esgoto melhorou de uma forma generalizada por todas as cidades paulistas, não apenas em termos relativos, mas também absolutos. Isto em parte pode ser explicado pela vinculação do gasto do Fundo de Participação dos Municípios para as áreas de saúde, educação e saneamento.

Apesar da melhora nos indicadores de saúde, saneamento e educação, as cidades passaram a contar com problemas cada vez mais sérios, principalmente na área da habitação e dos transportes. Em muitas cidades do interior começaram a surgir na década de 1970 as favelas, até então desconhecidas em praticamente todo o interior, sendo que esse fenômeno se acentua nos anos 80. A favelização que passou a ocorrer em muitas cidades do interior reflete a ineficiência do poder público em atender a população em termos de habitação, num quadro de grande crescimento populacional urbano. Na área dos transportes nota-se uma deterioração no atendimento, com o grande crescimento populacional e com o crescimento da área urbana a ser atendida.

Esses problemas na área de habitação e transportes são encontrados de maneira mais intensa nas grandes cidades do Leste do estado, que possuem uma população maior e um crescimento populacional urbano mais intenso se comparado com as capitais do Oeste. Em Marília, o agravamento da situação na área de habitação e transportes ainda está longe de alcançar a dimensão alcançada nas grandes cidades do Leste, embora os problemas existam.

Outro fator que veio a contribuir para a piora das condições de vida urbana foi o abastecimento de água que, embora tenha aumentado seu atendimento aos domicílios em termos relativos, apresentou um crescimento dos domicílios não ligados à rede geral

de água, em termos absolutos, em quase todas as capitais regionais.

Este quadro de queda da qualidade de vida urbana já era flagrante na capital paulista desde a década de 1970, enquanto estava ainda em estágio embrionário nas grandes cidades do interior. Porém, na década de 1980 esse quadro já estava presente nas grandes cidades do interior, especialmente nas do Leste do estado, que por seu maior dinamismo atraíram um maior fluxo populacional. As grandes cidades do Oeste, por terem um crescimento populacional menor, tiveram um agravamento do padrão de vida urbana mais contido.

Assim, podemos afirmar que, tanto o Leste como o Oeste do estado, refletem um mesmo padrão de urbanização e desenvolvimento, e por isto mesmo refletem a mesma queda da qualidade de vida urbana, ou seja, os mesmos problemas urbanos. Porém, a intensidade desses problemas são diferentes, em virtude das próprias características das regiões e de suas inserções dentro do processo de desenvolvimento capitalista do estado.

Por outro lado, a concentração dos recursos tributários por parte da União, em detrimento de estados e municípios, durante os governos militares, limitou a ação dos municípios para fazer frente aos graves problemas urbanos que começavam a se potencializar na década de 1970 e que "explodem" na década de 1980. Desta forma, a solução dos gravíssimos problemas urbanos ficaram hoje ainda mais complexos.

Desta forma, vão se reproduzindo no interior os mesmos e graves problemas existentes na metrópole paulista, embora com intensidades diferentes, onde no Leste estes problemas se reproduzem de maneira mais próximos ao da metrópole e no Oeste de forma mais contida. Sobre isto, Gonçalves e Semeghini⁵² afirmam que "...de forma similar ao que ocorre com a capital, as maiores cidades interioranas que contam com uma base produtiva e de serviços mais desenvolvida, têm também uma capacidade maior de atrair e fixar os fluxos migratórios, tanto em função de sua mais ampla estrutura de oferta de empregos formais quanto justamente pela elevada ponderação local dos segmentos sociais de médias e altas rendas, responsáveis por uma maior e mais diferenciada demanda de serviços. Assim, num paradoxo aparente, é em função mesmo de seu maior

desenvolvimento que essas cidades tendem a ver aumentados seus bolsões de pobreza e a multiplicar-se seus problemas urbanos. Na rede de cidades paulistas é ilustrativa nesse sentido a comparação entre as cidades maiores da porção Leste do estado e aquelas do Oeste, onde ao menor grau de industrialização e de desenvolvimento do setor terciário, correspondeu uma 'arrebentação urbana' muito mais contida, consequência basicamente do muito menor afluxo relativo de migrantes de baixa renda."

Marília entra neste movimento seguindo o mesmo padrão verificado para a porção Oeste do estado, onde há uma deterioração do padrão de vida urbana que pode ser notado de maneira mais visível no aparecimento de favelas e por uma queda nos serviços de transportes. Porém, essa deterioração do padrão de vida é certamente muito menos intenso do que aquele verificado nas grandes cidades do Leste. Desta forma, Marília é um exemplo representativo do padrão de desenvolvimento e urbanização no estado de São Paulo, promovido pela industrialização pesada, que mostra as características que são gerais para o estado mas que se revelam no Oeste de modo diferente do que no Leste.

NOTAS

(01) Cano utiliza esse termo para identificar o conjunto econômico integrado de atividades em São Paulo, que tinha por núcleo a atividade cafeeira. Seus principais componentes, além da atividade produtora de café, eram: a) a agricultura produtora de alimentos e matérias-primas; b) a atividade industrial; c) a implantação e desenvolvimento do sistema ferroviário paulista; d) a expansão do sistema bancário; e) a atividade do comércio de exportação e importação; f) o desenvolvimento das atividades de infra-estrutura (portos, armazéns, transportes urbanos e comunicações), bem como aquelas atividades inerentes à própria urbanização (como o comércio) e g) a atividade do Estado (principalmente pela ótica do gasto público). (Cano, 1981: 17, 20-21).

(02) O termo Oeste Pioneiro relaciona-se as regiões de ocupação mais recentes do estado de São Paulo, a qual compreende às Regiões Administrativas de São José do Rio Preto, Araçatuba, Presidente Prudente e Marília.

(03) Cardoso de Mello, J.M., 1986:96-122

(04) Fundação SEADE, 1987:1

(05) Negri, B; Gonçalves, M.F. & Cano, W.; 1987:13-14

(06) Idem:17

(07) Idem:16

(08) Idem:27

(09) Cardoso de Mello, J.M., 1986:110

(10) Fundação SEADE, 1987:2

(11) Negri, B; Gonçalves, M.F. & Cano, W.; 1987:55

(12) Idem:62

(13) Idem:76

- (14) Idem:69
- (15) Idem:60-61
- (16) Idem:85-85.
- (17) Serra, J.; 1982:75
- (18) Negri, B.; Gonçalves, M.F. & Cano, W.; 1987:87
- (19) Idem:87-88
- (20) Fundação SEADE, 1987:44
- (21) A modernização da agroindústria se deu pelo processo de fu
são ou integração de capitais intersetorias (capitais indus
triais, agroindústrias e agrícolas) que aliam-se para a pro
dução de determinadas mercadorais (Fundação SEADE, 1987:44)
- (22) Fundação SEADE, 1987:46
- (23) Idem:45
- (24) Negri, B.; Gonçalves, M.F. & Cano, W.; 1987:140
- (25) Fundação SEADE, 1987:16
- (26) A exposição que segue baseia-se, em especial, na obra de Gon
çalves Ohtake, 1982
- (27) Gonçalves Ohtake demonstra essa evolução através da constata
ção do número de prédios existentes na cidade, como um bom in
dicador na falta de dados populacionais. Verifica que entre
1926 a 1928 as casas do Patrimônio do Alto Cafezal saltam de
22 para 628. Entre 1929 e 1930, o crescimento foi insigni
ficante, devido a crise de 1929, porém voltou a crescer entre
1930 e 1934, quando foram acrescidos em média 238 prédios ao
ano. Nos anos 1934 e 1935 há um salto, com o acréscimo de qua
se 800 prédios, o que corresponde a um crescimento de 37% so
bre o número de prédios da cidade. Entre 1934 e 1938 foram
construídos quase 2000 prédios, o que equivale a um crescimen
to anual médio de 495 prédios. Nos anos de 1939 e 1940 foram
construídos mais 600 prédios. Finalmente, entre 1940 a 1945 o
ritmo de crescimento arrefeceu, reacelerando-se entre 1945 e

1946 (Gonçalves Ohtake, 1982:126-127)

(28) Gonçalves Ohtake, 1982:130

(29) Idem:134

(30) Idem:136

(31) Conforme Gonçalves Ohtake: "Na região em que se situa Marília onde o relevo do planalto ocidental se caracteriza pela alternância de vales e espigões paralelos (por onde passavam as ferrovias), a rodovia vinha, não para encurtar distâncias, mas para fazer ligação entre áreas que, por ferrovia, era impossível estabelecer" (Idem, ibidem:148)

(32) Gonçalves Ohtake utilizou um estudo do FIBGE de 1972 onde era definida a Área de Influência de Marília, isto é, a região comandada por ela. Esta delimitação baseia-se em levantamentos realizados sobre os fluxos interurbanos de bens e serviços dirigidos à população e à produção (urbana e agrária). Ela difere da delimitação da 11ª Região Administrativa (Marília), proposta pelo Governo do Estado de São Paulo em 1970. A 11ª Região Administrativa compreende as sub-regiões de Marília, Assis, Tupã e Ourinhos enquanto a área de influência compreende as sub-regiões de Marília, Tupã, Adamantina, Dracena, Garça e Assis.

(33) A diminuição da participação relativa desse setor, em pessoal ocupado, provavelmente esteve ligada ao fechamento de três estabelecimentos têxteis durante 1950 a 1960.

(34) A Área Comparável Mínima de Marília engloba os municípios de Marília, Echaporã, Lutécia, Oriente, Campos Novos Paulista, Oscar Bressane e Ocauçu. Com o desmembramento desses municípios nos anos 40 e 50, passa a ser necessário a delimitação de uma área mínima comparável para evitar-se distorções, por isso, adotamos a Área Mínima Comparável de Marília, conforme fez Gonçalves Ohtake.

- (35) Gonçalves Ohtake, 1982:280
- (36) Idem:314
- (37) Esse rápido crescimento do ramo metalúrgico após 1975 se deve a diversificação da indústria SASAZAKI que antes produzia implementos agrícolas. Em 1976 a empresa decidiu produzir venezianas de aço. Assim, em 1980, ela passou a empregar sozinha mais de 70% do pessoal ocupado no ramo metalúrgico.
- (38) A queda da participação do valor da produção e do pessoal ocu

gado foi mais rápida entre 1975 e 1980 devido ao crescimento do ramo metalúrgico. Isto pode ser comprovado se somarmos aos quatro ramos o ramo metalúrgico, desta forma, a participação do valor da produção sobe para 84,4% contra os 76,3% e a participação do pessoal ocupado sobe para 67,5% contra os 53,9% obtidos.
- (39) São indústrias mais recentes, visto que as indústrias de óleo existentes em 1945, apenas uma subsiste até hoje que é a indústria Zillo. Todas as demais, inclusive a Anderson Clayton e a Matarazzo, fecharam. Estas indústrias de segunda geração utilizam atualmente várias matérias-primas: amendoim, milho, soja e girassol.
- (40) Gonçalves Ohtake, 1982:291
- (41) Essa discussão é proposta em: IE-UNICAMP - "Explosão Urbana , Demandas Sociais no Estado de São Paulo: 1970-1985". Relatórios parciais e finais.
- (42) Ver tabela nº 22.
- (43) Nossa análise baseia-se em Zimmermann, 1988.
- (44) A receita municipal é formada pelos seguintes itens: Receita Tributária, Receita Patrimonial, Receita Industrial, Transferências Correntes (federais e estaduais) e Receitas de Capi-

tal.

- (45) Apesar de totalmente ocupado, há no distrito cerca de 60% de área ociosa, em virtude de a prefeitura não ter se preocupado com a obrigatoriedade de construção ao doar os terrenos. Apesar disto, estão instaladas no distrito 60 empresas que estão em atividade.
- (46) A questão do Saneamento será vista no item "Saneamento".
- (47) A estimativa do déficit habitacional é feita através de inscrições feitas junto à EMDURB para novas casas.
- (48) Para enfrentar esse problema, a Coca Cola (que está se implantando na cidade) foi obrigada a abrir um poço profundo a procura de água.
- (49) Estimativa da Fundação SEADE para o município de Marília no ano de 1985 contida em "Perfil Municipal - 1985".
- (50) Segundo o Sistema de Informações Municipais (SIM).
- (51) São escolas constituídas de uma só classe.
- (52) Gonçalves, M.F. & Semeghini, U.C., 1988: 33.

ANEXO ESTADÍSTICO

Tabela 1

Estado de São Paulo
População Total, Urbana e Rural das 11 Regiões Administrativas
1940/1980

Regiões	1940			1950			1960			1970			1980		
	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL
Grande São Paulo	1.568.045	1.379.368	188.659	2.662.786	2.333.714	329.072	4.791.245	4.005.631	785.614	8.139.730	7.866.669	273.061	12.588.725	12.183.634	403.091
Litoral	298.157	193.644	104.513	386.378	268.263	118.115	560.720	440.316	120.404	835.360	715.004	120.356	1.229.703	1.141.946	57.757
Vale do Paraíba	372.819	147.191	225.628	452.766	206.904	245.862	585.772	351.443	234.329	786.653	583.773	202.880	1.133.387	985.158	148.229
Sorocaba	654.734	212.127	442.607	707.806	279.709	428.097	887.310	432.225	455.055	1.101.000	641.992	459.078	1.473.664	1.057.392	416.272
Campinas	1.067.622	396.806	670.816	1.154.510	529.415	625.095	1.544.668	923.519	621.149	2.098.543	1.532.296	566.247	3.228.543	2.696.732	531.761
Ribeirão Preto	1.010.075	324.529	685.546	985.617	384.373	601.244	1.204.411	647.252	557.159	1.408.183	1.007.423	400.760	1.796.925	1.515.414	281.511
Bauru	548.380	149.989	398.391	511.425	179.822	331.603	569.088	273.907	295.181	544.669	373.915	170.754	666.829	529.372	137.457
S.J. do Rio Preto	618.570	133.906	484.664	671.769	187.297	484.472	897.894	335.343	562.551	931.281	504.453	426.828	1.001.381	709.720	291.661
Araçatuba	257.771	56.444	211.327	416.452	110.855	305.597	496.390	188.048	308.342	532.549	306.589	225.960	530.057	404.844	125.213
Presidente Prudente	216.500	42.536	173.964	558.742	136.717	422.025	735.689	627.857	467.832	712.135	363.368	348.767	692.389	470.293	222.096
Marília	567.643	131.553	436.090	626.172	187.142	439.030	705.862	286.061	419.801	681.845	380.827	301.018	699.109	501.823	197.286
Estado de S.Paulo	7.180.316	3.168.111	4.012.205	9.134.423	4.804.211	4.330.212	12.979.049	8.151.632	4.827.417	17.771.948	14.276.239	3.495.709	25.040.712	22.196.378	2.844.334
Capital	1.326.261	1.258.482	67.779	2.198.096	2.052.142	145.954	1.709.274	1.264.135	445.139	5.924.615	5.872.856	51.759	8.493.226	8.337.241	155.985
Interior	5.854.055	1.909.629	3.944.426	6.936.327	2.752.069	4.184.258	9.269.775	4.887.497	4.382.278	11.847.333	8.403.383	3.443.950	16.547.486	13.859.137	2.688.349

Fonte: Fundação IBGE: Censos Demográficos in SEADE. Informes Demográficos
Tabela apresentada em "O processo de interiorização do desenvolvimento e da urbanização no estado de S.Paulo(1920/1980). Negri, B. ;
Gonçalves, M.F. e Cano, W. Campinas, 1987. pg. 102

Tabela 2

Taxas Geométricas Anuais de Crescimento da População Total, Urbana e Rural
 Estado de São Paulo
 Regiões Administrativas
 1940/80

Regiões Administrativas	1940/50			1950/60			1960/70			1970/80		
	Total	Urbana	Rural									
Estado de São Paulo	2,4	4,2	0,7	3,5	5,4	1,0	3,1	5,7	-3,1	3,4	4,5	-2,0
Grande São Paulo	5,4	5,3	5,7	6,0	5,3	9,0	5,4	5,9	-10,0	4,4	4,4	4,0
Litoral	2,6	3,3	1,2	3,7	5,0	0,1	4,0	4,9	-3,9	3,3	4,7	-3,1
Vale do Paraíba	1,9	3,4	0,3	2,6	5,4	-0,4	2,9	5,2	-1,4	3,7	5,3	-3,0
Sorocaba	0,7	2,8	-0,3	2,2	4,4	0,6	2,1	4,0	0,1	2,9	5,1	-0,9
Campinas	0,7	2,9	-0,7	2,9	5,7	-0,1	3,1	5,1	-0,9	4,4	5,3	-0,6
Ribeirão Preto	-0,2	1,7	-1,3	2,0	5,3	-0,7	1,5	4,5	-3,2	2,4	4,1	-3,4
Bauru	-0,6	1,8	-1,8	1,0	4,2	-1,1	-0,4	3,1	-5,3	2,0	3,5	-2,1
São José do Rio Preto	0,8	3,4	-3,9	2,9	5,9	1,5	0,3	4,1	-2,7	0,7	3,4	-3,7
Araçatuba	4,9	6,9	4,2	1,7	5,4	0,1	0,7	5,0	-3,0	0,0	2,3	-5,7
Presidente Prudente	9,9	12,3	9,2	2,7	6,9	1,0	-0,3	3,0	-2,8	-0,2	2,6	-4,4
Marília	0,9	3,5	0,1	1,2	4,3	-0,4	-0,3	2,9	-3,2	0,2	2,7	-4,1

Fonte: Negri, B.; Gonçalves, M.F. & Cano, W.: 1987 pg. 101

bela 3

do de São Paulo

Participação da População das Regiões Administrativas na População Total, Urbana e Rural

40/1980

Regiões Administrativas	1940			1950			1960			1970			1980		
	Total	Urbana	Rural												
Estado de São Paulo	21,8	43,5	4,7	29,2	48,6	7,6	36,9	49,2	16,3	45,8	55,1	7,8	50,3	54,9	14,2
Total	4,2	6,1	2,6	4,2	5,6	2,7	4,3	5,4	2,5	4,7	5,0	3,4	4,9	5,2	3,1
Cidade do Paraíba	5,2	4,7	5,6	4,9	4,3	5,8	4,5	4,3	4,9	4,4	4,1	5,8	4,5	4,4	5,2
Itacaramba	9,1	6,7	11,0	7,8	5,8	9,9	6,8	5,3	9,4	6,2	4,5	13,1	5,9	4,8	14,7
Campanhas	14,9	12,5	16,7	12,6	11,0	14,4	11,9	11,3	12,9	11,8	10,7	16,2	12,9	12,1	18,7
Beirão Preto	14,1	10,2	17,1	10,8	8,0	13,9	9,3	7,9	11,5	7,9	7,1	11,5	7,2	6,8	9,9
Ourinhos	7,6	4,7	9,9	5,6	3,7	7,6	4,4	3,4	6,1	3,1	2,6	4,9	2,7	2,4	4,8
Cidade José do Rio Preto	8,6	4,2	12,0	7,3	3,9	11,2	6,9	4,1	11,6	5,2	3,5	12,2	4,0	3,2	10,3
Itacatuba	3,6	1,9	5,3	4,6	2,3	7,1	3,8	2,3	6,4	3,0	2,2	6,5	2,1	1,8	4,4
Presidente Prudente	3,0	1,3	4,3	6,1	2,9	9,7	5,7	3,3	9,7	4,0	2,5	10,0	2,7	2,1	7,8
Arília	7,9	4,2	10,8	6,9	3,9	10,1	5,5	3,5	8,7	3,9	2,7	8,6	2,8	2,3	6,9
Total ESP	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Tabela 1

Tabela 4

Estado de São Paulo
População economicamente ativa, segundo regiões comparáveis e os ramos de atividades
1940/50/60

Regiões	Total do S.Primário			Total do S.Secundário			Total do S.Terciário			Total da P.E.A.		
	1940	1950	1960	1940	1950	1960	1940	1950	1960	1940	1950	1960
1)Grande São Paulo	52.955	60.894	66.925	259.898	502.133	656.267	275.892	554.798	1.081.720	588.745	1.117.825	1.804.912
2)Litoral	39.696	42.093	37.646	12.863	20.475	33.667	54.173	83.263	120.012	106.732	145.831	191.325
3)Vale do Paraíba	75.187	72.390	62.989	18.074	29.475	37.993	27.492	46.454	74.739	120.753	148.319	175.720
4)Sorocaba	170.192	145.131	150.145	29.875	45.077	53.674	40.573	61.081	84.869	240.640	251.289	288.688
5)Campinas	265.051	223.642	220.053	50.483	94.310	132.620	76.615	120.640	192.991	392.149	438.592	545.664
6)Ribeirão Preto	270.381	220.180	209.824	24.916	45.603	55.891	64.246	86.786	139.262	359.543	352.569	404.977
7)Bauru	162.563	123.115	106.818	9.505	16.204	20.505	31.500	44.243	62.534	203.568	183.562	189.857
8)Oeste Pioneiro	515.788	606.423	621.332	22.864	48.048	62.693	72.758	136.890	232.426	611.410	791.361	116.451
Total do Estado/SP	1.551.183	1.493.868	1.475.732	428.478	801.325	1.053.310	643.249	1.135.155	1.988.552	2.623.540	3.429.348	4.517.594
Interior	1.498.858	1.432.974	1.408.807	168.580	299.192	397.043	367.357	579.357	906.832	2.034.795	2.311.523	2.712.641

Fonte: FIBGE - Censos Demográficos, 1940, 1950, 1960

Tabela apresentada em "O processo de interiorização do desenvolvimento e da urbanização no Estado de São Paulo (1920-1980)" - relatório sobre o setor terciário - Gonçalves, M.F., Campinas, 1987.

NOTA: A delimitação regional para a década de 70, é aproximada à das décadas anteriores e, portanto, não exatamente comparável: o cálculo para as décadas de 40, 50 e 60, foi feito com base em áreas comparáveis, considerando-se o desmembramento de municípios, cujos limites são aproximados aos das regiões administrativas que estão na base do cálculo para a década de 70.

Tabela 4-A

Estado de São Paulo

População economicamente ativa, segundo regiões administrativas e os ramos de atividades
1970/80

Regiões	Total/S. Primário		Total/S. Secundário		Total/S. Terciário		Total da P.E.A.	
	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980
Grande São Paulo	62.269	41.418	1.295.802	2.425.403	1.723.886	2.838.033	3.081.957	5.304.854
Litoral	37.731	32.208	64.481	137.235	177.627	287.983	279.839	457.426
Vale do Paraíba	53.519	40.914	71.475	169.071	109.571	195.492	234.565	405.477
Sorocaba	159.524	156.604	79.738	178.283	129.187	217.485	368.449	552.372
Campinas	210.782	203.735	245.658	562.787	307.956	573.618	764.396	1.340.134
Ribeirão Preto	196.310	194.204	97.507	225.249	203.070	331.714	496.887	751.167
Bauru	76.177	79.105	33.138	70.690	81.288	122.817	190.603	272.612
Oeste Pioneiro (8+9+10+11)	505.518	426.814	115.885	229.730	334.743	495.405	956.146	1.151.969
S.J. do Rio Preto	176.172	155.084	30.888	78.308	111.350	173.166	318.410	406.558
Araçatuba	78.424	65.515	32.032	50.597	62.300	88.950	172.756	205.062
P. Prudente	130.876	105.965	22.823	46.206	77.686	113.752	231.385	265.923
Marília	120.046	100.250	30.142	54.619	83.407	119.537	233.595	274.426
Total do Estado/SP	1.301.830	1.175.022	2.003.684	3.998.442	3.067.328	5.062.547	6.372.842	10.236.011

Fonte: IDEM tabela 4

NOIA: IDEM tabela 4

Tabela 5

Estado de São Paulo
Participação Setorial da PEA Regional no total do Estado
1940/50/60

Regiões	Setor Primário			Setor Secundário			Setor Terciário			Total da PEA		
	1940	1950	1960	1940	1950	1960	1940	1950	1960	1940	1950	1960
1)Grande S.Paulo	3,41	4,08	4,54	60,66	62,66	62,31	42,89	48,92	54,40	22,44	32,60	39,95
2)Litoral	2,56	2,82	2,55	3,00	2,56	3,20	8,42	7,34	6,04	4,07	4,25	4,24
3)Vale do Paraíba	4,85	4,85	4,27	4,22	3,68	3,61	4,27	4,10	3,76	4,60	4,32	3,89
4)Sorocaba	10,97	9,72	10,17	6,97	5,63	5,10	6,31	5,39	4,27	9,17	7,33	6,39
5)Campinas	17,08	14,97	14,91	11,78	11,77	12,59	11,91	10,64	9,71	14,95	12,79	12,08
6)Ribeirão Preto	17,42	14,74	14,22	5,82	5,69	5,31	9,99	7,65	7,00	13,70	10,28	8,96
7)Bauru	10,48	8,24	7,24	2,22	2,02	1,95	4,90	3,90	3,14	7,76	5,35	4,20
8)Oeste Pioneiro	33,24	40,59	42,10	5,34	6,00	5,95	11,31	12,07	11,69	23,30	23,08	20,29
Total do Estado/SP	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Idem Tabela 4

Tabela 5-A

Estado de São Paulo
Participação setorial da PEA Regional no total do Estado
1970/80

Regiões	Setor Primário		Setor Secundário		Setor Terciário		Total da PEA	
	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980
Grande S.Paulo	4,78	3,52	64,67	60,66	56,20	56,06	48,36	51,83
Litoral	2,90	2,74	3,22	3,43	5,79	5,69	4,39	4,47
Vale do Paraíba	4,11	3,48	3,57	4,23	3,57	3,86	3,68	3,96
Sorocaba	12,25	13,33	3,98	4,46	4,21	4,30	5,78	5,40
Campinas	16,19	17,34	12,26	14,08	10,04	11,33	11,99	13,09
Ribeirão Preto	15,08	16,53	4,87	5,63	6,62	6,55	7,80	7,34
Bauru	5,85	6,73	1,65	1,77	2,65	2,43	2,99	2,66
Oeste Pioneiro (8+9+10+11)	38,83	36,32	5,78	5,75	10,91	9,79	15,00	11,25
S.J. do Rio Preto	13,53	13,20	1,54	1,96	3,63	3,42	5,00	3,97
Araçatuba	6,02	5,58	1,60	1,27	2,03	1,76	2,71	2,00
P.Prudente	10,05	9,02	1,14	1,16	2,53	2,25	3,63	2,60
Marília	9,22	8,53	1,50	1,37	2,72	2,36	3,67	2,68
Total do Estado/SP	99,99	100,00	100,00	100,01	100,00	100,00	100,00	100,00

Idem tabela 4

Tabela 6

Produção Agrícola, Participação da Produção das DIRAS no Total da Produção do Estado de São Paulo (%)
1920-1984

DIRAS	1920		1931/33		1936/38		1949/51		1958/59		1969/71		1979/81		1983/84	
	Área	Produção	Área	Produção	Área	Produção	Área	Produção	Área	Produção	Área	Produção	Área	Produção	Área	Produção
São Paulo	5,78	7,41	5,92	11,97	6,08	11,44	2,86	6,41	3,14	4,00	2,07	2,20	1,67	1,42	1,88	0,99
Vale do Paraíba	5,59	9,27	5,80	6,59	4,21	5,39	1,68	1,06	1,50	1,31	1,35	1,39	1,22	0,75	1,25	0,57
Sorocaba	11,04	11,25	10,10	11,83	10,32	11,26	7,35	10,45	8,49	8,85	10,74	7,19	12,65	6,42	12,28	6,35
Campinas	20,45	23,17	14,09	21,97	15,30	22,67	10,81	23,65	13,23	36,43	12,38	29,81	14,54	24,88	13,95	20,75
Ribeirão Preto	28,81	24,72	20,98	20,11	18,53	17,32	16,47	29,31	20,03	24,57	20,35	31,23	26,89	39,40	27,22	34,18
Bauru	13,42	8,33	13,05	8,10	12,98	8,85	10,47	9,44	9,91	9,16	5,86	10,61	5,79	9,80	6,87	11,99
S. José do Rio Preto					14,23	9,00	12,59	4,07	11,16	3,62	17,96	6,57	12,32	7,20	12,43	8,74
Araçatuba	*	*	*	*	**	**	8,92	3,44	7,37	1,91	5,50	1,94	4,42	1,87	4,90	5,69
Presidente Prudente	14,91	15,85	30,06	19,43	8,82	6,55	14,68	4,61	13,45	3,39	12,58	2,13	6,96	2,12	7,39	3,95
Marília					9,53	7,52	14,17	7,56	11,72	6,76	11,21	6,93	13,54	6,14	11,83	6,79

Fonte: FIBGE - Censo Agropecuário de 1920

Anuários Estatísticos de São Paulo - 1920, 1931/33, 1936/37

Departamento Estadual de Estatística - Estatísticas Agrícolas e Zootécnicas

Instituto de Economia Agrícola - Secretaria da Agricultura

Fundação SEADE

* Valor correspondente, ao Oeste compreendendo as Diras de São José do Rio Preto, Araçatuba, Marília e Presidente Prudente

** Valor referente as Diras de Araçatuba e Presidente Prudente

Tabela 7Produção Agrícola, Valor da Produção das DIRAS em Relação ao Estado de São Paulo (%)
1920-1984

DIRAS	1920	1931/33	1936/38	1949/51	1958/59	1969/71	1979/81	1983/84
São Paulo	5,61	7,54	6,09	3,72	5,04	3,46	2,85	3,53
Vale do Paraíba	4,61	5,21	3,81	1,10	1,96	1,45	1,15	0,94
Sorocaba	10,32	9,52	8,44	7,31	9,05	10,40	12,00	10,75
Campinas	25,56	16,58	14,31	10,35	13,98	15,58	16,91	17,25
Ribeirão Preto	31,23	21,66	17,29	15,55	16,83	21,66	28,53	27,18
Bauru	11,64	13,48	16,32	13,97	9,08	6,46	5,83	6,56
S.J. do Rio Preto			14,23	11,23	11,44	14,02	13,44	14,55
Araçatuba	*	*	**	8,41	6,72	5,04	4,25	5,10
Presidente Prudente	11,03	26,01	8,26	12,74	13,70	11,09	6,65	5,60
Marília			11,25	15,62	12,20	10,84	8,39	8,54
ESTADO	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: FIBGE - Censo Agropecuário de 1920
 Anuários Estatísticos de São Paulo - 1919, 1939/33, 1936/37
 Departamento Estadual de Estatística - Estatísticas Agrícolas e Zootécnicas
 Instituto de Economia Agrícola - Secretaria da Agricultura
 Fundação SEADE

* Valor correspondente, ao Oeste compreendendo as DIRAS de S. José do Rio Preto, Araçatuba, Marília e P.Prudente
 ** Valor referente as Diras de Araçatuba e Presidente Prudente

Tabela 8

Indústria de Transformação - Distribuição Espacial Regional do Número de estabelecimentos, pessoal ocupado, valor da produção e valor da transformação industrial no total da indústria de transformação.

Estado de São Paulo
1960/1980

Regiões Administrativas	1960				1970				1975				1980			
	NE	PO	VP	VTI												
Grande São Paulo	47,4	70,7	70,8	73,1	51,0	70,1	70,7	74,7	53,7	68,1	65,8	69,4	53,5	64,2	58,6	62,9
Litoral	2,5	1,6	4,2	4,0	2,9	1,8	4,2	2,8	2,8	1,6	4,6	2,5	2,4	1,7	6,6	3,7
Vale do Paraíba	2,3	2,9	2,0	2,0	2,9	3,6	3,1	3,3	2,9	3,8	4,6	4,2	2,9	4,2	5,9	5,5
Sorocaba	5,3	4,9	3,0	3,1	5,2	3,6	2,4	2,2	4,9	3,7	2,4	2,4	5,4	4,7	4,0	4,1
Campinas	14,1	11,3	9,5	10,0	15,5	12,2	10,5	10,6	15,5	13,5	14,7	15,1	16,1	14,9	15,4	15,8
Ribeirão Preto	8,7	3,8	3,9	3,1	7,5	3,9	3,6	3,0	7,3	4,3	3,5	3,1	7,2	5,0	4,8	4,4
Bauru	3,7	1,4	1,3	1,1	2,9	1,4	1,1	0,9	2,4	1,4	1,1	1,0	2,4	1,5	1,4	1,3
S.J. do Rio Preto	5,9	0,9	0,9	0,6	4,5	0,9	1,0	0,6	4,0	1,1	0,8	0,6	3,9	1,3	1,0	0,7
Araçatuba	2,9	0,7	1,1	0,8	2,0	0,6	0,8	0,5	1,8	0,6	0,6	0,4	1,9	0,8	0,6	0,4
Presidente Prudente	3,1	0,8	1,9	1,2	2,4	0,7	1,3	0,7	2,1	0,8	1,0	0,6	2,0	0,7	0,8	0,5
Marília	4,1	1,0	1,4	1,0	3,2	1,2	1,3	0,8	2,6	1,1	0,9	0,7	2,3	1,0	0,9	0,7
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Fundação SEADE - Informações Censitárias sobre o Estado de São Paulo - período 1940/75
 - Características Gerais do processo de industrialização paulista
 - Estado de São Paulo - Estrutura Industrial Regionalizada - 1980

ela 9

ília (Área mínima comparável). Evolução da população Total, Urbana e Rural
0/1980

Municípios	1940			1950			1960			1970			1980		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
ília	81.064	28.358	52.706	86.844	38.376	48.468	90.884	54.178	36.706	98.176	75.593	22.223	121.877	107.425	14.452
apostola	39.237	3.569	35.668	9.299	1.355	7.944	8.504	1.857	6.647	7.684	2.236	5.448	5.693	3.332	2.361
ândia	-	-	-	8.387	871	7.516	7.978	957	7.021	4.417	1.111	3.306	2.987	1.322	1.665
ante	-	-	-	11.867	1.610	10.257	11.615	1.693	9.922	8.781	2.097	6.684	6.474	2.546	3.928
os Novos Paulista	-	-	-	3.734	799	2.935	4.130	953	3.177	4.148	1.209	2.939	3.744	1.781	1.963
ar Bressane	-	-	-	7.145	583	6.562	6.871	709	6.162	4.199	1.069	3.130	3.066	1.085	1.981
igu	-	-	-	-	-	-	7.053	1.054	5.999	5.955	1.246	4.709	4.840	1.470	3.370
al AMC	120.301	31.927	88.374	127.276	43.594	83.682	137.035	61.401	75.634	133.360	84.921	48.439	148.681	118.961	29.720
ado de São Paulo	7.180.316	3.168.111	4.012.205	9.134.413	4.804.211	4.330.202	12.974.699	8.149.979	4.824.720	17.958.693	14.432.244	3.526.449	25.040.698	22.195.330	2.845.368
al AMC/Estado de S.Paulo	0,016	0,010	0,022	0,014	0,009	0,021	0,010	0,007	0,017	0,007	0,006	0,010	0,006	0,005	0,010

Fonte: FIEGE - Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960, 1970 e 1980.

Extraído da citada obra de Gonçalves Ortigueira, 1982, pg. 236

Tabela 10

Marília (Área mínima comparável). Taxa geométrica de crescimento anual da População Total, Urbana e Rural 1940/1980

POPULAÇÃO	ÁREAS	1940/50	1950/60	1960/70	1970/80
TOTAL	Marília (município)	0,69	0,45	0,77	2,18
	Área Mínima Comparável de Marília	0,56	0,74	-0,27	1,09
	Estado de São Paulo	2,44	3,57	3,30	3,38
URBANA	Marília (município)*	(3,07)	(3,51)	3,44	3,53
	Área Mínima Comparável de Marília	3,16	3,48	3,30	3,43
	Estado de São Paulo	4,25	5,43	5,88	4,40
RURAL	Marília (município)	-0,83	-1,01	-4,36	-4,77
	Área Mínima Comparável de Marília	-0,54	-1,01	-4,36	-4,77
	Estado de São Paulo	0,77	1,09	-3,09	-2,12

Fonte: Tabela 8

* Os dados entre parênteses referem-se a períodos em que se desmembraram de Marília outros municípios.

Tabela 11

Marília (Área mínima comparável). Taxa de Urbanização (População Urbana/População Total)
1940/1980

ÁREAS	1940	1950	1960	1970	1980
Marília (município)	35,0	44,2	59,6	77,4	88,1
Área Mínima Comparável de Marília	26,5	34,2	44,8	63,7	80,0
Estado de São Paulo	44,1	52,6	62,8	80,4	88,6

Fonte: Gonçalves Ontake, M.F., 1982, pg. 238.

Tabela 12
 Marília (Área mínima comparável). População Economicamente Ativa (10 anos e mais) por ramo de atividade
 1940/1980

Áreas	setor primário					setor secundário					setor terciário					PEA total				
	1940	1950	1960	1970	1980	1940	1950	1960	1970	1980	1940	1950	1960	1970	1980	1940	1950	1960	1970	1980
Marília	25.570	17.774	13.167	9.801	7.006	17.62	3.153	3.435	8.174	13.514	5.493	8.676	12.906	18.139	29.722	32.825	29.603	29.508	36.114	50.242
Ocaçu	-	-	1.919	1.625	1.723	-	-	67	130	46	-	-	233	257	320	-	-	2.219	2.012	2.069
Echaporã	13.107	2.992	2.417	1.978	1.411	1.411	117	64	93	193	587	324	473	444	674	13.968	1.433	2.954	2.515	2.278
Campos Novos Paulista	-	884	1.158	1.166	1.083	-	34	39	52	86	-	106	148	209	272	-	1.024	1.345	1.427	1.441
Lutácia	-	2.865	2.594	1.197	855	-	76	45	26	51	-	216	210	187	261	-	3.156	2.849	1.410	1.167
Oriente	-	3.764	3.227	2.355	1.367	-	232	212	242	702	-	368	322	290	633	-	4.364	3.761	2.887	2.702
Oscar Bressane	-	2.520	2.155	972	733	-	11	15	30	109	-	107	154	178	130	-	2.638	2.334	1.180	972
Total AMC	38.677	30.800	26.647	19.094	14.178	2.036	3.623	3.877	8.747	14.731	6.080	9.795	14.446	19.704	32.012	46.793	44.218	44.970	47.545	60.691
Estado de S. Paulo	1.551.813	1.493.668	1.475.732	1.301.830	1.175.002	428.478	801.325	1.053.310	2.003.684	3.998.442	543.249	1.134.155	1.988.552	3.067.328	5.062.547	2.623.540	3.429.348	4.517.594	6.372.842	10.236.011

Fonte: FIBGE - Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960 e 1970.
 Extraído da citada obra de Gonçalves Uetaka, 1982, p. 295
 - Censo Demográfico de 1980.

Tabela 13

Marília (Área Mínima Comparável). Distribuição percentual da população economicamente ativa por setores de atividade 1940/1980

MUNICÍPIOS	SETOR PRIMÁRIO					SETOR SECUNDÁRIO					SETOR TERCIÁRIO				
	1940	1950	1960	1970	1980	1940	1950	1960	1970	1980	1940	1950	1960	1970	1980
Marília	77,9	60,0	44,6	27,1	13,9	5,4	10,7	11,6	22,6	26,9	16,7	29,3	43,7	50,2	59,2
Ocaçu	-	-	86,5	80,8	82,5	-	-	3,0	6,5	6,2	-	-	10,5	12,8	11,3
Echaporã	93,8	87,2	81,8	78,6	61,9	2,0	3,4	2,2	3,7	8,5	4,2	9,4	16,0	17,7	29,6
Campos Novos - Paulista	-	86,3	86,1	81,7	75,1	-	3,3	2,9	3,6	6,0	-	10,4	11,0	14,6	18,9
Lutécia	-	90,8	91,1	84,9	73,3	-	2,4	1,6	1,8	4,4	-	6,8	7,4	13,3	22,3
Oriente	-	86,3	85,8	81,6	50,6	-	5,3	5,6	8,4	26,0	-	8,4	8,6	10,0	23,4
Oscar Bressane	-	95,5	92,8	82,4	75,4	-	0,4	0,6	2,5	11,2	-	4,1	6,6	15,1	13,4
TOTAL AMC 40/70	82,7	69,7	59,3	40,2	23,3	4,4	8,2	8,6	18,4	24,1	13,0	22,2	32,1	41,1	52,6
Estado de São Paulo	59,2	43,6	32,7	20,4	11,5	16,3	23,4	23,3	31,4	39,1	24,5	33,1	44,0	48,1	49,4

Fonte: FIBGE - Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960 e 1970. Extraído da citada obra de Gonçalves Ohtake, 1982, pg. 296
 - Censo Demográfico de 1980

Tabela 14Região Administrativa de Marília. População total por Sub-Região
1940/1980

Região e Sub-Regiões	1940	1950	1960	1970	1980
Sub-Região de Marília	228.853	239.837	242.672	222.653	237.181
Sub-Região de Assis	132.132	152.471	167.172	177.231	168.963
Sub-Região de Ourinhos	165.805	154.992	191.087	200.627	202.884
Sub-Região de Tupã	40.853	78.871	96.896	81.334	90.604
Região de Marília	567.643	626.172	697.827	681.845	699.632

Fonte: Fundação SEADE, 1983, pg. 9

Tabela 15**Região Administrativa de Marília - participação das sub-regiões na população total regional 1940/1980**

Sub-regiões	1940	1950	1960	1970	1980
Sub-região de Marília	40,3	38,3	34,8	32,6	33,9
Sub-região de Assis	23,3	24,4	23,9	26,0	24,1
Sub-região de Ourinhos	29,2	24,7	27,4	29,4	29,0
Sub-região de Tupã	7,2	12,6	13,9	12,0	13,0
Região de Marília	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Tabela 14

Tabela 16

Marília. Evolução da Indústria segundo os Ramos da Produção
1953/1980

RAMOS	Pessoal Ocupado					Número de Estabelecimentos					Valor da Produção				
	1953	1960	1970	1975	1980	1953	1960	1970	1975	1980	1953 (em Cr\$)	1960 (em Cr\$)	1970 (Cr\$1000)	1975 (Cr\$1000)	1980 (Cr\$1000)
Madeira	138	116	71	85	112	10	11	7	8	9	21519	69364	1455	6617	79951
Mobiliário	51	79	150	152	220	6	19	23	14	15	3288	20816	2645	14150	147437
Couros e Peles	8	9	14	18	26	1	3	2	2	2	436	1263	1620	4313	87253
Têxtil	239	103	396	488	196	8	6	7	6	2	119556	445795	26030	106498	636682
Vestuário/calçados	32	46	123	63	112	5	17	20	11	14	2034	10573	2030	2217	27576
Prods. Alimentares	444	497	1277	2195	2737	32	76	84	63	56	135813	699311	99182	502451	6192134
Bebidas	117	266	400	189	300	5	3	3	3	2	10679	162266	13055	79467	427855
Editorial /Gráfica	64	38	97	273	178	5	4	10	18	19	3928	5081	1158	14576	70845
Diversos	-	19	15	24	31	-	8	7	5	5	-	3321	139	1226	10257
Unid. Aux. Apoio/Serv. Ind.	-	-	-	23	31	-	-	-	5	3	-	-	-	3296	136870
Minerais n/metálicos	86	79	77	123	221	3	22	17	26	32	2186	14152	527	4860	102479
Papel e papelão	-	43	517	159	121	-	3	8	5	7	-	11636	11328	24622	215297
Química	253	284	466	340	351	2	4	12	8	8	82317	982157	71623	217804	1186040
Prods./Perfumaria	-	1	18	33	37	-	1	2	2	1	-	762	2504	9124	92238
Prods./Matérias Plásticas	-	-	27	88	272	-	-	2	3	3	-	-	943	16761	311791
Metalúrgica	11	21	151	281	905	1	5	17	23	14	552	14370	4417	24806	892160
Borracha	-	-	7	11	14	-	-	1	2	1	-	-	334	2268	16910
Mecânica	42	26	150	242	557	4	3	16	15	17	4433	10000	2873	19375	352215
Mat. Elétrico	13	29	32	56	16	2	2	5	5	1	1192	11370	653	7550	6626
Mat./Transportes	129	59	106	193	216	5	6	8	11	13	9510	24068	1804	9410	67890
TOTAL	1627	1715	4049	5036	6653	89	193	251	235	224	397443	2486305	244320	1071391	11060506
Part. no Estado	0,26	0,21	0,32	0,28	0,29	0,69	0,54	0,50	0,39	0,36	0,41	0,38	0,37	0,24	0,22
Part. no Oeste	9,65	6,12	9,27	7,71	7,64	7,55	3,36	3,14	3,69	3,36	8,77	7,03	8,50	7,48	6,75
Part. na Região de Marília	25,05	20,79	27,10	26,15	21,82	22,31	13,10	15,27	14,82	15,77	28,53	26,80	29,39	27,48	24,71

Fonte: Tabulações Especiais do Grupo de Pesquisa em Economia Urbana,
Instituto de Economia - UNICAMP

Tabela 17

Marília. Participação percentual dos cinco principais ramos da indústria no emprego no valor da produção. 1950/1980

RAMOS	1950		1960		1970		1975		1980	
	Pessoal Ocupado	Valor da Produção								
Produtos Alimentares	33,1	64,3	24,0	28,1	31,2	40,6	43,6	46,9	41,1	56,0
Têxtil	24,5	22,0	6,0	17,9	9,7	10,7	9,7	9,9	(2,9)	5,7
Madeira	10,6	6,3	6,8	2,8	(1,7)	(0,6)	(1,7)	(0,6)	(1,7)	(0,7)
Material de Transporte	6,3	1,9	(3,4)	(1,0)	(2,6)	(0,7)	(3,8)	(0,9)	3,2	(0,6)
Editorial e Gráfica	6,0	1,3	(2,2)	(0,2)	(2,4)	(0,5)	5,4	(1,4)	(2,7)	(0,6)
Química	-	-	16,6	39,5	11,4	29,3	6,7	20,3	5,3	10,7
Bebidas	(3,1)	(1,2)	15,5	6,5	9,8	5,3	(3,7)	7,4	4,5	3,9
Papel e papelão	-	-	(2,5)	(0,5)	12,6	4,6	(3,2)	(2,3)	(1,8)	(1,9)
Metalurgia	(0,5)	(0,1)	(1,2)	(0,6)	(3,7)	(1,8)	5,6	2,3	13,6	8,1
Participação dos cinco principais ramos	80,5	95,8	73,9	94,8	74,7	90,5	71,0	86,8	67,7	73,7

Fonte: Tabela 16

Nota: Estão entre parenteses os dados quando o ramo não se inclui entre os cinco principais da cidade

Tabela 18

Marília - participação dos principais ramos industriais, em valor da produção e VTI no Estado de São Paulo 1960/1980

RAMOS	1960		1970		1975		1980	
	VP	VTI	VP	VTI	VP	VTI	VP	VTI
Produtos Alimentares	0,61	0,61	0,98	0,84	1,02	0,98	1,09	1,11
Química	1,41	0,77	1,13	0,75	0,33	0,20	0,13	0,08
Têxtil	0,51	0,27	0,39	0,33	0,37	0,39	0,20	0,23
Bebidas	1,26	1,32	1,37	1,51	2,05	2,49	1,22	1,62
Metalúrgica	0,02	0,02	0,06	0,05	0,04	0,05	0,13	0,16
Madeira	0,98	1,17	0,29	0,24	0,19	0,19	0,22	0,18
Papel e Papelão	0,05	0,06	0,60	0,69	0,22	0,19	0,15	0,19
Mecânica	0,04	0,05	0,06	0,06	0,04	0,05	0,07	0,08

Fonte: Tabulações Especiais do Grupo de Pesquisa em Economia Urbana-Instituto de Economia UNICAMP

Tabela 19

Indústria - Número de estabelecimentos, pessoal ocupado e valor da produção a preços correntes.
Municípios de São José do Rio Preto, Araçatuba, Presidente Prudente e Marília
1940/1980

Municípios	1940			1950			1960			1970			1980		
	NE	PO	VP	NE	PO	VP	NE	PO	VP	NE	PO	VP	NE	PO	VP
S. J. do Rio Preto	109	766	27.020	205	1.408	182.402	211	1.151	1.133.941	367	3.171	161.607	458	8.633	9.447.155
Araçatuba	82	788	22.000	155	1.008	177.765	217	1.953	2.762.370	212	2.434	181.911	262	4.949	11.783.935
Presidente Prudente	79	655	23.071	74	710	194.136	152	1.090	1.409.201	216	3.015	283.527	209	4.663	9.321.856
Marília	94	1.062	67.179	181	1.639	423.830	195	1.728	2.492.725	251	4.094	244.320	224	6.653	11.060.506

Fonte: Tabulações Especiais do Grupo de Pesquisa em Economia Urbana, Instituto de Economia - UNICAMP

Participação Percentual da Área dos Principais Produtos Agrícolas do Município de Marília em Relação à Área do Produto na Micro-Região Alta Paulista e no Estado de São Paulo
1960/1980

Produto	1960			1970			1980		
	M/MRAP	M/SP	MRAP/SP	M/MRAP	M/SP	MRAP/SP	M/MRAP	M/SP	MRAP/SP
Algodão	19,13	0,86	4,50	5,94	0,02	0,36	21,38	0,01	0,07
Amendoim	17,54	5,91	16,43	16,43	2,46	15,00	9,65	1,54	15,98
Arroz	26,72	0,45	1,68	14,63	0,14	0,95	13,90	0,14	1,03
Café	15,36	1,32	8,57	16,52	1,84	11,14	16,53	1,49	9,02
Cana-de-Açúcar	1,04	0,00	0,26	-	-	0,70	6,19	0,05	0,81
Feijão	13,32	0,56	4,19	8,67	0,10	1,15	11,26	0,13	1,19
Milho	18,79	0,45	2,39	17,35	0,33	1,90	14,04	0,33	2,37
Soja	-	-	-	58,33	0,01	0,02	90,36	0,03	0,03
Trigo	100,00	0,08	0,08	-	-	-	100,0	0,01	0,01

Fonte: FIBGE - Censos Agrícolas: 1970 e 1980.

Nota: A Micro-Região Alta Paulista corresponde a área dos municípios de Álvaro de Carvalho, Alvinlândia, Bastos, Gália, Garça, Herculândia, Iacri, Lupércio, Marília, Ocaúçu, Oriente, Pompéia, Queiróz (desmembrado de Pompéia em 1964), Quintana, Tupã, Ubirajara e Vera Cruz.

Tabela 21

Rebanho do Município de Marília em Relação ao Rebanho da Micro-Região Alta Paulista e do Estado de São Paulo
1960/1980

(em %)

Animais	1960			1970			1980		
	M/MRAP	M/SP	MRAP/SP	M/MRAP	M/SP	MRAP/SP	M/MRAP	M/SP	MRAP/SP
Bovinos	14,94	0,51	3,42	17,96	0,56	3,26	17,18	0,61	3,55
Bufalinos	-	-	-	5,95	0,21	3,57	10,50	0,25	2,36
Equinos	20,08	0,85	4,25	19,91	0,64	3,20	15,42	0,53	3,41
Asininos	22,58	0,58	2,58	2,31	0,08	3,48	27,85	0,77	2,76
Muare	19,48	1,05	5,41	15,02	0,59	3,94	16,21	0,49	3,02
Ovinos	68,00	5,07	7,46	20,25	0,70	3,48	13,66	0,33	2,43
Caprinos	10,28	0,43	4,20	8,92	0,23	2,56	17,17	0,29	1,71
Galos, Galinhas, Frangos, Frangas e Pintos	12,53	0,68	5,46	6,78	0,49	7,30	11,22	0,70	6,25
Suínos	20,00	0,77	3,85	9,90	0,17	1,74	16,59	0,25	1,50

Fonte: FIBGE - Censos Agrícola 1960 e Censos Agropecuários de 1970 e 1980.

Tabela 22

Indicadores de Renda das Capitais Regionais do Estado de São Paulo
1980

Capitais Regionais	Participação % das Pessoas Por Rendimento (Salário Mínimo)				Renda Familiar (em %)	
	0 a 1 SM	0 a 3 SM	3 a 5 SM	+ de 5 SM	0 a 2 SM	+ de 5 SM
São Paulo	13,0	59,0	18,5	22,5	12,51	53,29
Santos	15,7	51,6	19,6	28,8	10,26	60,02
São José dos Campos	20,1	63,8	17,4	18,8	16,21	46,02
Campinas	18,8	63,2	16,4	20,4	15,24	49,29
Ribeirão Preto	22,6	68,9	14,7	16,4	17,22	43,25
Sorocaba	20,3	68,2	16,0	15,8	16,64	44,33
Presidente Prudente	28,7	73,5	12,7	13,8	28,27	33,01
Araçatuba	32,6	75,8	11,8	12,4	29,11	31,32
São José do Rio Preto	25,5	71,0	13,0	16,0	21,01	39,71
Bauru	25,2	69,0	14,8	16,2	20,05	40,68
Marília	32,2	76,6	10,8	12,6	28,93	32,98

Fonte: FIBGE - Censo Demográfico 1980.

Tabela 23

Finanças Públicas Municipais, Receitas e Despesas do Município de Marília
1970/1985

Anos	em cruzeiros			
	Receita Corrente	Receita Real* (base= 1977)	Despesa Corrente	Despesa Real* (base= 1977)
1970	12.886.804	693.014,04	12.098.307	650.611,01
1973	20.746.612	687.885,01	20.452.008	678.116,98
1976	71.399.000	1.018.530,67	82.161.000	1.172.054,21
1978	124.338.000	896.452,78	124.338.000	896.452,78
1979	171.495.536	803.257,78	181.035.290	847.940,47
1980	326.740.475	764.305,20	320.070.881	748.703,81
1981	727.527.012	810.795,73	674.256.269	751.427,92
1982	1.469.686.483	838.048,97	1.590.376.797	906.869,36
1983	3.317.525.483	743.206,57	3.226.072.803	722.718,94
1984	10.710.658.158	748.384,75	10.105.342.852	706.089,63
1985	42.800.338.766	918.708,65	39.579.383.315	849.570,87

Fonte: Secretaria do Planejamento do Estado de São Paulo: Anuário Estatístico do Estado de São Paulo 1970 e 1973.

Fundação SEADE - Anuário Estatístico do Estado de São Paulo: vários anos.
Secretaria Municipal de Finanças de Marília.

* Para deflacionar a Receita e a Despesa Corrente foi utilizado o índice "IGP-Disponibilidade Interna", extraído da revista "Conjuntura Econômica" de abril de 1986.

Tabela 24

Finanças Públicas Municipais, Receitas e Despesas Reais Per Capita
para o Município de Marília
1970/1985

Anos	Receita Per Capita	Despesa Per Capita
1970	7,06	6,63
1973	6,58	6,47
1976	9,11	10,49
1978	7,68	7,68
1979	6,74	7,11
1980	6,08	6,14
1981	6,46	5,99
1982	6,50	7,03
1983	5,61	5,45
1984	5,49	5,18
1985	6,55	6,06

Fonte: FIBGE - Censos Demográficos: 1970 e 1980.
Fundação SEADE - Perfil Municipal: vários anos.
Tabela 23.

Tabela 25

Finanças Públicas Municipais, Porcentagem dos Impostos e Taxas na
Receita Total no Município de Marília
1970/1985

Anos	%
1970	18,1
1973	22,8
1976	22,7
1978	38,8
1979	35,3
1980	40,7
1981	43,8
1982	40,9
1983	34,4
1984	28,8
1985	24,3

Fonte: ídem Tabela 24

Tabela 26

Finanças Públicas Municipais, Participação de Itens Selecionados de Despesas na Despesa Total
do Município de Marília
1970/1985

Anos	Comunicação e Transporte	Educação e Cultura	Saúde e Saneamento	Habitação e Urbanismo	Assistência e Previdência	Administração e Planejamento	Outros
1970	5,6	16,2	13,8	...	-	18,4	...
1973	8,8	16,2	18,3	...	10,1	16,1	...
1976	3,6	11,3	3,5	48,8	7,3	22,4	3,1
1978	8,3	24,7	1,8	12,7	8,3	41,2	3,0
1979	4,7	19,2	1,8	21,8	4,4	43,6	4,5
1980	8,4	22,6	1,1	14,1	4,5	44,3	5,0
1981	9,1	23,8	3,2	15,9	5,0	38,3	4,7
1982	10,6	27,7	1,2	14,1	4,8	37,7	3,9
1983	5,8	22,2	3,3	13,4	5,4	45,7	4,3
1984	7,5	21,0	3,8	15,8	5,2	41,4	5,3
1985	11,1	24,1	3,7	13,0	5,4	37,1	5,6

Fonte: Ídem Tabela 23

Tabela 27

Finanças Públicas Municipais, Participação das Despesas de Custeio e Gastos com Pessoal na Despesa Total do Município de Marília 1979/1985

Anos	Despesas de Custeio	Gasto com Pessoal
1979	61,5	38,3
1980	62,7	40,9
1981	65,4	42,0
1982	65,7	42,3
1983	76,6	49,2
1984	69,3	43,7
1985	68,0	38,9

Fonte: Fundação SEADE - Anuário Estatístico do Estado de São Paulo: vários anos

Tabela 28

Indicadores de Habitação, Domicílios e Tipo de Construção de Domicílios do Município de Marília 1970/1980

Anos	Domicílios						Total
	Permanentes				Improvisados		
	Duráveis		Rústicos		Abs.	%	
	Abs.	%	Abs.	%			
1970	17.741	91,8	1.586	8,2	-	-	19.327
1980	26.433	99,1	179	0,7	59	0,2	26.683

Fonte: FIBGE - Censos Demográficos: 1970 e 1980.

Tabela 29

Indicadores de Habitação, Condição de Ocupação dos Domicílios do Município de Marília 1970/1980

Anos	Próprios*			Alugados			Outros		
	Abs.	%	Tx Cres.	Abs.	%	Tx Cres.	Abs.	%	Tx Cres.
1970	8.607	44,5	-	6.493	33,6	-	4.227	21,9	-
1980	13.401	50,3	4,5	9.155	34,4	3,5	4.068	15,3	-0,4

Fonte: FIBGE - Censos Demográficos: 1970 e 1980

* São Considerados Domicílios Próprios aqueles já pagos ou em aqui-

Tabela 30

Indicadores Domiciliares das Capitais Regionais do Estado de São Paulo
1970/1980

Capitais Regionais	Total de Domicílios Permanentes			Nº de Moradores por Domicílio	
	1970	1980	Tx Cresc.	1970 Total	1980 Total
São Paulo	1.272.279	1.760.496	3,3	4,4	3,9
Santos	76.223	106.499	3,4	4,2	3,7
São José dos Campos	27.828	63.003	8,5	5,1	4,5
Campinas	76.241	153.785	7,3	4,6	4,2
Ribeirão Preto	43.164	74.105	5,6	4,8	4,2
Sorocaba	37.524	62.118	5,2	4,6	4,3
Presidente Prudente	20.407	30.693	4,2	5,0	4,4
Araçatuba	21.122	28.928	3,2	5,0	4,4
São José do Rio Preto	25.711	45.613	5,9	4,5	4,1
Bauru	27.291	43.595	4,8	4,6	4,2
Marília	19.327	26.624	3,3	4,9	4,5

Fonte: FIBGE - Censos Demográficos: 1970 e 1980

Tabela 31

Transportes Urbanos, Evolução do Número Absoluto e Per Capita dos Ônibus Urbanos nas Capitais Regionais do Estado de São Paulo 1980/1985

Capitais Regionais	(Por 1.000 hab.)											
	1980		1981		1982		1983		1984		1985	
	Abs	Per Capita	Abs	Per Capita	Abs	Per Capita	Abs	Per Capita	Abs	Per Capita	Abs	Per Capita
São Paulo	11.514	1,35	11.657	1,32	11623	1,27	11.592	1,23	11.132	1,14	11.778	1,17
Santos	331	0,79	334	0,79	322	0,76	291	0,68	259	0,60	342	0,79
São José dos Campos	160	0,59	177	0,59	218	0,68	192	0,57	148	0,42	193	0,51
Campinas	691	1,05	812	1,18	880	1,23	841	1,13	889	1,15	823	1,02
Ribeirão Preto	168	0,53	162	0,49	162	0,47	163	0,46	292	0,79	187	0,49
Sorocaba	279	1,04	271	0,97	265	0,91	270	0,89	287	0,91	291	0,88
Presidente Prudente	98	0,72	109	0,78	107	0,75	131	0,90	118	0,79	114	0,74
Araçatuba	41	0,32	42	0,32	44	0,33	50	0,37	80	0,58	123	0,87
São José do Rio Preto	80	0,43	84	0,43	89	0,43	94	0,44	91	0,41	106	0,45
Bauru	110	0,59	137	0,71	133	0,66	246	1,18	146	0,67	163	0,72
Marília	46	0,38	48	0,38	47	0,36	51	0,38	60	0,44	65	0,46

Fonte: Fundação SEADE - Anuário Estatístico do Estado de São Paulo: vários anos.

Tabela 32

Indicadores de Saneamento do Município de Marília
1970/1983

Anos	Total de Domicílios Permanentes	Domicílios Ligados à Rede Geral de Água		Domicílios Ligados à Rede Geral de Esgoto	
		Abs.	%	Abs.	%
1970	19.327	14.009	72,5	7.449	38,5
1980	26.624	19.996	75,1	17.036	71,4
1983	29.813*	27.512	92,3	22.232	74,6

Fonte: FIBGE - Censos Demográficos: 1970 e 1980.

Fundação SEADE - Anuário Estatístico do Estado de São Paulo 1984.

* O número de domicílios permanentes em 1983 foi estimado somando-se o número de domicílios existentes em 1980 ao número de licenças de "Habite-se" nos anos de 1981, 1982 e 1983.

Tabela 33

Limpeza Pública, Área Urbana Atendida no Município de Marília (em %)
1981/1985

Anos	Área Urbana Atendida
1981	70
1982	...
1983	75
1984	75
1985	80

Fonte: Fundação SEADE - Anuário Estatístico do Estado de São Paulo: varios anos

Indicadores de Infra-Estrutura Domiciliar nas Capitais Regionais do Estado de São Paulo
1970/1980

Capitais Regionais	% de Domicílios Ligados à Rede de Água		% de Domicílios Ligados à Rede de Esgoto		% de Domicílios Ligados à Rede de Iluminação Elétrica	
	1970	1980	1970	1980	1970	1980
São Paulo	64,3	89,1	-	66,0	95,8	98,1
Santos	98,1	96,7	80,2	90,2	98,1	98,8
São José dos Campos	72,8	83,4	26,1	72,7	80,3	95,3
Campinas	82,3	80,2	65,8	70,9	91,7	96,1
Ribeirão Preto	85,7	91,5	70,8	84,9	91,7	97,6
Sorocaba	87,4	88,6	69,8	83,6	89,1	96,4
Presidente Prudente	46,8	72,9	27,2	59,9	79,5	94,7
Araçatuba	63,4	76,9	47,2	71,5	73,8	93,7
São José do Rio Preto	82,1	84,0	69,3	77,9	85,4	96,8
Bauru	81,3	85,4	56,0	74,9	89,9	96,2
Marília	72,5	75,1	38,5	71,4	82,0	95,1

Fonte: FIBGE - Censos Demográficos: 1970 e 1980

Tabela 35

Infra-Estrutura Domiciliar, Número Absoluto de Domicílios não Ligados à Rede de Água, Esgoto e Iluminação Elétrica nas Capitais Regionais do Estado de São Paulo
1970/1980

Capitais Regionais	Domicílios não Ligados à Rede Geral de Água		Domicílios não Ligados à Rede Geral de Esgoto		Domicílios não Ligados à Rede de Iluminação Elétrica	
	1970	1980	1970	1980	1970	1980
São Paulo	454.204	191.894	...	598.745	53.436	33.449
Santos	1.448	3.514	15.092	10.437	1.448	1.278
São José dos Campos	7.569	10.458	20.565	17.200	5.482	2.961
Campinas	13.495	30.449	26.074	44.751	6.328	5.998
Ribeirão Preto	6.172	6.299	12.604	11.190	3.583	1.778
Sorocaba	4.728	7.081	11.332	10.187	4.090	2.236
Presidente Prudente	10.856	8.318	14.856	12.308	4.183	1.628
Araçatuba	7.730	6.682	11.152	8.244	5.534	1.822
São José do Rio Preto	4.602	7.298	7.893	10.080	3.754	1.460
Bauru	5.103	6.365	12.008	10.942	2.756	1.657
Marília	5.315	6.629	11.886	7.614	3.479	1.306

Fonte: ídem tabela 34

Tabela 36

Coeficiente de Mortalidade Infantil nas Capitais Regionais do Estado de São Paulo
1970/1984

Capitais Regionais	Coeficiente de Mortalidade Infantil		
	1970	1980	1984
São Paulo	89,51	50,62	48,43
Santos	106,55	38,21	30,47
São José dos Campos	83,92	29,49	26,31
Campinas	72,92	35,64	25,64
Ribeirão Preto	74,05	27,72	30,54
Sorocaba	89,19	49,47	37,98
Presidente Prudente	84,07	36,94	27,11
Araçatuba	79,05	43,77	29,81
São José do Rio Preto	107,29	36,19	28,47
Bauru	66,54	34,67	36,33
Marília	100,52	59,20	36,85
Estado de São Paulo	84,30	51,21	44,92

Fonte: FIBGE - Censos Demográficos: 1970 e 1980.

Fundação SEADE - Perfil Municipal: vários anos.

Tabela 37

Mortalidade Infantil, Principais Causas de Mortalidade Infantil no Município de Marília,
em porcentagem
1975/1986

1975

Causas	%
Enterites e Outras Doenças Diarréicas.....	30,68
Outras Causas de Mortalidade Perinatal.....	18,73
Lesões ao Nascer, Partos Distócitos e outras Afecções Anéxicas e Hipóxicas Peri natais.....	11,95
Pneumonia.....	11,16
Sintomas e Estados Mórvidos Mal Definidos.....	8,37
Total.....	80,89

1980

Causas	%
Enterites e Outras Doenças Diarréicas.....	25,27
Lesões ao Nascer, Partos Distócitos e Outras Afecções Anéxicas e Hipóxicas Peri natais.....	17,91
Outras Causas de Mortalidade Perinatal.....	15,92
Sintomas e Estados Mórvidos Mal Definidos.....	9,95
Avitaminoses e Outras Deficiências Nutricionais.....	7,96
Total.....	77,61

1986

Causas	%
Lesões ao Nascer, Partos Distócitos e Outras Afecções Anéxicas e Hipóxicas Peri natais.....	31,32
Sintomas e Estados Mórvidos Mal Definidos.....	18,07
Outras Causas de Mortalidade Perinatal.....	13,25
Anomalias Congênitas.....	8,43
Enterites e Outras Doenças Diarréicas.....	3,61
Total.....	74,68

Indicadores de Saúde, Óbitos por Causa Externa nas Faixas Etárias "5 a 19 anos" e "20 a 49 anos" no Município de Marília
1975/1986

Causa Mortis	Faixa Etária											
	5 a 19 anos						20 a 49 anos					
	1975		1980		1986		1975		1980 ¹		1986	
	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
Acidentes por Veículo à motor	5	10,9	7	24,1	6	24,0	15	10,3	16	10,6	28	18,7
Demais Acidentes	9	19,6	5	17,2	4	16,0	14	9,6	14	9,3
Causa Externa ²	14	30,4	12	41,4	10	40,0	29	20,0	42	28,0
Total de Óbitos na Faixa Etária	46	100,0	29	100,0	25	100,0	145	100,0	151	100,0	150	100,0

Fonte: Secretaria de Estado da Saúde - Coordenadoria da Região de Saúde-2, ERSa 45 - Escritório Regional de Saúde de Marília
Relatório 1986.

Secretaria Municipal de Saúde: Mortalidade na Região de Marília, 1986.

notas: 1- Para o ano de 1980 não foi fornecido o dado referente ao ítem "Demais Acidentes", em consequência não foi possível encontrar para esse ano o ítem "Causa Externa".

2- O ítem "Causa Externa" refere-se a soma dos ítem "Acidentes por Veículo à Motor" e "Demais Acidentes".

Tabela 39

Indicadores de Saúde, Óbitos por Causa Externa na Faixa Etária "5 a 49 anos" no Município de Marília
1975/1986

Causa Mortis	Faixa Etária					
	5 a 49 anos					
	1975		1980		1986	
	Abs	%	Abs	%	Abs	%
Acidentes por Veículo à Motor	20	10,5	21	11,7	32	18,3
Demais Acidentes	23	12,0	20	11,4
Causa Externa	43	22,5	52	29,7
Total de Óbitos na Faixa Etária	191	100,0	180	100,0	175	100,0

Fonte: Tabela 38

Tabela 40

Indicadores de Saúde, Taxa de Mortalidade Infantil Proporcional no Município de Marília
1970/1986

Anos	Total de Óbitos de Crianças com menos de 1 ano (A)	Total de Óbitos do Município (B)	Taxa de Mortalidade Infantil Proporcional $\frac{(A)}{(B)} \times 100$
1970	253	857	29,52
1980	201	893	22,51
1986	83	844	9,83

Fonte: Secretaria de Estado da Saúde - Coordenadoria da Região de Saúde-2, ERSA 45 - Escritório Regional de Saúde de Marília: Relatório 1986.
Secretaria Municipal de Saúde: Mortalidade na Região de Marília.

Capitais Regionais	Leitos Hospitalares											
	Gerais						Especializado					
	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1980	1981	1982	1983	1984	1985
São Paulo	3,3	3,3	3,3	3,2	3,1	3,0	0,7	0,7	0,7	0,6	0,6	0,5
Santos	7,1	6,8	6,6	6,6	6,6	6,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6
São José dos Campos	2,5	2,8	2,8	2,5	2,4	2,3	2,6	2,5	2,0	1,9	1,9	1,0
Campinas	4,0	4,0	3,9	3,6	3,6	3,4	1,4	1,4	1,4	1,4	1,3	1,3
Ribeirão Preto	3,5	3,5	4,6	4,6	4,6	5,3	3,2	3,1	3,0	2,9	2,6	1,9
Sorocaba	5,0	4,8	3,7	3,5	3,3	3,8	5,5	5,3	5,5	5,3	4,9	4,7
Presidente Prudente	4,8	4,7	4,7	4,5	4,5	4,5	5,4	5,3	5,1	5,1	4,9	4,8
Araçatuba	2,7	2,7	2,7	2,6	2,6	3,4	1,5	1,5	1,5	1,5	1,4	1,4
São José do Rio Preto	8,2	7,9	7,6	7,6	7,3	6,7	1,9	1,9	1,8	1,7	1,6	0,8
Bauru	3,4	3,3	3,2	3,2	3,0	2,7	9,0	8,7	6,9	8,1	7,7	7,1
Marília	6,9	6,7	6,7	6,5	6,3	6,6	2,9	2,9	2,7	2,7	2,6	2,5
Estado de São Paulo	3,3	3,2	3,2	3,2	3,1	3,1	1,9	1,8	1,8	1,6	1,6	1,4

Fonte: Fundação SEADE - Perfil Municipal: vários anos

Tabela 42

Indicadores de Educação das Capitais Regionais do Estado de São Paulo
1970/1980

Capitais Regionais	Taxa de Analfabetismo (pop. 10 anos e +)		Taxa de Escolarização		
	1970	1980	1970	1980	Urbana 1980
São Paulo	11,8	9,6	87,2	83,1	87,1
Santos	10,1	7,1	90,8	91,1	89,0
São José dos Campos	18,5	10,3	82,1	86,6	86,7
Campinas	12,2	10,2	82,4	85,4	86,6
Ribeirão Preto	13,3	9,1	83,3	85,8	87,2
Sorocaba	11,9	12,0	83,1	85,3	87,1
Presidente Prudente	17,5	12,9	83,6	83,7	88,4
Araçatuba	18,9	13,2	81,0	84,5	87,5
São José do Rio Preto	15,6	11,1	84,7	85,3	89,9
Bauru	21,3	13,6	86,1	85,3	88,8
Marília	20,2	13,9	80,4	85,3	89,5

Fonte: FIBGE - Censos Demográficos: 1970 e 1980

Taxa de Urbanização das Capitais Regionais do Estado de São Paulo
1970/1980

Capitais Regionais	Taxa de Urbanização	
	1970	1980
São Paulo	99,1	98,8
Santos	99,3	99,5
São José dos Campos	89,3	96,3
Campinas	89,3	89,0
Ribeirão Preto	92,1	96,8
Sorocaba	96,5	98,5
Presidente Prudente	87,7	94,7
Raçatuba	80,0	90,0
São José do Rio Preto	89,9	94,9
Lúru	91,6	96,8
Jarília	77,3	88,1

Fonte: FIBGE - Censos Demográficos: 1970 e 1980

BIBLIOGRAFIA

CANO, Wilson. Raízes da Concentração Industrial em São Paulo. 2ª ed., São Paulo, T.A. Queiroz Ed., 1981

_____. "Integração do Mercado e Constituição da Periferia Nacional", cap. V de Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil: 1930-1970. São Paulo, Global/Ed. UNICAMP, 1985

_____. Urbanização: Sua Crise e Revisão de seu Planejamento. Campinas, Instituto de Economia, 1986 (mimeo). (Texto elaborado para o Seminário "A Cidade e a Nova Ordem Econômica", 1986)

_____. Subsídios para a Reformulação das Políticas de Descentralização Industrial e de Urbanização no Estado de São Paulo. In: "A Interiorização do desenvolvimento Econômico no Estado de São Paulo (1920-1980)". São Paulo, Fundação SEADE, 1988 (Coleção Economia Paulista vol. 1 nº 1)

CARDOSO DE MELLO, João Manuel. O Capitalismo Tardio. 5ª Ed., São Paulo, Ed. Brasiliense, 1986

FUNDAÇÃO IBGE. Enciclopédia Brasileira de Municípios. Volume XXIX, Rio de Janeiro, 1957

FUNDAÇÃO SEADE. Análise Demográfica Regional: Marília. São Paulo, 1983

FUNDAÇÃO SEADE. Características Gerais do Processo de Industrialização Paulista. São Paulo, 1987

FUNDAÇÃO SEADE. Perfil Municipal - 1985. São Paulo, 1987

FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. 14ª ed., São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1976

- GONÇALVES OHTAKE, Maria Flora. O Processo de Urbanização em São Paulo: Dois Momentos, Duas Faces. Dissertação de Mestrado, São Paulo, PUC-SP, 1982
- GONÇALVES, Maria Flora & SEMEGHINI, Ulisses Cidade. Campinas: Segunda Metrópole Paulista? Trabalho apresentado no II Encontro Nacional da ANPUR, Teresópolis, R.J., nov. de 1987
- GONÇALVES, Maria Flora & SEMEGHINI, Ulisses Cidade. Maturação do Urbano Paulista: Generalização de um Perfil Cruel de Urbanização Capitalista. Anais do VI Encontro Nacional de Estudos de População, Olinda, PE, outubro de 1988
- INSTITUTO DE ECONOMIA-UNICAMP. Questão Social: Indicadores Sociais para Municípios Selecionados. 3º relatório parcial da Pesquisa: "Explosão Urbana e Regional, Demandas Sociais no Estado de São Paulo: 1970-1985". Convênio Secretaria de Economia e Planejamento de São Paulo e FECAMP, nov. 1987
- LESSA, Carlos F.T.M.R. de. Quinze Anos de Política Econômica. Campinas, cadernos IFCH-UNICAMP nº4, 1975
- MARÍLIA, 57 anos de Progresso. INDÚSTRIA E DESENVOLVIMENTO, São Paulo, maio de 1985, pp. 42-43
- MARÍLIA. Secretaria Municipal de Saúde de Marília. Mortalidade na Região de Marília. Marília, 1987
- MARÍLIA Tem Pressa. REVISTA DA INDÚSTRIA. São Paulo, julho de 1988, pp. 48-49
- NEGRI, Barjas; GONÇALVES, Maria Flora & CANO, Wilson. O Processo de Interiorização do Desenvolvimento e da Urbanização no Estado de São Paulo (1920-1980). In: "A Interiorização do Desenvolvimento Econômico no Estado de São Paulo (1920-1980)". São Paulo, Fun

- NEGRI, Barjas & CANO, Wilson. A Interiorização da Indústria Paulista nos anos 70. Trabalho apresentado na ANPEC, 1987
- OLIVEIRA, Francisco. A Acumulação Monopolista, Estado e Urbanização: a Nova Qualidade do Conflito de Classes. In MOISES, J.A. & Outros. Contradições Urbanas e Movimentos Sociais. Rio de Janeiro, CEDEC/Editora Paz e Terra, 1977
- PÓVOAS, Glycério. Marília. Marília, Serviço de Estatística da Prefeitura, 1947
- PRADO JR., Caio. História Econômica do Brasil. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1976 (19º ed.)
- PROCÓPIO FERREIRA DE CAMARGO, Cândido & outros. São Paulo 1975 : Crescimento e Pobreza. São Paulo, Edições Loyola, 1976
- SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Economia e Planejamento. 11º Região Administrativa: Diagnóstico. São Paulo, 1971
- SÃO PAULO (estado). Secretaria de Estado da Saúde - Coordenadoria da Região de Saúde-2, ERSA 45, Escritório Regional de Saúde de Marília. Relatório de 1986 - Morbidade Hospitalar, Hospitais Gerais e Hospitais Psiquiátricos. Marília, 1987
- SERRA, José. Ciclos e Mudanças Estruturais na Economia Brasileira do Pós-Guerra, in BELLUZZO, L.G. & COUTINHO, R. (orgs). Desenvolvimento Capitalista no Brasil - Ensaio sobre a Crise. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1982. Vol. I
- SILVA, Sérgio S.. Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil. São Paulo, Ed. Alfa Omega, 1976
- SUZIGAN, Wilson. "Investimento na Indústria de Transformação no Brasil, 1869-1939: Uma Visão Geral", cap. 2 de Indústria Brasileira-Origem e Desenvolvimento. São Paulo, Ed. Brasileira, 1986
- TAVARES, Maria da Conceição. Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil. Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro (Ensaio sobre Economia Brasileira). Rio de Janeiro, Zahar, 1977 (6º ed.)
- ZIMMERMAN, Gustavo. As Finanças Municipais no Novo Sistema Tributário, in "Explosão Urbana, Demandas Sociais no Estado de São Pau